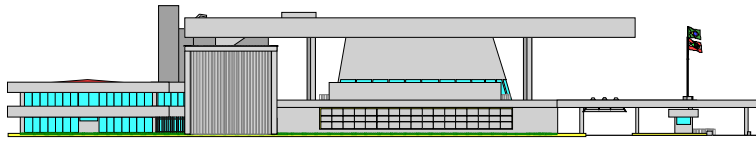


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 04 DE MARÇO DE 2011

NÚMERO 6.257

17ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa  
MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS  
TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente  
Dado Cherem - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Maurício Eskudlark  
Elizeu Mattos

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin  
Ângela Albino  
Jean Kuhlmann  
Manoel Mota  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Manoel Mota  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-  
Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ângela Albino  
Altair Guidi  
Sílvio Dreveck  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Manoel Mota  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente  
Maurício Eskudlark  
Sargento Amauri Soares  
Kennedy Nunes  
Jean Kuhlmann  
Ada Faraco De Luca  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Ângela Albino  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino de Oliveira  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel  
Altair Guidi  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino de Oliveira  
Ada Faraco De Luca  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente  
Ada Faraco De Luca  
Maurício Eskudlark  
Ângela Albino  
Kennedy Nunes  
Ismael dos Santos  
Romildo Titon

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino de Oliveira  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente  
Sílvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Manoel Mota  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Mauro de Nadal  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes  
Manoel Mota  
Aldo Schneider  
Dirceu Dresch  
Ângela Albino  
José Nei Alberton Ascari  
Dado Cherem

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XVIII - NÚMERO 2257</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 012ª Sessão Ordinária realizada em 03/03/2011 ..... 2 Ata da 013ª Sessão Ordinária realizada em 03/03/2011 ..... 16</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Portarias..... 23 Projetos de Lei Complementar ..... 33 Projeto de Resolução ..... 34 Redações Finais ..... 34 Relatório..... 40</p>
---	--	--

## PLENÁRIO

# ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2011

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Renato Hinnig - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morast.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Relata alguns acontecimentos da cidade de Blumenau.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Posiciona-se frontalmente contrário à posição tomada pela equipe econômica do governo federal em relação ao programa de habitação nacional.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Registra documento que recebeu da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina; aborda a importância do Fórum Parlamentar pela Duplicação da BR-470; reporta-se às críticas que a deputada Ana Paula

Lima teceu quanto ao trabalho do prefeito João Paulo Kleinübing no que tange a questão da construção das casas do programa Minha Casa, Minha Vida, no município de Blumenau.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Socializa o trabalho realizado na comissão de Pesca e Aquicultura.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (aparte) - Rebate a fala do deputado Jean Kuhlmann.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (aparte) - Esclarece suas colocações anteriores.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT** - Aborda a questão da mobilidade urbana na Grande Florianópolis.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Reporta-se ao Código Ambiental Brasileiro e ao Código Florestal Nacional.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Tece considerações a respeito das duas consultas públicas da Anvisa.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Manifesta-se acerca do Dia da Mulher.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Aborda temas referentes à economia do estado catarinense.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Aborda estudos feitos em torno da mensagem do governador.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Tece comentários acerca de deputados do país.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Posiciona-se a respeito do problema da mão de obra qualificada.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Faz referência à reunião da comissão de Turismo e Meio Ambiente da Casa.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se às decisões e à Consulta Pública n. 112 e 117, da Anvisa.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Tece comentários sobre o Carnaval.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)  
Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, funcionários desta Casa e demais pessoas que estão nas galerias.

Sr. presidente, o assunto que vou abordar hoje, já abordei, deputado Edison Andriano, no ano passado, mas como ele ainda não teve uma solução definitiva e como acredito que uma das nossas funções é informar à comunidade, ao povo e, principalmente, ao Ministério Público, passo a relatar alguns acontecimentos da cidade de Blumenau.

Todos sabem que em 2008, uma catástrofe se abateu sobre o estado de Santa Catarina, atingindo primeiro e muito grandiosamente a cidade de Blumenau. Mas a verdade é que em 2008 aconteceu mais do que uma enchente, aconteceram deslizamentos, soterramentos e a conseqüente perda de vidas.

Deputada Luciane Carminatti, o presidente Lula, logo após aqueles acontecimentos, através da Medida Provisória n. 448, destinou recursos ao estado de Santa Catarina para algumas ações. Vou-me ater, no pronunciamento de hoje, ao programa Minha Casa, Minha Vida, com o qual foi aquinhoadada a cidade de Blumenau, mas o prefeito abandonou as obras.

Falo primeiramente do Residencial Parque da Lagoa, uma obra na qual já estão morando 96 famílias, que foi inaugurada no final do ano passado, situada no bairro Itoupavazinha, na rua Botuverá, onde aconteceu um grande desmoronamento de terra.

Graças a Deus conseguimos, ainda no ano passado, que 96 famílias tivessem acesso aos apartamentos.

Falo também do novo Residencial Hamburgo, obra que já está concluída, no bairro Badenfurt, na rua Henrich Hemmer, uma localidade maravilhosa, um empreendimento maravilhoso. Lá estão esperando para ser habitadas 160 moradias. Ocorre que as famílias ainda não conseguiram acessar aos apartamentos e depois vou dizer por quê.

Há também os condomínios Morada das Figueiras, Araucárias, Paineiras e Manacás, para 580 famílias. Esse empreendimento já está concluído, fica no bairro Passo Manso. Os apartamentos já estão prontos para morar e ainda não foram alocadas as famílias naquele condomínio.

Também há o Parque do Paraíso, obra já concluída pelo governo federal. Fica no bairro Passo Manso, na rua Johann Hadlich, e pode comportar 96 famílias, que ainda estão esperando para se mudar.

O Condomínio Morada das Nascentes I e II fica no bairro Progresso, na rua Santa Maria, já asfaltada pelo governo popular, do PT, quando governava Blumenau, um local extraordinário. Esse condomínio ainda não está concluído, mas vai abrigar 540 famílias.

O Condomínio Nova Casa também falta ser concluído. Desde 2008 está em obras e fica na rua Rudolfo Walter, no bairro Itoupava Central. Também lá 96 famílias já estão prontas para ingressar nos apartamentos.

O Condomínio Novo Lar falta terminar, fica na rua Hermann Tribess, no bairro Fortaleza, podendo abrigar 256 famílias.

Esses terrenos, srs. deputados e sras. deputadas, foram comprados com o dinheiro depositado pelo povo brasileiro, também por alguns estrangeiros, deputada Luciane Carminatti, na conta da Defesa Civil estadual.

Na minha cidade, infelizmente, apesar de todos aqueles empreendimentos, o prefeito também comprou três terrenos que, para minha surpresa, estavam com pendências judiciais. Como um prefeito compra um terreno

sabendo que possui pendência judicial? Naqueles três terrenos, que ficam situados nos bairros Fortaleza, Ponta Aguda e Progresso, poderiam ser alocadas mais 500 famílias, mas as obras ainda não começaram. Um dos terrenos, aquele onde será construído o Condomínio Silvano Cândido da Silva, é massa falida de uma empresa em Blumenau, a Sulfabril. E o prefeito comprou o terreno! E que interesse ele tinha em comprar esses terrenos, se não se pode construir neles?

Outra denúncia que faço, e essas denúncias já estão no Ministério Público, são de obras abandonadas na minha cidade - obras, sim, com recursos do governo federal, a exemplo do Condomínio Libertadores, o qual teria que abrigar 72 famílias. Uma obra que custou R\$ 2.197,00, mas que há um ano está parada. E 72 famílias estão esperando aquela obra ser concluída. Lá só mora, sras. deputadas e srs. deputados, um guardinha. É o vigilante da empresa pública da urbanizadora de Blumenau, que fica cuidando daquela obra ali parada.

Tenho mais uma foto para mostrar para os srs. parlamentares e para o público que nos está acompanhando.

(Procede-se à exibição das fotos.)

Faz um ano que a obra está desse jeito, parada, e o prefeito de Blumenau parece que não conhece esse bairro, parece que não conhece o que está acontecendo na cidade. Afinal, a minha cidade, sinceramente, deputado Silvio Dreveck, era uma cidade que orgulhava os blumenauenses, orgulhava os catarinenses, mas infelizmente está abandonada.

Quanto ao restaurante popular, na cidade de Blumenau as obras estão paradas. Será que o povo não está precisando comer, deputado Jailson Lima? Será que essa cozinha comunitária não tem gente que queira acessar? Será que o banco de alimentos não era uma obra necessária para a cidade de Blumenau?

São três obras paradas! Tem denúncias, sim, na Corregedoria da União. Inclusive, outra denúncia que faço, srs. deputados, é a urbanização de um morro que se chama D. Edite, onde moram milhares de pessoas. Esse dinheiro veio, mas assim é que foi feita a reurbanização do morro D. Edite.

(Procede-se à exibição das fotos.)

Está vendo, deputada Luciane Carminatti, as casas quase caindo, faltando lajotas nos calçamentos? E é dinheiro do governo do presidente Lula, do governo federal. É assim que estão sendo feitas as obras, sem fiscalização nenhuma, na cidade de Blumenau. Mais outra, a reurbanização do morro da Pedreira, também famoso na nossa cidade, onde moram trabalhadores, é dessa forma que a reurbanização está sendo feita.

Então, eu faço um apelo aos srs. deputados da base do governo, principalmente da cidade de Blumenau, que aqui tem assento, para que alertem o prefeito sobre o que o nosso município está sofrendo.

O que me causa mais estranheza ainda é que com relação a todos esses apartamentos que mencionei, com suas obras concluídas, o prefeito, deputada Luciane Carminatti, não mandou a relação de famílias para a Caixa Econômica Federal. E a Caixa Econômica Federal notificou, no dia de ontem, o prefeito João Paulo Kleinübing a mandar uma relação de famílias para elas poderem acessar esses apartamentos. Essas famílias, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, estão em abrigos na cidade de Blumenau, deputado Padre Pedro Baldissera, também em

escolas, há dois anos, e os apartamentos estão prontos.

Por isso, a Caixa econômica notificou o prefeito de Blumenau a mandar a listagem para as famílias poderem acessar esses apartamentos.

A minha maior indignação, sras. deputadas, srs. deputados, é que o ano passado foi um ano eleitoral. No ano passado tinha fila de pessoas fazendo cadastros para receberem as casas, deputado Pedro Baldissera. Mas agora acabou. Onde é que estão os cadastros? A prefeitura perdeu os cadastros ou só foi para ganhar votos para deputados que eles estavam apoiando?

A rua XV de Novembro e a rua Amadeu da Luz eram uma fila só, mas enganaram aquelas pessoas. Mas não vão enganar mais, não. Os apartamentos estão prontos. Faça um apelo. E as pessoas estão no abrigo e precisam acessar esses apartamentos. Esses apartamentos estão prontos para moradia. E o prefeito de Blumenau e o seu secretário de Assistência precisam mandar a lista para a Caixa Econômica, porque não podemos mais permitir que essas pessoas continuem nos abrigos na cidade de Blumenau.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Registro a presença do sr. Alex, da Juventude do PMDB do município de São Lourenço, do sr. Sandro Firt, vereador do meu município de Cunha Porã, e do dr. André Bernard, meu assessor político que me acompanhou durante os oito anos de prefeito do meu município.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado. Estão registradas as presenças.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Vou aproveitar, já que a deputada Ana Paula Lima falou no Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, porque mesmo sendo o nosso governo, que defendemos, deputado Pedro Baldissera, em Brasília, quero ser frontalmente contrário à posição tomada pela equipe econômica do nosso governo federal, em relação ao programa de habitação nacional.

Temos um dos melhores programas de habitação sendo executado no mundo hoje. E à medida que você contingencia recursos, quando observamos um corte econômico do governo, e foram cortados 40% dos investimentos em habitação para o ano de 2011, não me preocupa a condução do governo no país. Mas o Programa Minha Casa, Minha Vida é um programa que contempla a população que tem uma demanda prioritária habitacional. E estão sendo retirados R\$ 5 bilhões deste Programa Minha Casa, Minha Vida para 2011. Inclusive, estou encaminhando uma moção ao presidente da Caixa Econômica Federal, para o ministério das Cidades, porque em um programa como esse não pode haver cortes. Além do mais tem burocratas que sentam na cadeira e não põem o pé na estrada para conhecer a realidade deste país e seu interior.

Não sei qual foi o conjunto de burocratas que estabeleceu como norma que para um financiamento habitacional a rua tem que estar pavimentada. Mas vamos pegar o exemplo de Mirim Doce, com aquela avalanche que teve lá.

Nós que fomos prefeitos sabemos que a grande maioria dos municípios não tem estruturas pavimentadas, principalmente no interior. O país tem mais de 4.500 municípios com menos de 50 mil habitantes - em torno de 2.600 com menos de mil habitantes. E dizer que não poderá fazer casa onde não tiver pavimentação é dizer que vai fazer construção somente em grandes centros onde existem estruturas pavimentadas. E isso fomenta principalmente o grande contingente das grandes construtoras e não o pequeno trabalhador, o pedreiro, aquele que está lá no programa de prestador de serviços.

Então, isso para mim é um grande equívoco. E temos que criar aqui uma mobilidade para que esse item da Minha Casa, Minha Vida que passou a ser implementado agora não seja colocado como uma condição prioritária.

Dos mais de 150 mil cadastros que estão no estado no dia de hoje, e estão com aprovação, mais da metade tem ruas que não têm asfalto. Mas isso não significa que não tenha estrutura. Tem drenagem, tem iluminação pública, tem água. É diferente de você autorizar um loteamento, onde o que se tem que fazer tem que se fazer na infraestrutura.

Então, esse é um grande equívoco do governo que aqui represento. Com certeza esse debate do item Minha Casa, Minha Vida não foi aprofundado, porque a grande maioria dos municípios do nosso estado deixarão de implementar o programa. Então, se for fazer o corte, que se faça por uma contingência econômica; agora, não podemos estabelecer critérios fictícios para justificar um corte que está sendo feito.

Quero dizer, com relação ao programa Minha Casa, Minha Vida, que desaprovo o que está acontecendo. Acho que esse foi um dos maiores programas implementados pelo nosso governo Lula, enquanto o BNDES financia muitas grandes empresas neste país com juros menores do que para o programa Minha Casa, Minha Vida, que deixa de financiar os menos favorecidos para comprar empresa internacional com investimento multinacional.

Não tenho nada contra isso! Cabe ao estado também fomentar a exportação criando estrutura econômica no país para os pequenos, médios e grandes empresários, não há problema. Mas não podemos, em hipótese alguma, reduzir recursos de um grande projeto como esse e, principalmente, criar um critério que é absolutamente absurdo, que é esse da pavimentação, porque não há como o cidadão fazer a casa e ter que pavimentar antes, quando seria, em tese, uma responsabilidade do gestor público, do prefeito, de quem está administrando. Porém o nosso país foi abandonado por muito tempo em infraestrutura. E se formos falar em saneamento básico em Santa Catarina, éramos os últimos e parece que agora somos o penúltimo estado em saneamento, porque perdemos para o Piauí e estamos perdendo para o Maranhão.

Então, são critérios que precisam ser esclarecidos. E desta tribuna, quando tenho que assumir posições, independentemente de ser o meu governo, ao qual faço a defesa aqui diuturnamente, também faço críticas. E neste sentido, estaremos encaminhando uma moção

de desagravo a esta postura tomada por quem orientou sobre a pavimentação, principalmente de contextualização desse corte na habitação.

Ao mesmo tempo é importante referendar que não podemos mais ficar à mercê das operadoras telefônicas deste país, como a Oi, a Vivo, a Claro e por aí fora. O nosso ministro do Planejamento, e temos que dar a mão à palmatória, está chamando todos para um debate claro, não apenas para a questão da telefonia celular, mas também pela questão da comunicação da banda larga que hoje representa o desenvolvimento econômico. E vou citar aqui um exemplo de um e-mail que recebi do vereador de Corupá, o João Carlos, dizendo que o acesso à internet está sobrecarregado, que em relação à conexão banda larga - DSL - só existe no centro e que não podem emitir notas eletrônicas, consultar serviços e que eles não têm acesso ao que é vendido. E disse também que a telefonia na área rural, então, inexistente.

A nossa grande prefeita Ivonete, do Partido dos Trabalhadores, de Frei Rogério, também nos mandou correspondência colocando o mesmo questionamento em relação à telefonia celular que só no centro do município existe. E Frei Rogério é a principal colônia japonesa de Santa Catarina, se não me engano, a principal do sul do país. É um município grande produtor de maçã, de pêra, com uma economia louvável, com um povo trabalhador.

Temos que dizer ainda que temos o minuto do telefone celular mais caro do mundo. Se você vai para a África, poderá usar a telefonia celular, se pagar dois, três dólares por mês a mais na conta. No município de Frei Rogério com certeza uma conta não custaria menos de R\$ 45,00 ou R\$ 50,00. Em Corupá, os produtores de banana, de plantas ornamentais, como está aqui no e-mail, precisam de telefonia celular para o próprio trabalho. No interior de Concórdia, deputado Moacir Sopelsa, para o pessoal da agroindústria não é diferente, e em Guaraciaba também, deputado Padre Pedro Baldissera. Imaginem que agora dá para se confessar por telefone e pela internet, mas nem isso o povo de lá vai poder fazer.

Eu estou colocando essas questões porque a mídia é muito criativa do ponto de vista do desenvolvimento da tecnologia, mas, enquanto andarmos nesses passos vamos ficar para trás e vamos deixar de construir uma sociedade desenvolvida. Está comprovado por estudos macro e microeconômicos que, do ponto de vista da inclusão digital, para cada 10% da população que você inclui aumenta-se 1% do PIB na economia dessa população, e esse é um dado extremamente relevante quando estamos aqui neste Parlamento debatendo o que é interesse do estado e também da nação.

Quero agradecer ao deputado Padre Pedro Baldissera, que me permitiu anteceder o seu pronunciamento, deputado Moacir Sopelsa, e que, além de ser um grande companheiro do Partido dos Trabalhadores, é um parlamentar de quem o povo de Santa Catarina orgulha-se. E este deputado, como colega de bancada, também tem apreço pelo seu trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. parlamentares, quero cumprimentar toda a comunidade, todas as pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Radio Alesc Digital, as pessoas que estão presentes na sessão de hoje.

Quero, primeiramente, registrar um documento que recebi da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, pedindo apoio ao manifesto assinado por toda a entidade, pela Ampe, deputado Jorge Teixeira, deputado Jailson Lima, lá de Rio do Sul, de Balneário Camboriú, de Blumenau, enfim, de todos os municípios de Santa Catarina. É um movimento que está crescendo forte, também importante para este estado.

E então, quero aqui me manifestar favorável a esse documento, tanto é que dentro da reforma apresentada pelo governador Raimundo Colombo, na tarde de ontem, para ser votada por esta Casa, deputado Jorge Teixeira, estava lá à redução com despesas de alguns cargos comissionados, alguns cortes, mas também a criação, dentro da secretaria do Desenvolvimento Econômico, de uma diretoria para tratar especificamente dos assuntos que envolvem essas empresas tão importantes que muitas vezes não são grandes em tamanho, mas têm um valor enorme para Santa Catarina.

Gostaria de dizer da minha vontade, do meu trabalho em favor dessas entidades. E faço uma homenagem à Ampe de Blumenau, que faz um trabalho maravilhoso. Tenho certeza de que todos os srs. deputados vão se manifestar também de forma favorável a esse projeto, porque essa diretoria - assim como a diretoria do cooperativismo, que já foi criada nessa secretaria, na gestão anterior - é voltada ao trabalho das pequenas e microempresas, que mais geram emprego neste estado, que se desenvolvem, que crescem. Com certeza é algo extremamente importante, e todos os deputados vão votar de forma favorável. Eu quero apenas me manifestar favorável a esse documento e à estruturação do estado para apoiar as pequenas e microempresas de Santa Catarina.

Também quero aproveitar para registrar a oportunidade que nós, deputados, tivemos de, agradecendo pelo convite da Fiesc, na última semana, discutir e conhecer a proposta da Fiesc para a questão da duplicação da BR-470. Na quarta-feira não estive presente no plenário, porque estava em Brasília, convidando os senadores para participarem do fórum. E justamente na Fiesc houve a oportunidade de apresentar aos deputados federais a existência, a forma e o objetivo de trabalhar do Fórum Parlamentar pela Duplicação da BR-470.

Quero dizer da minha alegria de receber o reconhecimento da Fiesc e quero parabenizar o sr. Alcantaro Corrêa pela iniciativa de chamar os deputados para discutir essa proposta.

Entendo que, a partir de agora, precisamos integrar o trabalho do Fórum Parlamentar pela Duplicação da BR-470 com o trabalho da Fiesc, dos prefeitos envolvidos, dos vereadores, da sociedade organizada, dos deputados federais e dos senadores. Enfim, estamos mobilizando um encontro com todos os deputados que fazem parte desse fórum.

Tenho certeza de que o deputado Gilmar Knaesel, que será o coordenador no segundo ano, como o deputado Aldo Schneider, que irá coordenar o fórum no terceiro ano,

assim como a deputada Ana Paula Lima e todos nós teremos que trabalhar por essa que não é uma bandeira partidária, mas é uma bandeira da sociedade catarinense.

Com a Fiesc envolvendo-se no processo, assim como os deputados federais e os senadores, mostraremos para a presidente Dilma Rousseff, que na época de campanha foi aos jornais e disse que a BR-470 ficará pronta em dois anos, que essa não é uma obra de um parlamentar ou de um partido político, mas é uma obra em favor dos catarinenses, de uma economia que quer crescer, de um estado que quer se desenvolver e gerar qualidade de vida. Sem dúvida alguma a BR-470 é uma obra vital para a geração da qualidade de vida do povo catarinense. Vai garantir a segurança dos que nela transitam, vai gerar emprego e renda ao povo deste estado.

Essa BR tem um papel fundamental, e eu não podia hoje me calar. Sou obrigado a agradecer, a parabenizar o Alcantaro Corrêa da Fiesc e pedir novamente o envolvimento de todos os parlamentares estaduais, federais e senadores. Nós iremos, com certeza, depois, junto com a Fiesc, definir as entidades que também serão convidadas para participar do fórum. E aí há a sugestão de fazer essa reunião na Fiesc, mobilizando a sociedade para participar. Precisamos propor algo nesse sentido para que possamos construir um trabalho.

Existe o diálogo, a convergência, o trabalho, em favor da duplicação. Não importa se a proposta for apresentada pela Fiesc - e trata-se de um estudo completo e detalhado que merece ser reconhecido pelo DNIT - ou por outro segmento. O Fórum e os parlamentares precisam trabalhar com o povo catarinense para que a obra saia do papel o mais rápido possível.

Esse é o nosso compromisso, o nosso objetivo. Por isso temos que parabenizar o Alcantaro. E queremos pedir o apoio de todos os deputados e senadores para que fiquem envolvidos nessa questão.

Quero aqui também aproveitar o momento, sr. presidente e srs. parlamentares, para falar sobre as críticas que infelizmente a deputada Ana Paula Lima teceu quanto ao trabalho do deputado João Paulo Kleinübing no que tange a questão da construção das casas do programa Minha Casa, Minha Vida, no município de Blumenau. Ela aqui falou de uma forma que, com todo o respeito, entendo ser um pouco leviana.

A prefeitura municipal de Blumenau, os srs. parlamentares e a deputada sabe bem da catástrofe que Santa Catarina passou. Nós estamos trabalhando, o prefeito está trabalhando exaustivamente. Tanto é que graças a uma ida do prefeito João Paulo Kleinübing, deputado Reno Caramori, a Brasília, os critérios do programa Minha Casa, Minha Vida foram alterados para permitir que na área pública também pudesse haver construção. Isso graças ao trabalho do prefeito.

Tivemos no mês mais uma enxurrada em Blumenau, quando mais famílias ficaram desabrigadas. E essa solicitação foi justamente para atender a um pedido da comunidade, para evitar que haja exclusão social e para permitir que mais famílias possam participar desse programa e não só os que foram afetados na catástrofe. Enfim, no sentido de olhar para o povo que foi atingido em janeiro, o prefeito João Paulo Kleinübing, junto ao secretário Mário Hildebrandt, no dia 23 de fevereiro, foi conversar com a secretária Nacional de

Habitação, a sra. Inês Magalhães. E foi ela quem orientou o prefeito para incluir essas famílias e que apresentasse uma nova nominata das mesmas para ser analisada pela Caixa. E a prefeitura já fez isso.

Trata-se de uma combinação entre a Caixa Econômica, o governo federal e a prefeitura. Está-se agindo de forma correta - não de forma política e leviana - no sentido de atender às famílias que foram atingidas no último dia 28 de janeiro pela enxurrada. Nós não podemos excluir essas famílias. Temos que permitir, parlamentares, que essas famílias também sejam atendidas. E todos os nomes a serem avaliados foram entregues à Caixa Econômica, ou seja, os nomes das pessoas que vão estar nos 250 apartamentos que serão entregues em março, os mais de 500 apartamentos que serão entregues a partir de abril nesse programa.

Enfim, tudo está sendo feito de forma correta, conforme combinado em Brasília junto com a sra. Inês Magalhães. E, aí, se o que é combinado lá com essa pessoa que representa o governo federal não vale de nada, então, por que o prefeito vai para lá e combina? É justamente essa combinação que está sendo respeitada. A Caixa Econômica já possui, sim, a relação com os nomes a serem analisados. E quero dizer a cada de um dos srs. parlamentares que eu poderia vir aqui e falar mal do trabalho da Caixa Econômica, que demora nos processos, mas não o faço. Demora muitas vezes mais do que deveria demorar, mas é pelo zelo que seus profissionais têm na escolha das famílias. E esse respeito mútuo deve existir entre todos os profissionais, sejam da prefeitura, da Caixa ou do governo federal. E nós não podemos vir aqui, nesta tribuna, de forma leviana e eleitoral, simplesmente, fazer uma contraposição que não é justificada.

Então, quero garantir aos srs. parlamentares e a todas as pessoas que todo o trabalho está sendo feito, conforme o combinado na reunião que foi feita no último dia 23 entre o prefeito João Paulo Kleinübing, o secretário da Assistência Social do município, responsável pelo atendimento às famílias, a sra. Inês Magalhães, o governo federal e a Caixa Econômica, que estavam presentes na reunião em Brasília. E tudo está sendo feito para que realmente as pessoas que foram atingidas pela catástrofe, pela última enxurrada, sejam beneficiadas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados...

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. deputado, futuro presidente desta Casa se Deus desejar, eu não poderia deixar de rebater um assunto que veio à tona pelo seu antecessor nesta tribuna.

Eu não falei de forma leviana, não! Eu não sou leviana e muito menos minto para as pessoas. Mas se tivesse ido no ano passado - e tenho fitas sobre isso - na cidade de Blumenau, teria visto que na prefeitura

formavam-se filas de pessoas com o sonho da casa própria. Essas filas desapareceram este ano, após as eleições de outubro. E os apartamentos estão prontos lá na cidade de Blumenau. E mais grave do que isso é que o prefeito municipal - se o deputado Jean Kuhlmann não sabe - foi notificado pela Caixa Econômica, porque não mandou a relação das famílias. Eu pergunto se ele não mora em Blumenau, se ele não sabe que as pessoas estão lá em abrigos, se ele não sabe que estamos no ano de 2011, que a catástrofe aconteceu em 2008 e que as pessoas ainda não acessaram as casas.

Deputado Padre Pedro Baldissera, se as casas estão prontas, se as famílias estão nos abrigos, é uma questão lógica por que as famílias não foram para as casas, ainda.

Isso não é incompetência, isso não é má vontade? Ou usaram as pessoas no ano passado para arrecadar votos, dizendo que elas iriam para as casas assim que se cadastrassem.

Mais grave ainda, deputado Padre Pedro Baldissera, houve pessoas que se cadastraram no colégio, na igreja, na prefeitura, na secretaria do Desenvolvimento Social, até mesmo em gabinetes de deputado pessoas devem ter se cadastrado. E eu, que tenho um escritório há oito anos em Blumenau, tenho recebido pessoas que vão reclamar. Eu tenho aqui o documento, a notificação da Caixa de que não se mandou a relação das famílias, e vou passar para o deputado Jean Kuhlmann.

Então, que se tomem as providências e fale-se a verdade. Mas se v.exa. não conhece a cidade, se não sabe que há pessoas em abrigos, eu faço questão de que vá visitá-los, porque aquele povo está sofrendo.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado, a deputada acaba de me entregar um documento com data do dia 16 de fevereiro, e eu disse que justamente foi feita uma reunião no dia 23 de fevereiro em Brasília com a sra. Inês Magalhães, secretária Nacional de Habitação, para discutir justamente a ocupação daqueles imóveis cujas famílias estão sendo selecionadas pela Caixa. Eu podia vir aqui e dizer que a responsável é a Caixa que não faz o processo, mas não. Existe uma conversa entre todos, ou seja, entre a Caixa, o governo federal e a prefeitura para que não haja exclusão social.

Agora, simplesmente, vir aqui e jogar palavras no vento e botar a culpa em alguém é o tipo de atitude que acho política e leviana. Nós precisamos morar na cidade, conversar com as pessoas, antes de vir aqui falar o que não é verdade, porque a Caixa tem, sim, os formulários com o nome das pessoas para ocuparem as casas.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Feitos os esclarecimentos, tanto da deputada Ana Paula Lima, como do deputado Jean Kuhlmann, neste espírito democrático, eu acho que o Parlamento ganha e cresce com isso. Dentro da mesma linha, eu gostaria de socializar um pouco o trabalho realizado na comissão de Pesca e Aquicultura, na manhã de hoje, que mais uma vez esteve reunida. Foram feitos alguns encaminhamentos. E aqui o faço, em nome de todos os parlamentares que compõem essa comissão. Além deste deputado que a preside, participam os deputados Adilor Guglielmi, Altair Guidi, José

Milton, Manoel Mota, Aldo Schneider e Darci de Matos, que na reunião de hoje foi representado pelo deputado José Nei Ascarí.

Houve alguns encaminhamentos, além de abrimos a discussão sobre a ocupação do espaço da vice-presidência da mesma, e ficou acordado que o assunto ficará para a próxima reunião, pela ausência dos dois deputados que o pleiteiam. Mas fora isso, a comissão deliberou sobre três assuntos. Primeiramente sobre uma audiência que vai acontecer no final do mês de março, na região de Anita Garibaldi, Celso Ramos, Serro Negro, de onde temos recebido solicitações de inúmeras famílias que foram atingidas pela construção de barragens.

O objetivo daquelas famílias é fazer uma ampla discussão sobre um decreto do presidente da República, de 2010, que institui o Cadastro SocioEconômico para Identificação e Qualificação de Registro Público da População atingida pelos diferentes empreendimentos e, nesse caso, da questão da barragem.

Atendendo à solicitação daquelas famílias, nós estaremos, no final deste mês, realizando uma audiência pública para ouvir as famílias que têm sido atingidas ou que serão atingidas pela construção das barragens.

Além disso, nós aproveitamos, através de um requerimento aprovado na comissão, e solicitamos a presença do superintendente da Aquicultura e Pesca do Estado de Santa Catarina, para solicitar que sejam colocados os programas, as políticas que o Ministério da Aquicultura e Pesca tem para o nosso estado. E nós o faremos diante da disponibilidade do superintendente, sr. Rossi, para a próxima reunião. É um convite que fazemos a ele, para que possa ter a oportunidade de expor os programas e políticas do referido ministério para o estado catarinense.

Outro requerimento que foi deliberado e aprovado pela comissão é no sentido de que no segundo semestre de 2011, através da comissão, possamos fazer um grande simpósio para discutir, nesta Casa, várias políticas ligadas à área da Aquicultura e da Pesca de Santa Catarina, à luz do tripé que envolve as questões ambientais, o próprio peixe e a questão da alimentação.

Para encerrar, quero aqui agradecer pelas inúmeras adesões e assinaturas que recebemos dos srs. Parlamentares, que dizem respeito à revogação do art. 195 da Constituição do Estado de Santa Catarina, que trata do subsídio vitalício dos ex-governadores. Nós já conhecemos as inúmeras ações que existem em nível de estado e também em nível de União, no Supremo Tribunal, e estamos protocolando um projeto, neste momento, de emenda constitucional encaminhando a revogação desse subsídio vitalício.

Era isso, sr. presidente, que eu queria tratar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero aqui anunciar a presença, nesta Casa, de três vereadores do município de

Irineópolis, que nos estão visitando hoje: o sr. presidente da Câmara Antônio Senff, conhecido como Toninho, o sr. Carlos da Silva, vice-presidente daquela Câmara de Vereadores, e o vereador Ângelo Marcos Borges, que é o primeiro secretário.

Sejam bem-vindos a este Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Dirce Heiderscheidt, por até 15 minutos.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - (Passa a ler.)

"Sr. deputado Moacir Sopelsa, presidente em exercício, sras. deputados, srs. deputados, quero aqui saudá-los e estender também meus cumprimentos a todos os funcionários desta Casa, os que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, principalmente às mulheres e aos homens que estão aqui reivindicando os seus direitos.

Faço uso da palavra para dividir com a sociedade catarinense a questão da mobilidade urbana, algo que assola a Grande Florianópolis, trazendo como tema o transporte marítimo.

Na semana passada, recebi a visita do prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt, que me pediu para que encaminhasse na reforma administrativa do governo estadual a criação de uma gerência de transporte marítimo no Deter. Essa reivindicação é uma necessidade identificada pelo próprio Deter e agora também do presidente do Fórum Parlamentar de Mobilidade Urbana, representado pelo vereador Ricardo Vieira, que fez questão de visitar o prefeito em Palhoça para oficializar o apoio da Câmara de Vereadores da capital.

O primeiro fórum aconteceu nesta segunda-feira, na Câmara de Vereadores de Florianópolis. O assunto discutido naquele encontro foi considerado por todos nós como um grande desafio, que é a implantação do transporte marítimo na região metropolitana, que é uma das principais soluções para a falta de mobilidade urbana.

Falar em mobilidade urbana na atualidade é uma questão de necessidade, pois não podemos ser conviventes com os inúmeros congestionamentos de nossas avenidas e rodovias, e temos como exemplo a Via Expressa, a avenida Ivo Silveira, entre outras, formando verdadeiros gargalos viários.

Entendemos que uma das soluções seria o sistema de transporte marítimo regional por termos condições viáveis para esse tipo de transporte, por ser Florianópolis uma cidade premiada no turismo, que é, aliás, o melhor destino turístico do país e considerada a capital do Mercosul.

Fatores que contribuem para a implantação do transporte marítimo:

Explosão do crescimento populacional e do uso constante do automóvel como meio de transporte. Antigamente um carro atendia a todos os seus familiares, hoje todos os membros da família possuem carro;

Integração facilitada do transporte marítimo ao sistema de transporte coletivo sem qualquer impacto financeiro significativo, podendo atingir quatro principais municípios da

Grande Florianópolis - Palhoça, São José, Biguaçu e Florianópolis;

Excelente opção como alternativa de ligação ilha/continente livre de todo o entroncamento e congestionamento da malha viária da região central da Grande Florianópolis;

Capacidade de oferecer acomodações confortáveis com ar condicionado e sistema de TV aos passageiros, conforme teste já realizado com a embarcação catamarã, que é o modelo ideal para a nossa corrente marítima, sendo que a partir de 15 de março teremos um catamarã à disposição na Grande Florianópolis para demonstração e para ser avaliado por toda a sociedade (em breve virá o convite ao sr. governador e aos srs. deputados para que façam a primeira viagem);

Opção do Sistema de Comunicação e uso de internet nas Embarcações Marítimas (embarcação Catamarã);

Serviços de atendente para pequenas refeições durante o percurso;

Oferece estrutura capaz de atender confortavelmente a passageiros com necessidades especiais;

Transporte de bicicletas nas embarcações e bicicletários nas estações de integração;

Salas de espera com TV, quiosques e sanitários nas estações de integração: sanitários masculino e feminino nas embarcações.

Em Palhoça foi criado o Projeto de Lei n. 3.371, de 2010, que institui o transporte marítimo no referido município, que poderá se estender às demais cidades que compreendem a região metropolitana de Florianópolis, sendo que já há apoio da Marinha, da Superintendência de Patrimônio da União (SPU), dependendo agora da anuência dos prefeitos de São José, Florianópolis e de Biguaçu para a implantação na Grande Florianópolis.

Áreas mapeadas/adesão dos municípios: em Palhoça já existem oito áreas mapeadas para implantação das áreas de embarque e desembarque, sendo que naquele município o sistema será autosustentável, conforme estudos.

Precisamos, no total, de apenas mais quatro pontos interligando Palhoça, Florianópolis, São José e Biguaçu, absorvendo assim a grande massa populacional da Grande Florianópolis.

Convém salientar que temos, hoje, recursos do governo federal (em torno de R\$ 90 milhões) para o estudo do potencial hidroviário do estado de Santa Catarina.

Enfim, a implantação do sistema de transporte marítimo não ultrapassará a R\$ 10 milhões para toda a região metropolitana, conforme estudos já realizados.

A viabilização financeira, portanto, é baixa, pois além do baixo custo de implementação, a pesquisa de referência declarada (projeção da demanda), temos que exista hoje um público alvo diário de 18.387, que poderá usufruir do transporte marítimo, do total de 43.556 que necessitam do precário transporte coletivo diário na região metropolitana, dando, portanto, autossustentabilidade e rendimentos aos interessados.

Por isso esse sistema propõe ser o primeiro sistema integrado de transporte urbano da região metropolitana de Florianópolis, com plena viabilidade técnica e financeira em todos os sentidos.

Entfim, no mar já existem grandes avenidas, nelas não há congestionamentos nem gargalos viários, as quais já estão prontas para navegar, e sem pedágio.”

Então, srs. deputados e sras. deputadas, esse é um desafio para implementarmos o transporte marítimo na Grande Florianópolis.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigada, sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, fará uso da palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até cinco minutos e 27 segundos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação voltarmos a esta tribuna para discorrer sobre alguns assuntos.

O primeiro assunto que me trouxe a esta tribuna diz respeito a um trabalho que nós fizemos através da Fetraesc, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas, que foi o levantamento socioeconômico de toda uma questão que vai resultar na audiência pública da Anvisa de ns. 112 e 117. Esse estudo está encartado e vamos encaminhar ao gabinete de todos os srs. parlamentares, para que tenham uma noção do impacto socioeconômico que essas audiências públicas, se porventura vingarem, causarão na sociedade brasileira e, em especial, aos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Então, farei uma demonstração do encarte que nós haveremos de encaminhar a todos os gabinetes da Assembleia Legislativa, para que v.exas., ao darem uma olhada, possam compreender efetivamente a questão econômica que vai atingir 57 mil famílias em nosso estado.

Na última reunião da comissão de Agricultura nós definimos que no próximo dia 14, às 14h, nesta Casa, iremos fazer uma grande mobilização catarinense na área dos plantadores de fumo, para que neste plenário possamos tirar as dúvidas e encaminhar sugestões à Anvisa, no sentido de que seja dado um tempo maior para colocar em prática a proibição aprovada por lei da cultura do fumo, a fim de que as famílias de agricultores catarinenses possam buscar alternativas de renda.

Outro assunto que desejo abordar neste momento diz respeito ao Código Ambiental Brasileiro. Eu gostaria de relatar a v.exas., principalmente à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que é referência em nível de Brasil no que concerne à aprovação do Código Ambiental Catarinense, que esse código foi uma das peças que fez com que o governo federal, o Congresso Nacional, começasse a legislar sobre esse tema que realmente merece estudos, no sentido de dar uma atenção, exatamente por vivermos um momento crítico, à questão ambiental.

Eu gostaria de relatar e fazer algumas considerações aqui sobre o Código Florestal Nacional.

A ministra do Meio Ambiente, Izabel Teixeira, declarou, no último dia 17 de fevereiro, no jornal *Valor Econômico*, que não dá para anistiar quem desmatou sabendo que estava fora da lei. Isso tem que ficar claro. A referida ministra foi enfática, ontem, durante coletiva à imprensa, em São Paulo, que é contra as principais bandeiras do movimento

ruralista que defende o novo Código Florestal Nacional. Segundo a ministra, as propostas do relatório do deputado Aldo Rebelo não deverão ser aceitas pelo governo federal. E é exatamente isso que nos preocupa.

Não estou dizendo, srs. deputados, que tenham que ser aceitas, na totalidade, pelo governo federal, as alterações propostas pelo deputado Aldo Rebelo, mas nós, em Santa Catarina, temos que ter uma preocupação, e é isso que eu quero sugerir ao Plenário desta Casa, ou seja, propor uma posição dos políticos da Frente Parlamentar Catarinense sobre essa questão, considerando que o Código Florestal Catarinense, aprovado nesta Casa, foi um dos motivos para acelerar a discussão em nível nacional. E não acataremos quaisquer modificações que prejudiquem ou inviabilizem a implantação das medidas aprovadas no Código Florestal Catarinense.

Então, eu solicito a esta Casa que seja feita uma proposição, para ser encaminhada à ministra do Meio Ambiente, justamente para que acate o Código Florestal Catarinense, por entendermos que naquele momento da sua aprovação ele foi uma lei amplamente discutida para a sociedade catarinense.

Logicamente que o que está inserido no bojo dessa lei atende às demandas da sociedade catarinense, tanto no aspecto econômico quanto no aspecto social e também no aspecto da preservação ambiental.

Eram essas as sugestões que eu gostaria de colocar a este Plenário, a esta Casa, e dizer a todos que estamos atentos à questão da nova regulamentação do Código Florestal Nacional.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo, muito objetivamente, utilizar o tempo do meu partido para falar de um tema que me parece que o deputado Aldo Schneider já explicitou nesta tribuna, que diz respeito, deputada Angela Albino, as duas consultas públicas da Anvisa.

Já fizemos uma reunião da comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Aldo Schneider, sendo que foi muito prestigiada, com a participação do secretário de Agricultura, João Rodrigues. E na ocasião tratamos profundamente desse assunto. Inclusive, estabelecemos uma estratégia para uma audiência pública a ser realizada no dia 14, aqui na Assembleia Legislativa, e uma visita ao Fórum Parlamentar, em Brasília, para tratarmos de uma argumentação contra a abertura dessas duas consultas públicas da Anvisa que tem claro, evidente e consolidado o objetivo.

Deputado José Milton Scheffer, v.exa. é do sul e lá a atividade fumageira também é representativa, tanto quanto no alto vale, no planalto e no oeste, deputado Jorge Teixeira. Enfim, são praticamente 60 mil famílias de pequenos agricultores que vivem da atividade fumageira, e vamos tratar desse assunto também em Brasília.

Portanto, a primeira consulta pública da Anvisa proíbe a indústria de adicionar ingredientes na fabricação de cigarro da variedade Burley. Ora, com essa decisão praticamente essa variedade vai ficar sem importância alguma. Por quê? Porque no tratamento no galpão, na estufa, ela perde alguns produtos que têm que ser recolocados na confecção do cigarro. E essa consulta inviabiliza a variedade Burley.

Em Santa Catarina, em algumas regiões, é cultivada essa variedade, assim como também no Paraná e no Rio Grande do Sul - aqui em Santa Catarina um pouco mais o tabaco Virginia.

Portanto, essa primeira consulta pública da Anvisa tem o objetivo claro de acabar, em parte, com a atividade fumageira de Santa Catarina. Pior do que isso, a segunda consulta pública proíbe, claramente, a exposição do cigarro na prateleira, deputado Dirceu Dresch, nos restaurantes, na padaria. Quer dizer, a pessoa vai poder vender o cigarro, mas ele tem que ficar escondido embaixo do balcão. E ainda mais, utiliza-se o espaço frontal da carteira para colocar a advertência contra o uso do cigarro, os fumantes, enfim. Isso significa que os produtores de fumo de Santa Catarina vão sofrer um duro golpe com as duas consultas públicas da Anvisa.

Vejam bem, srs. deputados e sras. deputadas, que são 57 mil produtores de fumo no nosso estado, sendo essa uma das atividades mais produtivas, com dois hectares e meio cultivados. A família do agricultor consegue ter a rentabilidade de R\$ 30 mil líquidos por ano, deputado José Milton Scheffer. Ora, essa é uma das atividades mais rentáveis, hoje, do estado, do sul do Brasil e do país.

Portanto, nós entendemos que este Parlamento precisa tomar uma providência e fazer uma mobilização para que possamos sensibilizar a Anvisa para sustar essas duas consultas públicas.

Agora, o que o governo federal tem que fazer, sr. presidente, é endurecer na fiscalização da divisa do Paraguai. Por quê? Porque 40% dos cigarros consumidos no Brasil não recolhem impostos, pois são contrabandeados. Inclusive, na parte frontal da carteira do cigarro, deputado Jorge Teixeira, há fotografias como esta aqui de uma mulher nua. E até eu, que não fumo, quando vejo uma carteira de cigarros desta, contrabandeada, começo a ter vontade de fumar. Isso é um absurdo! Por quê? Porque esse cigarro contrabandeado não recolhe impostos, está sendo vendido no Brasil e a fiscalização não toma providências! E, em contrapartida, a Anvisa está tentando dar um golpe baixo nos produtores de fumo do nosso estado e do nosso país.

Portanto, eu faço aqui um apelo, deputado Aldo Schneider, para que possamos fazer uma grande mobilização e uma grande audiência pública para sensibilizar as autoridades e irmos a Brasília para tratar desse assunto com o Fórum Parlamentar Catarinense.

Quero também colocar a minha posição no seguinte sentido: 20% da população são fumantes no Brasil, e está comprovado, através de pesquisas, que não se consegue reduzir esse índice - e não só de fumantes, mas se quisermos reduzir o índice de alguma outra área de atividade - com leis coercitivas e punitivas, e sim com campanhas educativas, com orientação nas escolas. Isso é fundamental.

Agora, estão querendo implantar uma atitude radical da Anvisa, com uma visão clara de atingir a atividade fumageira de Santa Catarina e do Brasil. O nosso país é o maior exportador de fumo do mundo, são 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos, com quase 200 mil produtores de fumo no Brasil.

Então, este Parlamento tem que tomar uma providência, e entendo que a comissão do deputado Aldo Schneider começou com o pé direito, fazendo uma grande mobilização na última reunião que aconteceu nesta Casa.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Darcy de Matos, gostaria de aproveitar a oportunidade para reforçar o seu pronunciamento, como também do nosso presidente, deputado Aldo Scheider, e dizer que a comissão de Economia também está irmanada nessa audiência pública.

Realmente, esse assunto é de uma importância muito grande. O Brasil não pode sacrificar uma quantidade tão grande de agricultores. Santa Catarina possui, hoje, um número altíssimo de pessoas que sobrevivem da fumiicultura, sem ter uma alternativa. Nós podemos até, ao longo do tempo, converter os produtores para outras atividades agrícolas, mas isso tem que ser construído com o apoio do governo. O governo que não pode penalizar quem está produzindo.

Atualmente as pessoas compram drogas, vão atrás, e o Paraguai, hoje, é o maior exportador de cigarros para o Brasil. Quase 30% do consumo de cigarros vêm do Paraguai, os impostos são sonogados, e mesmo assim a fumiicultura gera, de impostos para o Brasil, por ano R\$ 8,5 bilhões. V.Exa. sabe que uma carteira de cigarros custa em torno de R\$ 3,00 e que quase R\$ 1,80 são impostos? E o produtor de fumo, na verdade, fica com R\$ 0,20 ou R\$ 0,30 dessa carteira. O governo é o grande cobrador de impostos desse segmento e não tem feito investimento à altura para ajudar o fumiicultor a encontrar outra alternativa que lhe dê a mesma renda bruta, como v.exa. citou há pouco no seu depoimento.

Então, quero aproveitar para irmanar-me nessa convocação que está sendo feita para atingir o estado inteiro e sensibilizar o governo federal. Não é hora de punir os produtores rurais, e sim de lançar medidas de apoio para que no decorrer do tempo eles possam ter outras atividades. E devemos lançar campanhas de conscientização, de educação à população para que aqueles que quiserem deixar de fumar assim o façam. Mas o Brasil não pode abrir mão, nem Santa Catarina, do valor e da importância que fumiicultura tem, hoje.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Deputado Darcy de Matos, a título de esclarecimento, e até porque é bom que a Casa tenha noção do que está acontecendo, quero dizer que ontem e hoje eu fiz contato com os deputados presidentes das comissões de Agricultura do estado do Paraná, deputado Hermas Brandão Junior, e do estado do Rio Grande do Sul, deputado Chicão Gorski, e os dois assumiram um compromisso conosco da

mobilização da bancada federal desses dois estados para fazer uma grande reunião pública - e não será uma audiência - com a presença da Anvisa.

De qualquer forma, a mobilização junto aos demais estados está bem avançada.

Era isto o que eu queria dizer a título de colaboração, deputado Darcy Matos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado.

Portanto, quero reforçar o convite para a grande audiência pública que acontecerá no dia 14, na Assembleia Legislativa, com a participação da Fetaesc. E no dia 16 faremos, sob a sua liderança, uma comitiva para que possamos interagir com o Fórum Parlamentar Catarinense e tratar desse assunto tão importante, em termos econômicos e sociais, para Santa Catarina, o sul do Brasil e, sobretudo, o nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar as nobres deputadas aqui presentes, os srs. deputados e quem nos está acompanhando através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Gostaria, no dia de hoje, de fazer a minha manifestação tratando de um tema que está muito em debate nesta semana, que é o Dia da Mulher. Esse dia, que para muitos é um dia de festa, de comemoração, para nós, mulheres, tem outro sentido: de resgatar a luta, a história, a resistência das mulheres e o compromisso com a vida, acima de tudo.

Então, nós não estamos tratando apenas de um dia em que tenho certeza de que os deputados darão flores às suas companheiras, mas de um dia fundamental, que é um dia de reflexão e de relembrar essa história bonita, mas também muito sofrida.

Falo aqui de algumas mulheres de categorias específicas que têm uma marca muito grande de resistência e de ousadia. Falo das mulheres agricultoras, das mulheres professoras que estão na ativa e também das que hoje são aposentadas. Refiro-me às donas de casa, às servidoras públicas, enfim, às mulheres que, de uma forma silenciosa ou não, conseguiram várias conquistas.

Voltando alguns anos atrás, vamos relembrar que houve uma época em que as mulheres trabalhavam 16 horas por dia. Depois de muita luta, de muita peleia, conseguiram reduzir a jornada de trabalho para dez horas, depois para oito horas e hoje muitas mulheres têm uma jornada de trabalho de seis horas.

Eu não poderia deixar de citar aqui também uma conquista que veio tarde, é verdade, a conquista do direito ao voto, que chegou só em 1930.

Temos que falar aqui da importância da Lei Maria da Penha, que, inclusive, hoje sofre represálias e o enfrentamento por parte de alguns olhares extremamente conservadores, no sentido de questionar a permanência ou não dessa lei.

Mas também conseguimos conquistas como o direito ao crédito pessoal; o

direito de ter nome e sobrenome. É uma coisa tão básica, mas, hoje, muitas identidades das mulheres têm ainda o sobrenome do marido. Não precisa mais ter o sobrenome de marido, porque as mulheres têm vida própria.

Conquistamos o direito de ter a terra no nosso nome, de ter propriedade no nosso nome. Conquistamos o direito de fazer universidade e de estar nos bancos escolares. Obtivemos várias conquistas, mas temos também, é verdade, grandes, inúmeros e enormes desafios.

Eu diria que um dos grandes desafios trata-se do acesso que as mulheres precisam ter à tecnologia e aos recursos, assim como o apoio dos governos, inclusive na produção de alimentos saudáveis. Falo especificamente aqui das mulheres agricultoras, que se preocupam muito com o alimento que vem à nossa mesa para que ele seja o mais saudável possível.

E aqui não poderia deixar de falar da grande preocupação, sobretudo no oeste catarinense, com o número crescente dos casos de câncer resultado do agrotóxico. Muita gente não sabe que em pesquisas realizadas no ano de 2009 o brasileiro consome em média 5k de agrotóxicos por ano. Isto é muito grave.

Quero citar aqui também um grande desafio, que é ter acesso à renda. As mulheres precisam ter direito à remuneração, que passa por um direito fundamental, que é o de as mulheres não terem a submissão dos seus companheiros.

Outro direito que precisamos conquistar é o da implementação, por parte do governo federal, do cadastro de segurado especial às mulheres agricultoras.

Eu quero falar, mais uma vez aqui, da importância de que a Lei Maria da Penha em Santa Catarina, deputado Neodi Saretta, saia do papel. E é muito grave o que temos acompanhado. Só em Chapecó, no ano de 2010, tivemos em média sete mulheres por dia sendo vítimas de alguma forma de violência.

Portanto, o governo que nos antecedeu, que assinou o pacto de enfrentamento à violência contra a mulher, precisa pegar esse pacto, debruçar-se sobre ele e começar a implementar ações, programas e projetos que respondam às necessidades de enfrentar a violência contra a mulher.

Na semana passada, perto de Chapecó, uma mulher que se desentendeu com o seu companheiro foi mais uma vítima de facadas - 15 facadas - quando deixava o companheiro.

Então, quero dizer que o corpo da mulher passou a ser patrimônio de um homem. Esta é uma concepção machista e conservadora, que dá o direito de, ao terminar uma relação, simplesmente acabar com a vida de um ser humano.

Assim, todas essas questões precisam ser consideradas. Em Santa Catarina, nós precisamos tratar a questão das mulheres de forma mais séria.

O Orçamento do estado previa, até o ano passado, apenas R\$ 500 mil para cuidar de todas as políticas que dizem respeito às mulheres, e R\$ 500 mil destinados à construção de um presídio feminino. Somente isso!

Então, é lamentável tratarmos com tanta desigualdade e com tanto desrespeito, que se traduz no Orçamento. Há uma coordenadoria para cuidar disso, mas ela não possui recursos. É como abrir uma escola, não colocar professor e não haver recursos para mantê-la. Não existe ação concretamente.



Portanto, eu quero fazer esse chamamento nesta semana em que nós refletimos essa condição feminina.

E gostaria de dizer que no dia de ontem, felizmente, deputados governistas, fomos recebidos pelo governador do estado de Santa Catarina. A pedido do Movimento de Mulheres Camponesas, ele nos recebeu de forma aberta à construção dessas pautas. E o senhor governador também demonstrou preocupação com a medicina alternativa, com a capacitação e também para que de fato a violência contra a mulher seja tratada como uma política de estado em Santa Catarina.

Portanto, quero trazer aqui esta boa notícia também, pois embora sejamos de Oposição, fomos recebidos pelo governador e temos que fazer justiça. No entanto, de nada nos adianta sermos recebidos de forma simpática, com uma postura elogiosa, se as suas boas intenções não saem do papel.

Na condição de deputada, espero que este governo trate de forma mais séria, mais justa, mais humana, mais decente, todas essas questões que envolvem, hoje, o drama de milhares de mulheres em Santa Catarina. Porque quando são violentadas, não têm onde fazer a ocorrência, porque temos apenas 20 delegacias num conjunto de, praticamente, 300 municípios. Temos apenas três casas abrigo, e quando são violentadas temos apenas um centro de mulheres que fica na capital, em Florianópolis.

Então, peço também para que as pessoas que estão acompanhando esta sessão, através da TVAL ou da Rádio AleSC Digital, reflitam sobre a condição da mulher para que possamos acompanhar esse drama das mulheres e de fato dizer que, como disse o governador: "As pessoas estão em primeiro lugar." Gostaria que nessa frase as mulheres estivessem incluídas na condição de pessoas, portanto, com direitos.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente...

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - O deputado Darci de Matos já abordou o tema, assim como os deputados José Milton Scheffer e Aldo Schneider, que devem ter-se pronunciado hoje, mas apenas gostaria de falar do empenho que precisamos empreender, deputados, para que no dia 14 possamos mobilizar aqui, na Assembleia Legislativa, o maior número de produtores, de fumicultores e de integrantes da cadeia produtiva do fumo em Santa Catarina. Precisamos mostrar força nesta audiência pública do dia 14 e também no evento do dia 16, em Brasília. Temos que nos posicionar de forma muito contundente, deputado Manoel Mota, porque, de outra forma, a Anvisa pode transformar as duas consultas em resolução a partir do dia 1º de abril. E aí, vamos ter uma quebraadeira aqui em Santa Catarina, porque são 57 mil famílias de fumicultores que vão padecer.

Não dá para acabar com a cultura do fumo, não no nosso modelo fundiário. Não há, ainda, nenhuma outra cultura que possa substituí-la, deputado Aldo Schneider. Precisamos fazer uma grande mobilização no dia 14, com o deputado Darci de Matos e outros, porque solicitamos essa audiência pública para mostrar a nossa força. Mas, primeiramente, no dia 14 e 16 precisamos ir a Brasília para assegurar essas duas consultas da Anvisa.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Srs. deputados, sr. presidente, deputado Reno Caramori, que preside esta sessão, neste momento, gostaria de fazer alguns registros. O primeiro deles é que no último dia 25 estivemos na posse da nova diretoria da Fampesc - Federação das Micro e Pequenas Empresas - e aproveitamos a oportunidade para cumprimentar o presidente reeleito, Márcio Manoel da Silveira, e toda a sua nova diretoria, porque essa entidade tem prestado serviços relevantes a todos que a integram, tanto a federação quanto aqueles que não são associados, deputado Kennedy Nunes, pela assistência e pelo serviço que prestam a todas as pequenas, médias e microempresas.

Portanto, fica aqui os nossos cumprimentos e, ao mesmo tempo, colocamos à disposição, como já atuamos na legislação passada, com vários colegas deputados, com a Fampesc, em favor das micro, pequenas e médias empresas de Santa Catarina, assim como ocorreu com a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, depois com a nossa atuação no aperfeiçoamento dessa lei e, por último, deputado Manoel Mota, na redução da margem do valor agregado dos produtos, que é a nossa conhecida substituição tributária.

Há muitas atividades ainda para desenvolvermos em favor das micro e pequenas empresas. Portanto, fica aqui o nosso compromisso com essa classe tão relevante para o estado de Santa Catarina e para o Brasil, pelo que ela representa, pelo PIB e também pela geração de empregos que proporciona à nossa população.

Tivemos também, no último dia 28, segunda-feira, a inauguração de uma nova unidade do Sesc, em São Bento do Sul, que está instalada numa antiga empresa, com mais de 85 anos, que fabricava móveis e que, infelizmente, fechou suas portas por conta dessa situação quanto à exportação de manufaturados, principalmente móveis, mas que graças ao empenho da Fecomércio, na presidência do sr. Bruno Breithaupt e de toda diretoria, encontrou uma solução fazendo lá as instalações do Sesc para os serviços que serão prestados à comunidade são-bentense, principalmente ligados ao comércio, com a prestação de serviços na educação infantil, assistência social, lazer e esportes.

Portanto, parabéns à Fecomércio e parabéns ao Sesc por essa nova unidade instalada em São Bento do Sul. Ao mesmo tempo em que o presidente Bruno Breithaupt, deputado José Milton Scheffer, solicitava-nos o Prodec comercial, o governo do estado tem, hoje, o Prodec industrial, que dá a oportunidade para o desenvolvimento da indústria catarinense, tanto no campo econômico quanto social. O que é na nossa avaliação, meritório, no mínimo, seria um estudo, por parte do governo, para implantar o Prodec para o comércio.

Desde a solicitação, colocamos-nos à disposição para, com o governo, fazer esse

estudo. Tanto é que apresentamos uma indicação, que será ainda debatida e votada pelo Plenário. Até aproveito para pedir o apoio dos deputados e deputadas para a sua aprovação, para que o governo faça esse estudo através da secretaria da Fazenda e que possamos estender o Prodec também para o comércio catarinense que, além de representar uma grande fatia do PIB, representa um grande número, um grande percentual na geração do emprego. Ao mesmo tempo, seria meritório e justo atender à indústria e também ao comércio, dentro dos critérios possíveis e do estudo obviamente criterioso, jurídico.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Concedo um aparte ao deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Silvio Dreveck, quero aproveitar para cumprimentá-lo pelo trabalho feito na comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. Hoje, na qualidade de seu sucessor, coloco-me à disposição das suas idéias, de seus projetos.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença do gerente de Articulação do Sebrae, de Criciúma, o nosso amigo Eugênio Martinez, que faz um trabalho extraordinário na área de calçados, de confecções e no desenvolvimento das pequenas empresas do sul do estado. Também gostaria de cumprimentá-lo pelo trabalho feito no Sebrae, no sul do estado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado deputado José Milton Scheffer, agradeço a sua contribuição. Vale registrar que v.exa. está presidindo a comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e, certamente, terá muito a contribuir com os demais membros da comissão, que envolve toda a economia, ciência, tecnologia, minas e energia. Tivemos uma atuação forte com vários parlamentares, tanto é que foi criada a Frente Parlamentar. Assim, através da comissão conseguimos reunir na Assembleia Legislativa, mais precisamente no auditório Antonieta de Barros, mais de 500 empresários para debater assuntos pertinentes, principalmente as micro e pequenas empresas, ou seja, assuntos relevantes, como já disse, como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, depois o complemento da lei, e mais tarde a substituição tributária, que foi um assunto muito debatido.

Então, não faltará oportunidade e, certamente, v.exa. e os demais deputados terão a minha contribuição, o meu modesto conhecimento, para essa importante atividade do estado de Santa Catarina.

Gostaria de falar, em outra oportunidade, deputado Valmir Comin, sobre a viabilidade na produção de azeitonas, que é muito importante para o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - A próxima oradora inscrita é a deputada Angela Albino, representante o PCdoB, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Boa-tarde a todos, boa-tarde a todas, gostaria, sr. presidente, de dividir com os parlamentares desta Casa, com os nossos telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital alguns apontamentos iniciais dos estudos que

temos feito em torno da mensagem que o governador trouxe, ontem, para esta Casa a título de enxugamento da máquina, o grande mote da imprensa. Quero dividir alguns assuntos com vocês, com alguns colegas do Parlamento que também gostam do *twitter*, assim como o deputado Kennedy Nunes, por exemplo, porque ontem estava fazendo algumas anotações preliminares sobre isso.

Vejam, senhores, o governo não diz em que prazo vai economizar R\$ 31 milhões com o enxugamento da máquina, mas em 2011 terá o impacto de R\$ 1.1 milhões de custo extra com a criação de novos cargos. Eu não sou familiarizada com matemática, mas fiz umas contas. O governo vai extinguir objetivamente 45 comissionados. De fato, é um enxugamento, mas 285 são efetivos não ocupados. Efetivos não ocupados não geram despesa, portanto, não é economia; e 200 são para aposentadoria, que é um evento futuro e incerto. Assim, não é possível colocar na conta. Gostaria, inclusive, de saber como o governo vai economizar R\$ 31 milhões nessa matemática muito estranha que parte de 300 cargos que não são 300 cargos, objetivamente, são 45 cargos comissionados que o governo economizará a partir de agora.

Essa é uma preocupação nossa e estamos ainda tratando do assunto em torno da extinção da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), de Imbituba, que tem um papel, segundo a nossa impressão para o futuro, muito relevante, embora com a extinção da Porto Brasil tenha sofrido um grande impacto, mas é parte das infraestruturas que queremos ver retomadas no sul do estado para que possamos reavivar o crescimento econômico da região. É bom lembrar que a nossa Criciúma, por exemplo, na última década, embora a representação política seja importante, tanto no Executivo quanto no Legislativo, foi uma das cidades que menos se desenvolveu, aliás, a que mais andou para trás no desenvolvimento econômico de Santa Catarina, exatamente pelos gargalos de infraestrutura. E nós incluímos também o desenvolvimento do Porto de Imbituba como parte relevante disso.

Como o meu tempo é muito curto, apenas cinco minutos, vou dividir esse tema com a discussão em torno da aprovação, ontem, do salário mínimo regional, que contou com um consenso, um avanço significativo que podemos exportar como exemplo, inclusive, no âmbito federal.

O salário mínimo regional, nascido em grande medida pelo esforço da bancada do Partido dos Trabalhadores, mas que encontrou ampla aceitação aqui nesta Casa, teve um ponto extremamente importante, relevante, que foi a construção do consenso com as centrais sindicais. Ontem vimos a UGT, a CTB, a Nova Central Sindical e a CUT aqui presentes, e a presidente Dilma Rousseff não as recebeu para discutir o mínimo. Nisso Santa Catarina saiu na frente, pois conseguimos aqui no estado o que não se conseguiu no âmbito federal.

Por fim, quero mencionar uma reunião da bancada feminina com esta deputada e as deputadas Dirce Heiderscheidt, Ada De Luca, Luciane Carminatti e Ana Paula Lima, com o presidente desta Casa, para iniciarmos as comemorações relativas ao Dia Internacional da Mulher. O presidente, como de costume, foi extremamente receptivo e, desde já, gostaria de convidar todos os parlamentares para dia 9, quarta-feira de cinzas, durante a sessão ordinária nesta Casa, a presença de representantes do Movimento de Mulheres,

para pautarmos o debate das mulheres sob a óptica de como nasceu o 8 de março, que é a óptica da luta e da reafirmação dos direitos das mulheres na nossa sociedade.

Gostaria de convidar, também, para no dia 29 de março, encerrando todas as atividades desta Casa, que há de ser parceira com o movimento de mulheres, o lançamento de um livro que fala dos 25 anos da delegacia da Mulher aqui em Santa Catarina, que é bom sempre lembrar que foi a primeira delegacia de mulheres do nosso país e, portanto, merece um afoego especial da sociedade catarinense nesta data importante para as mulheres, que é o 8 de março.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputada Angela Albino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, utilizarei esses nove minutos para tecer alguns comentários que dizem respeito a nós mesmos aqui da Casa e também a outros deputados por este país afora.

Eu li, não me recordo se foi numa revista ou jornal, que um deputado federal recém-eleito, portanto, estreante na Câmara Federal, estava sendo muito elogiado porque foi o recordista em projetos. Ele deu entrada em cerca de 80 projetos na Câmara Federal.

Estou indo para o meu 4º mandato nesta Casa e acho que existe um sentimento, de certa forma até generalizado, de que o desempenho de um deputado está ligado diretamente à sua capacidade de produzir projetos. Muitas vezes no final do ano é feito um levantamento para saber a produtividade de cada um dos deputados, não só aqui na nossa Assembleia Legislativa, mas também em outras Assembleias e até na Câmara Federal.

Quanto à elaboração de projetos, os deputados não estão aqui apenas para produzi-los. Eu tenho um entendimento bem diferente disso, até porque se as leis aprovadas fossem cumpridas neste país, acredito que nós não teríamos tantos problemas sérios, tanto é verdade que eu já aprovei aqui nesta Casa inúmeras leis e poucas delas eu vi realmente dar resultado.

Eu aprovei nesta Casa, por exemplo, o mutirão da catarata que deveria ser realizado todos os anos e que teria que ser uma iniciativa da secretaria da Saúde. A semana de mutirão para operar os nossos catarinenses que precisam, o mutirão da catarata, não vi acontecer até hoje.

Aprovei uma lei nesta Casa instituindo um espaço nas delegacias de polícia e até nos presídios para os advogados poderem, de maneira decente, executar o seu trabalho ou as suas obrigações em relação aos presos, ou até mesmo tomar conhecimento do que acontece nas delegacias de polícia etc. Foi muito bonito, saiu na imprensa, acho que um dia, não mais do que isso, algumas linhas, mas está aí também engavetado.

Se nós formos fazer aqui uma análise de todos os projetos que aprovamos por aqui, nós vamos ver que realmente alguma coisa tem que ser feita. Eu às vezes fico pensando que é melhor, em vez de fazer um projeto, fazer uma emenda. Há projetos, já aprovados, criando

penalidades, para que se cumpram. Ou seja, se você não tem, cria-se uma lei, mas ela não cria obrigações, principalmente dentro do seu bojo, ou penalidades principalmente pecuniárias, porque elas tendem a se tornar obsoletas.

Eu parabenezo o deputado da minha bancada, Gilmar Knaesel, que levantou uma bandeira e que vai ser uma diretriz nossa, inclusive, como comportamento nesta Casa, de não entrarmos com projetos inconstitucionais e também não aprovamos projetos considerados inconstitucionais, como uma medida saneadora daquilo que deveríamos fazer sempre corretamente, que é aprovar leis pelo menos constitucionais, porque muitas vezes nós, por amizade ao colega, por solidariedade e por conta muitas vezes do mérito que tem aquela iniciativa, que não é legal, mas é meritória, acabamos aprovando nesta Casa projetos inconstitucionais. E pelo menos daqui para frente a bancada do PSDB vai pautar nessa direção.

Mas existe aqui uma forma, até como consolo para os deputados, de se fazer projetos autorizativos, porque na verdade não levam a lugar algum, mas que para a produção final, no final de ano, para a soma de produção de projetos, conta! Há vários projetos autorizativos aprovados. E projeto autorizativo não leva a lugar nenhum. Nós sabemos disso!

Quem já trabalhou no Poder Executivo aqui, nós temos vários deputados que já foram prefeitos, sabe que isso é inócuo. Autorizam o governo a baixar uma taxa assim e assado. Autoriza para quê? O governo não precisa de autorização, se ele quiser, ele baixa. Diz respeito a ele, ao governo, fazer isso ou não. E nós criamos aqui leis autorizativas, na verdade, leis inócuas. Essa é a grande verdade.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que faz sobre essa matéria. E v.exa. tem toda a razão quando diz que não é a quantidade de projetos que faz com que a população seja beneficiada. Nem sempre é a quantidade de projetos que traz benefícios à população, mas sim aquele que traz qualidade e que produz efeito. E quando v.exa. fala em projeto autorizativo concordo plenamente com v.exa., porque na verdade não traz efeito nenhum.

Parabéns pelo pronunciamento de v.exa., porque essa matéria merece mais debates nesta Casa.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Uma das funções mais nobres e mais importantes que um deputado tem é no momento da elaboração do projeto de lei que o governo elabora e manda para cá, o Orçamento do estado. É nessa hora que o deputado representando sua região tem condições de efetivamente fazer alguma coisa pela sua região.

Mas nós acabamos, pelo menos no tempo que estou aqui, debatendo-nos com um problema: se somos da base, há um entendimento que aqui não podemos fazer emenda ao orçamento elaborado pelo governo, porque já vem pronto. É um prato feito, já vem pronto para cá. Não adianta você elaborar uma emenda aqui, porque o prato já está pronto. E há um entendimento entre as lideranças da

base de não mexer mais. Não adianta. Não faça, porque não adianta e tal.

Então, muitas vezes há um jogo de cena. Essa que é a verdade. Há um jogo de cena. São várias emendas que pedem para serem votadas à parte etc. e tal, mas no fim o que se faz aqui é atender àquilo que já foi elaborado e que vem do governo do estado. E se você votar contrário, se você resolver colocar aqui o seu pensamento, a sua consciência, está sujeito a ser incluído dentro do partido como infiel e pode ser inclusive expulso do partido. É uma pena que não dá para falar mais!

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo saudar com satisfação a presença neste plenário do presidente do Democratas de Canoinhas, Paulo Gliński, e do vereador Celio Galeski.

Sejam bem-vindos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra pela ordem, o deputado Kennedy Nunes, para informar do grave acidente que ocorreu hoje, graças a Deus sem consequências físicas.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, graças a Deus, mesmo! Aliás, é um risco que todos passamos. Pra nós que vivemos nas estradas é um risco. Ainda bem que o *airbag* e o cinto de segurança funcionaram, apesar da perda total no carro.

Sr. presidente, eu só gostaria de fazer aqui o registro das presenças do vereador Amilton e da vereadora Jane, de Camboriú, que estão aqui juntamente com o vereador de Itapema, o Vânio Vieira, que participaram há pouco de uma reunião com o secretário da Segurança Pública, o Grubba, para entregar a Carta de Camboriú, a qual eu gostaria de passar para o setor de Taquígrafia, para que pudesse fazer o registro desta carta nos anais desta Casa.

Sejam bem-vindos a esta Casa. E a luta de vocês é desta Casa também.

Muito obrigado, sr. presidente.

“CARTA DE CAMBORIÚ: SOS SEGURANÇA PÚBLICA NA FOZ

Senhor Governador,

O Censo realizado pelo IBGE no ano de 2010 demonstra que a região litorânea, em especial, os municípios que compõem a AMFRI, teve um aumento populacional além dos apresentados em outras regiões de nosso estado.

Conforme dados do IBGE, a região da AMFRI sozinha possui uma população fixa de mais de 550 mil pessoas com *‘rosto, nome e endereço’*, o que corresponde a aproximadamente 9% da população do Estado de Santa Catarina.

Também temos o maior polo turístico do Estado e quiçá um dos maiores do Brasil, sendo a cidade de Balneário Camboriú uma das mais visitadas durante a temporada de verão. Itajaí e Porto Belo recebem navios cruzeiros constantemente e com eles milhares de turistas estrangeiros e de outras regiões do país.

Localiza-se em nossa região um dos maiores parques de diversão temáticos do mundo, o Beto Carrero World e um aeroporto internacional em Navegantes. No quintal de nossas casas está a rodovia BR-101, que liga o sul ao norte do Estado, e a rodovia BR-470, responsável pela maior parte do escoamento da produção econômica do interior de Santa Catarina.

A economia da região é voltada à produção pesqueira, portuária e principalmente turística, constituindo-se em uma das mais aquecidas do Estado, ou seja, somos responsáveis por uma das maiores fatias em arrecadação de tributos.

Por outro lado, os nossos comerciantes, nossos moradores já não suportam mais tamanha insegurança. Roubos, furtos, homicídios, tráfico, seqüestros, intolerância, tragédias enfim, a violência passou a fazer parte do nosso cotidiano social. Tal fato degrada a família e a economia.

Estamos assistindo atônitos a tudo isto e confiantes apenas nos nossos valorosos, porém, poucos, mal remunerados e mal equipados policiais, que são nosso último alento.

Assim como assistimos recentemente no estado do Rio de Janeiro, esperamos sinceramente ter uma ação definitiva em Santa Catarina que aleje o crime organizado e extirpe este mal do nosso dia-a-dia. A sociedade, nossos pais, mães, avós, filhos e filhas esperam avidamente por isto, nossos policiais também.

Assim, vimos buscar com Vosso valoroso apoio, um aperfeiçoamento do sistema de segurança pública através de um plano de ação integrada, sério, focado, que articule políticas de segurança, políticas sociais e ações de integração e colaboração comunitária. Precisamos resgatar o sentimento de segurança e tranquilidade do cidadão, como um direito essencial e um fator fundamental da qualidade de vida.

Também cremos que com a participação ativa da sociedade, haverá o aperfeiçoamento contínuo em direção à satisfação das necessidades de segurança, o que impulsionará a qualidade de vida da comunidade, num sentido mais amplo.

Desejamos estabelecer com Vossa Excelência um canal de comunicação para podermos discutir estas questões. Precisamos de providências. Precisamos de compromisso. Precisamos de uma atitude e ninguém mais além de Vossa Excelência, na condição de mandatário deste Estado, pode fazê-lo.

E no ensejo de colocar a Segurança Pública como prioridade das políticas públicas da nossa região nós, os 105 (cento e cinco vereadores) dos 11 (onze) municípios da região da Amfri e que representamos mais de 550 mil catarinenses e 350 mil eleitores, expomos as principais necessidades levantadas e debatidas na assembleia ordinária ocorrida no dia 17 de novembro de 2010, na cidade de Camboriú, sendo elas:

- Criar um Diagnóstico da Violência e da Segurança Pública da região da Amfri;

- Modificar o quesito homicídios como referencial padrão para analisar a Segurança Pública, utilizando a pesquisa de vitimização por tipificação por delito;

- Buscar a modificação de Lei Estadual no sentido de destinar recursos na área de segurança pública aos municípios;

- Adoção de Medidas contra a favelização e ocupação desordenada, com controle social;

- Implantação de Projetos de Ressocialização;

- Fortalecimento de instâncias comunitárias e do trabalho voluntário voltado para a Segurança Pública;

- Que o comando da Secretaria Estadual de Segurança Pública seja assumido por um técnico do quadro da SSP;

- Campanha intensa e constante contra o *crack*;

- Apoio a realização de Fóruns Intermunicipais de Segurança ‘Permanente’ nos municípios;

- Apoio a campanhas de divulgação sobre a importância dos Conselhos Comunitários de Segurança nos municípios;

- Aumento de efetivo de policiais nos municípios, com lotação uniforme por número de habitantes de cada cidade, conforme indicadores, da ONU - Organização das Nações Unidas;

- Valorizar definitivamente os policiais civis e militares de Santa Catarina, principalmente a base, ouvindo-os em suas necessidades, dando-lhes espaço para se manifestar e estabelecendo uma justa política salarial e de carreira para que se vejam estimulados mais a enfrentar o crime;

- Inclusão de uma disciplina voltada ao combate da violência e drogas nas escolas;

- Destinar verbas para cursos profissionalizantes promovidos pelo terceiro setor;

- Regionalizar o programa Acolher e Encaminhar da Prefeitura de Camboriú - Ampliação de áreas de Lazer e Esportes em toda a região;

- Implantação e/ou expansão de projetos de Escolas Abertas (contra-turno escolar);

- Mapeamento da Segurança Pública com os Agentes Comunitários de Saúde da Família, buscando seu treinamento como agentes transformadores, através de uma metodologia científica para elaborar projetos de prevenção;

- Erradicar a ociosidade dos detentos dentro do Sistema Prisional (atividades profissionalizantes durante o dia e aulas à noite);

- Políticas Públicas de subvenção e investimentos em Centros de Recuperação de Dependentes Químicos, com Oficinas Profissionalizantes - priorizando alternativas sustentáveis;

- Projetos de Prevenção nas Escolas (Exemplo: PROERD);

- Investir em Programas que mantenham os jovens em situação de risco estudando;

- Retorno, na grade curricular das escolas, de disciplinas como: Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e empreendedorismo; e

- Criar a Secretaria Estadual Antidrogas.

Na expectativa de contribuir e no anseio da implantação destas propostas, nos colocamos à disposição e aguardamos um retorno,

Respeitosamente,

Itajaí - SC, 03 de fevereiro de 2011.

(a) Aquiles José Schneider da Costa

Presidente, em nome dos 105 vereadores de Parlaamfri e dos pouco mais de 550 mil catarinenses que vivem na região"[sic]

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu vejo aqui a pauta da Ordem do Dia com vários vetos. E tem alguns que estamos discutindo, pois não quero encaminhar contra a derrubada do veto. E nós estamos discutindo.

Vou dar um exemplo aqui. A mensagem de veto n. 0023, dispõe sobre a questão dos jornalistas e é de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Solicito e estou negociando com o governo para dar oportunidade também de eu ajudar no sentido de que retirássemos os vetos e deliberássemos depois do Carnaval, para dar tempo de eu conversar com o governo, até para não ficar mal na condição de líder do governo. E eu solicitaria a v.exa., se possível, aos líderes, que nós pudéssemos deliberar aquela medida provisória que regulamenta a questão da Lei Kandir, que tem certa urgência.

Faço essa solicitação à Mesa e peço apoio aos demais líderes para que fizéssemos essa inversão, porque ela já passou em todas as comissões. Não é um caso polêmico, é um caso tranquilo. Portanto, peço a oportunidade, como líder do governo, de mais uns dias para discutir a questão dos vetos. Inclusive, se for deliberar hoje, tenho que encaminhar a manutenção de veto e não quero fazer esse caminhar; antes quero conversar com o governador Raimundo Colombo.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, eu com muita honra quero registrar nos anais desta Casa a presença da minha prefeita Geci Casagrande, de Santa Rosa do Sul, prefeita reeleita, que está na capital catarinense a trabalhar para o seu município e neste instante está prestigiando a sessão do Parlamento na tarde de hoje.

Então, queremos deixar registrada a sua presença e dizer que é uma honra muito grande a mulher presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito bem, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, a bancada do PSDB entende que o apelo do líder do governo é merecido e concorda, então, com o seu apelo.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, nós concordamos com a proposição do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, até porque tem veto polêmico; o projeto do deputado Kennedy Nunes, diz respeito ao exercício da profissão de jornalista.

Então, acho que é plausível termos alguns dias a mais para tratar dessa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Consulto os srs. líderes se é consenso a retirada dos vetos da pauta de hoje para serem reincluídos na semana posterior à do Carnaval.

(As lideranças aquiescem.)

Há entendimento? Então, estão retirados de pauta todos os vetos.

Também consulto os srs. líderes sobre a deliberação o Projeto de Conversão em Lei n. 00187/2011, solicitado pelo deputado Elizeu Mattos, que é a Medida Provisória.

(As lideranças aquiescem.)

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação da Medida Provisória n. 00187/2010, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que altera dispositivo da Lei n. 10.297, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, Lei Kandir.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n.: 0001/2011, de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0071/2011, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0072/2011, de autoria da deputada Angela Albino; 0073/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0074/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0075/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0076/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0077/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0078/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni; 0079/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira; conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência também comunica que defere os Requerimentos n.s: 0114/2011, 0115/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0116/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0117/2011, 0118/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0119/2011, 0120/2011, 0121/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0122/2011, 0123/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, se v.exa. permitir, gostaria de fazer uma observação sobre a indicação de minha autoria, a de n. 0075/2011, que propõe que a Secretaria da Área Social, dirigida pelo deputado Serafim Venzon, realize através do

Sine, e o deputado Nilson Gonçalves já falou sobre esse assunto no ano passado, cursos gratuitos para vigilante.

A segurança privada está crescendo muito, mas como o indivíduo vai fazer um curso de vigilante, se custa R\$ 1.200,00 e ele está desempregado? Quer dizer, inviabiliza, e ele não consegue entrar no mercado de trabalho. E o Sine perfeitamente pode qualificar servidores vigilantes em todo o estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o seguinte requerimento:

Requerimento n. 0088/2011 de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Educação, solicitando remessa de exemplar do material conhecido como Kit contra homofobia integrante do projeto Escola sem homofobia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Moção n. 0013/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao diretor presidente da Anvisa, solicitando a revisão dos dispositivos das consultas públicas n.s: 112 e 117/2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Fim da matéria da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados. Até pegando um gancho na palavra do deputado Darci de Matos, acho que foi no ano passado, no final do ano passado, que abordamos esse assunto.

Concordo plenamente que vivemos neste país um momento especial. Se formos analisar de maneira geral a economia do mundo, no país estamos vivendo um momento diferenciado. O problema do nosso país é outro, é totalmente diferente do que acontece na União Européia e do que acontece nos Estados Unidos.

Estamos vivendo um problema de mão de obra qualificada. O país está em pleno desenvolvimento, e o problema maior neste momento, por incrível que pareça, é a mão de obra qualificada. Eu atentava para esse detalhe já no final do ano passado, os problemas que nós temos para qualificar a nossa gente.

É muito fácil um cidadão procurar um curso. Em Joinville temos vários cursos, mas são particulares. Aí ele tem que pagar a matrícula e a mensalidade. Se ele está procurando um curso para se qualificar, normalmente ele está desempregado e deve ter

problemas financeiros na família. Como é que ele vai fazer frente a mais uma despesa para se qualificar, se nem a comida na mesa ele está conseguindo colocar?

É importante o que o deputado Darci de Matos falou a respeito de um curso para vigilantes. É um bom começo. Hoje para se contratar um vigia ele tem que ter o curso; se não tiver, não é contratado. Então, o que nós queremos, e vamos lutar e batalhar nesta Casa, é que possamos dar as condições para a nossa gente fazer a sua devida qualificação em vários setores.

No meu escritório regional, que é conhecido como Casa Amarela, em Joinville, até o final do ano passado estávamos atendendo a uma média de 80 a 100 pessoas por dia - uma verdadeira loucura. São encaminhamentos para hospital, outros encaminhamentos, pessoas que precisam de muletas, de cadeiras de roda, que precisam ser internadas, enfim, uma loucura!

Este ano sentei com minha equipe de trabalho na Casa Amarela e falei para eles: se continuarmos assim vamos virar uma segunda Casas Bahia. E não pode, porque não é esse o nosso propósito. Nós queremos ajudar, mas não podemos. Todos os meses é uma romaria: a pessoa que está cadastrada vem buscar uma pia num mês, no outro vem buscar um armário, no outro vem pedir um remédio, e assim vai. Mas não pode! Não é essa a nossa função e não é para isso que fomos eleitos. Temos que estender a nossa mão à comunidade, às pessoas que precisam, mas não podemos fazer disso um clientelismo.

Direcionei o trabalho na minha Casa Amarela em Joinville de forma diferente a partir deste ano. Vamos criar, já fazíamos, mas de forma mais esporádica, mas vamos fazer agora de maneira mais frequente as chamadas oficinas. São pequenos cursos que vamos oferecer às pessoas, em Joinville. Curso de manicure, para ensinar a dona de casa a aproveitar um pequeno espaço e fazer um pequeno canteiro para plantar alface, couve. Enfim, serão vários cursos, como culinária, por exemplo. Isso já fizemos outras vezes e vamos voltar a fazer. Vamos tornar isso mais frequente e gradativamente mostrar para as pessoas que a Casa Amarela não é uma segunda Casas Bahia, não é uma casa aonde as pessoas vão num mês buscar um sofá, no outro um guarda-roupa. Não pode ser assim! Não é para isso que fomos eleitos. Até corremos o risco de ser processados.

Quero abordar aqui, sr. presidente e srs. deputados, um fato ocorrido na segunda-feira passada, na presença dos deputados José Milton Scheffer, Dóia Guglielmi, Manoel Mota e da deputada Ada de Luca, em Morro da Fumaça, capitaneada pelo prefeito Baltazar Pellegrin, com a iniciativa do secretário de governo Acélio Casagrande, em que ficou decidido que os referidos prefeitos arcariam com os custos do projeto para a viabilização do desassoreamento do rio Urussanga, que compreende na bacia hidrográfica os municípios de Morro da Fumaça, Urussanga, Jaguaruna, Sangão, Treze de Maio, Içara, Cocal do Sul e Pedras Grandes.

Naquele local pudemos contar com a participação do prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro, que fez um diagnóstico da situação implementada com relação ao desassoreamento do rio Sangão, como também do prefeito de Forquilha, Vanderlei Alexandre. E na sequência o município de Siderópolis, na pessoa do prefeito Douglas

Warmling, que já está em processo de execução o trabalho de desassoreamento do rio Urussanga.

Nós sabemos, deputado José Milton Scheffer, v.exa. que é oriundo da Epagri, que tem um vasto conhecimento nessa área e conhece muito bem aquela região, quanto é complexo esse projeto, mesmo porque todos os afluentes desembocam lá na barra do torneiro, no limite de Jaguaruna com Içara. É um projeto que exige uma monta, depois de ter sido feita uma simulação prévia por alguns técnicos, de aproximadamente R\$ 40 milhões para desassorear o rio Urussanga. E se disponibilizou a participar efetivamente desse projeto a Unesc, que já encabeça os seus primeiros trabalhos para proporcionar a condição de viabilidade a esse projeto. E através de uma parceria com o ministério das Cidades, com a colaboração do secretário catarinense Leodegar Tiscoski, ou através do ministério da Integração, principalmente nesse momento em que o estado está criando a secretaria da Defesa Civil, daremos um amparo mais eficaz, mais prático e imediato aos problemas das cheias que têm ocorrido frequentemente no nosso estado.

Então, vejo com muita expectativa, com muito otimismo essa questão.

Eu percebi que a união dos deputados do sul, e aqui falo dentro de uma ação suprapartidária, de um trabalho que já foi desencadeado pela Aciva, do vale do Araranguá, da Acic, da região carbonífera, e da Acit, de Tubarão, onde foi elencada uma pauta de obras prioritárias dentro de uma ordem decrescente, em que os deputados assumiram um compromisso, independentemente de partidos, de abraçar essa causa, que é a nossa bandeira comum.

Por isso tenho certeza e a convicção de que elaborado esse projeto com a participação efetiva do ministro Mário Negromonte, nosso amigo progressista que está à frente do ministério das Cidades, num trabalho paralelo com o secretário nacional, Leodegar Tiscoski, e a nossa bancada federal catarinense, nós iremos conseguir esses recursos ainda este ano, para que possa ser iniciada a execução do desassoreamento do rio Urussanga, no início de 2012.

É preciso destacar aqui que quando ocorreu a última cheia inúmeras, dezenas de olarias, canchas de arroz e indústrias ficaram debaixo de água por mais de 25 dias, 30 dias, causando com isso um transtorno sem precedentes, um custo altíssimo às empresas e, conseqüentemente, menos arrecadação, menos emprego, menos oportunidade de renda, menos agregação de valores para a economia do estado de Santa Catarina.

Eu tive também a oportunidade de conversar com o ex-senador Geraldo Althoff e com o deputado Joares Ponticelli, os quais me disseram que há manifestação e o desejo de se proceder ao desassoreamento do rio Tubarão. Eu lembro, ainda, que no ano de 1974, quando era pequeno, muitas vítimas foram ceifadas na enchente ocorrida no município de Tubarão.

Então, esperamos que fatos como esses não ocorram mais, mas é preciso, com certeza, atuar na prevenção, e a prevenção se faz através de um projeto bem tabulado, bem especificado, bem embasado, e com a união suprapartidária do sul, junto com a nossa bancada catarinense, iremos viabilizar os recursos para desassorear o rio Tubarão.

Era isso que eu gostaria de dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, ex-prefeito da bela cidade de Concórdia. Um abraço ao prefeito João Girardi, nosso companheiro.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna para fazer referência à reunião ocorrida, nesta manhã, na comissão de Turismo e Meio Ambiente desta Casa, mas antes gostaria de tecer alguns comentários, até para fazer um pequeno contraponto com relação à fala anterior do deputado Marcos Vieira, não no sentido de encerrar o assunto, mas para colocar outros elementos.

Todo ano ocorre a questão de contingenciamento de orçamento. Os orçamentos, às vezes, especialmente quando tramitam no Congresso Nacional, estão inflados, têm muitas emendas. Obviamente que no início do ano são feitos esses contingenciamentos; é claro que a preocupação é de que isso não atinja áreas essenciais e vitais.

Falou-se aqui do contingenciamento federal da ordem de R\$ 50 bilhões, mas se esqueceram de falar do contingenciamento de Santa Catarina, deputado José Scheffer, da ordem de R\$ 900 milhões, o que proporcionalmente, em relação aos dois Orçamentos, é maior que o contingenciamento federal. Inclusive há uma preocupação, porque aqui não está detalhado o que está contingenciado. O governo federal tem sido transparente e tem apresentado onde os recursos estão sendo contingenciados, e no estado estamos na expectativa.

Na verdade, tivemos problemas no pagamento, por exemplo, dos médicos plantonistas do Hospital Regional de Chapecó e até o presente momento não foram nomeados os gerentes regionais da Fatma, que assinam os licenciamentos ambientais. Será que está vindo daí esse congestionamento?

Então, é importante que houvesse também no estado um detalhamento para onde está sendo contingenciado e que isso fosse colocado no debate quando abordado esse tema.

Sr. presidente e srs. deputados, foi realizado na manhã de hoje, na comissão de Turismo e Meio Ambiente, comissão que tenho a satisfação de presidir, um importante encontro que contou com a presença, além dos deputados, do presidente da Fatma de Santa Catarina, dr. Murilo Flores, de diversas lideranças, inclusive de outros assessores do presidente.

A reunião foi prestigiada por lideranças catarinenses, a exemplo do vice-prefeito de Herval do Oeste, Adair Ceron, do vereador de Concórdia, Evandro Pegoraro, e de outras lideranças, as quais estavam preocupadas com o fato de que até o presente momento as 14 coordenadorias regionais da Fatma não têm ainda (deputado Valmir Comin, v.exa. foi fundamental para a vinda do presidente Murilo Flores na nossa reunião anterior, quando esse assunto foi debatido), um gerente nomeado. Para v.exas. terem uma ideia, a cada licenciamento ambiental que esteja sendo feito em qualquer lugar deste estado, como, por exemplo, de uma antena de celular, é necessária uma assinatura, e atualmente ela

precisa vir para Florianópolis, para o presidente assinar. É desumano, inclusive, com o próprio presidente.

Então, o resultado positivo disso foi de que, segundo o presidente da Fatma, até sexta-feira, esses gerentes regionais sejam nomeados ou aqueles que vão ocupar em caráter definitivo ou, então, em forma de substitutos, para que possam ser analisados.

Outra questão levantada pelo sr. presidente da Fatma é de que está em andamento a implantação de um novo rito de licenciamento que daria maior agilidade e transparência, o qual passaria a ser feito por um comitê não individualizado nos casos de empreendimentos de média e alta complexidade.

No meu entendimento, qual é o fato positivo disso? O fato positivo é que vai ser retirada a incumbência de apenas uma pessoa assumir a assinatura de empreendimentos, seja ele vetando ou autorizando, que é de repercussão de alta complexidade, e nós sabemos que um parecer de um técnico pode, não necessariamente, ser o parecer do outro. Ao trazer para um comitê, isso realmente tira a carga apenas de uma pessoa, inclusive haverá um comitê que poderá tomar uma decisão colegiada, portanto, via de regra, mais acertada. Agora, a preocupação é de que não tenhamos com isso mais um organismo ou mais um órgão que irá retardar mais ainda a análise desses procedimentos. Eu acredito que essa medida é positiva e eu quero elogiar.

Entendo também que as ações que foram anunciadas no sentido de tornar a tramitação mais transparente, colocando na internet os pareceres, os pedidos de licenciamento, sejam uma questão fundamental.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não! Ouço v.exa., deputado Valmir Comin, v.exa. que teve participação tão importante nessa reunião.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Neodi Saretta, quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento ora aqui colocado e também pela condução de todo o processo e pela tramitação da comissão de Turismo e Meio Ambiente, da qual v.exa. é presidente. E a presença de Murilo Flores, hoje, com toda a sua diretoria, foi boa para elucidar como anda toda a situação da Fundação de Meio Ambiente.

Mas eu fazia até um questionamento e um comparativo: pela demanda que se tem de procura de licenciamentos em Santa Catarina, comparada aos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, é humanamente impossível, por mais que se tenha força de vontade e por mais qualificados que possam ser os técnicos da Fatma, suprir essa demanda represada devido à falta de funcionários.

Rio Grande do Sul tem praticamente 1.500 funcionários, o Paraná, da mesma forma, e nós estamos na casa de 300! É absurdamente absurdo o que está ocorrendo! É preciso uma ação forte por parte do governo. É claro que a fundação, hoje, está buscando a autossustentabilidade através das notificações e tudo o mais, mas é preciso uma ação forte do governo, é preciso abrir concurso público. Se não der para ser de imediato, que seja buscada uma parceria com universidades de uma forma mais eficaz, para poder escoar todo esse represamento que temos de processos nessa entidade.

Parabéns a v.exa.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado, e incorporo, com satisfação, a sua contribuição ao nosso pronunciamento que nos enriqueceu mais ainda nesse debate, com a sua participação muito lúcida.

Eu quero, então, em cima desse aparte que v.exa. colocou, dizer que tramará, deputado Maurício Eskudlark, o projeto de reforma administrativa do governo. Talvez seja uma oportunidade de discutir, inclusive, essas estruturas, porque no âmbito da Fatma veio a extinção de cargos de 22 regiões regionais. Nós tínhamos a expectativa de que houvesse uma estrutura maior, e eu cito, inclusive, o caso da Regional de Joaçaba, que atende 34 municípios, toda a região da Ammoc, vindo aqui para a região de Campos Novos e arredores, Joaçaba, região da Amauc, Concórdia, e há expectativa de que houvesse ali a criação de uma nova regional, especialmente no município de Concórdia, havendo esse desmembramento.

Mas esse é um assunto que deveremos tratar no âmbito da tramitação do projeto da reforma administrativa.

Eu quero dizer, para concluir essa fala, até em função do encerramento do meu tempo, que a audiência e essa reunião da manhã foram importantíssimas. O que nós esperamos, apenas, é que os desdobramentos se concretizem e possamos ter, num primeiro momento, a nomeação efetiva dos gerentes regionais, para que possam fazer os licenciamentos ambientais. E, num segundo momento, que a Fatma tenha realmente o papel fundamental na questão do desenvolvimento sustentável, buscando o equilíbrio entre a necessidade de preservação ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, eu só queria registrar a presença, nesta Casa, do vereador Amauri Sarti, de Jaraguá do Sul, e do policial Adilson, nosso amigo e companheiro de luta que veio para cá para tratar de assuntos de interesse da região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero registrar a presença, nesta Casa, dos alunos da Udesc Filipe, de Rio do Sul, da belíssima Valada São Paulo, no alto vale, onde há o melhor vinho do estado, o Thomas Gerferson, a Raquel e a Arian.

Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa!

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, telespectadores da Rádio Aleisc Digital, estudantes da Udesc, eu estive, atentamente, acompanhando vários debates hoje à tarde e quero tecer aqui comentários sobre alguns temas tratados.

Uma das questões que eu quero trazer aqui diz respeito às decisões e à Consulta Pública n. 112 e 117, da Anvisa. Quando se trata de um tema tão importante como o da fumicultura, fala-se do cigarro e da saúde pública e jamais podemos olhar para um

lado. Eu, que trabalhei a vida inteira com agricultura familiar e como agricultor, discuti, nos últimos 23, 24 anos, essa questão da fumicultura e sei da preocupação da importância econômica e social para Santa Catarina.

Então, não dá para olhar só para um lado. Sempre temos que discutir os dois lados, um relacionado à saúde das pessoas e o outro à problemática, que é a questão do fumo. Eu perdi o meu pai com problemas de saúde relacionados ao cigarro. Portanto, sei o que significa isso. Mas tenho claro que devemos olhar também o outro lado, e eu participarei da audiência nacional da Anvisa para debater esse tema e discutir justamente alternativas relacionadas à questão da fumicultura.

Nós não temos dúvida de que milhares e milhares de agricultores querem, sim, deixar essa atividade, porque sabem também que o excesso do uso de agrotóxicos na plantação do fumo prejudica a sua saúde, assim como da sua família. Eles gostariam de deixar a produção do fumo, certamente. Eu tenho conversado com inúmeras famílias de agricultores que gostariam de ir para outra atividade, mas, infelizmente, não se ofereceu essa alternativa ainda.

Então, precisamos debater alternativas. E agora, nesse momento, não se pode esconder uma questão, que é a do preço do fumo. Eu não concordo que as empresas, nesse momento, escondam-se atrás das resoluções da Anvisa para justamente não debater uma questão também central, que é a do preço do fumo pago aos nossos agricultores.

Quero deixar isso registrado e dizer que o papel do governo federal está sendo cumprido. Tenho acompanhado isso de perto e, inclusive, gostaria de destacar aqui alguns grandes investimentos. O orador que me antecedeu na trinuna, o deputado Marcos Vieira, falava da questão do dinheiro para os agricultores, com juro alto. Não é verdade! Nunca houve juros tão baixos na agricultura, como é o caso do Pronaf Mais Alimentos, que é 2% ao ano. É um juro extremamente subsidiado, com dez anos para pagar, com quatro anos de carência. Então, boa parte dos agricultores está implantando outras atividades, além do fumo, na propriedade.

Nós precisamos chegar junto. O governo federal tem investido muito nisso, assim como na assistência técnica, tanto é que no ano passado foi assinado um convênio de R\$ 13 milhões com a Epagri, justamente para qualificar a assistência técnica. E foram comprados 265 carros, e quase todos os municípios conseguiram carros novos, cinco caminhões, 11 tratores e 530 computadores para estruturar a nossa Epagri e assim ela cumprir a sua função.

Agora, não pode ocorrer o que está acontecendo no sul, srs. deputados e sras. deputadas, onde as empresas de farinha de mandioca precisam contratar a Epagri para fazer a prestação de serviço lá para a aplicação dos dejetos do polvilho. Não é possível isso, assim como não é possível a Cidasc cobrar R\$ 1.500,00 para liberar um produto novo para as nossas pequenas agroindústrias familiares no nosso estado. Ai não dá! O estado precisa de fato ajudar a nossa agricultura familiar.

Outra questão, deputado Reno Caramori, é privatizar a alimentação escolar. São R\$ 142 milhões que poderiam servir de base para a produção de alimentos de qualidade para os nossos agricultores poderem fornecer para as escolas. Foi privatizado e hoje

está vindo de outros estados. Aí não há discurso que aguentem! E vão dizer: "Ah, o governo tem que ajudar". Mas, então, vamos construir práticas, atividades, investimentos para os agricultores familiares que querem mudar da produção do fumo para outras atividades. E assim terão essa condição.

Gostaria de reforçar, novamente, que eu estou junto com essa luta dos agricultores, mas não dá para fazer um debate atravessado. Temos que debater os dois lados e discutir a questão da qualificação e do investimento para a nossa agricultura familiar, e também por parte do governo do estado de Santa Catarina, para amenizar as situações de impacto tanto na questão da fumiçultura, mas também em outras atividades, como no caso do arroz.

Para terminar, quero trazer aqui um debate que a nossa bancada está fazendo. É verdade que recebemos somente no dia de ontem a proposta de reforma administrativa e já temos algumas conclusões. Mas temos muito ainda para debater nos próximos dias.

Então, nós já estamos com a perspectiva de convidar, na semana que vem, o nosso secretário da Fazenda para vir explicar a proposta da reforma administrativa ou na CCJ ou na comissão de Finanças.

Além disso, nós já estamos identificando que uma questão não fecha. Deputado Jailson Lima, não fecham os números apresentados pelo governo para se fazer uma diminuição de gastos em torno de R\$ 30 milhões. Os números que estão sendo apresentados não fecham!

Eu poderia citar um exemplo: eu tenho uma previsão de tantos cargos que eu não chamei, e inclusive parte deles com concurso público. E como eu não vou chamá-los, eu vou deixar de gastar. É quase aquela história: eu queria comprar um carro este ano, mas não comprei. Então, eu economizei R\$ 40 mil, porque não comprei o carro. Então, a primeira questão é essa.

A segunda questão é que reconhecemos que há acertos, como a criação das coordenações da microempresa, da pesca e da agricultura familiar. Várias iniciativas, dentro da medida provisória, dentro da reforma, são importantes para Santa Catarina.

Agora, mais uma vez, deputado Sargento Amauri Soares, só existe a perspectiva de contratar cargos de confiança. E o povo, que está lá na ponta... Há pouco, o deputado Neodi Saretta fez referência à Fatma, mas na Educação também estamos com falta de professores; na Saúde há falta de gente na ponta para atender à população catarinense, e acabou não vindo nada nessa reforma administrativa.

A expectativa era que conseguíssemos ter uma política salarial para os trabalhadores catarinenses, e rever a questão dos incentivos fiscais, que estão prejudicando as nossas indústrias, principalmente do Prô-Emprego. Mas não veio isso!

Então, esperamos discutir ainda esse tema com muita profundidade e fazer emendas e modificações no texto para que de fato seja um texto que beneficie a população catarinense. Mas também reconhecemos que o novo governo que assumiu necessita fazer as suas adequações na sua forma de governar, estruturar o estado conforme o seu projeto político, mas em algumas questões não há como nós concordarmos.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha diretamente aqui na Assembleia Legislativa ou pela TVAL e Rádio AleSC Digital.

Nós estamos na semana do Carnaval e seria até bastante estranho, no meu modo de ver, que não houvesse nenhuma manifestação nesse sentido aqui na tribuna da Assembleia Legislativa.

Temos no nosso estado, evidentemente, inúmeros problemas nas áreas de: segurança, saúde, educação, saneamento, mobilidade urbana. Os problemas dos servidores públicos e também os dos praças da Polícia Militar do Corpo de Bombeiros até agora não tiveram uma solução nem um encaminhamento no sentido de resolvê-los. Mas estamos na semana do Carnaval e essa festa faz parte da cultura do povo brasileiro e do povo catarinense também. E os policiais terão que trabalhar dobrado no Carnaval, e é preciso que se registre isso. No entanto, o Carnaval, talvez a maior festa da cultura popular brasileira, não pode passar em branco e ter os prejuízos também da falta das condições estruturais para a sua realização.

Queremos registrar que participamos e contribuimos, da forma que podemos, com um bloco carnavalesco na nossa cidade, São José, em especial com o bloco Estrela Azul, caro Garcia, e não por acaso o Estrela Azul, lá da comunidade no norte de São José, no Jardim Zanelato. E o desfile será no domingo à noite.

O Carnaval de Florianópolis cresceu. Já teve uma importância grande na década de 90, depois deu uma declinação, mas voltou a crescer, felizmente. E é preciso se fazer o registro das cinco escolas de samba existentes na capital. Eram quatro até três anos atrás e agora são cinco escolas de samba. Vou citar aqui sucintamente as escolas e os respectivos sambas-enredos: a Consulado do Samba tem um samba-enredo com um título bem curto: *Dança: na vida tudo é movimento*; e a Embaixada Copa Lord: *Enfim... Há mãos e mãos! As tuas quais são?* - na verdade um grande questionamento e bastante importante -; a Protegidos da Princesa fará uma referência às festas de outubro, à Oktoberfest: *Ein Prosit, Oktober! Cerveja, o pão líquido dos Deuses* - e conta a história da cerveja e dessa festa também popular da cultura germânica, que acontece todos os anos em várias cidades do estado, especialmente naquelas colonizadas por alemães, especialmente a cidade de Blumenau -; a Unidos da Coloninha: *Vossa Majestade, beijo-lhe as mãos! A terra do pau-brasil é boa, e querendo aproveitá-la, tudo nela dá* - talvez aí haja um duplo sentido nesse enredo. E a mais nova escola de samba de Florianópolis, a União da Ilha da Magia, da Lagoa da Conceição, traz o seguinte samba-enredo neste ano de 2011: *Cuba sim! Em nome da verdade*, e o refrão desta escola é: "Uma forte emoção, no meu coração... Liberdade! Eu sou União. A voz de um povo pela igualdade".

Então, as escolas irão desfilar em Florianópolis no sábado à noite, madrugada de domingo, já quase de manhã, e participaremos, na medida das nossas possibilidades, evidentemente, do desfile da União da Ilha da Magia.

Quero parabenizar todas as escolas de samba de Florianópolis e do estado de Santa Catarina, de Laguna, especialmente, de

Joaçaba, as equipes, as diretorias, os carnavalescos e o povo, que se envolve nesse trabalho de meses de organização para se fazer essa festa bonita, que é o Carnaval.

Tenho falado, e falei no ano passado aqui - e parece até que provocou algum desconforto, deputado Reno Caramori, mas é uma coisa para pensarmos e refletirmos -, que talvez o Brasil melhore muito quando nós, políticos, formos tão bons quanto os nossos carnavalescos, aqueles que se dedicam de corpo e alma à construção dessa que é a maior festa popular do nosso país. E que as obras públicas no Brasil terão menos problemas quando também as empreiteiras conseguirem fazer proezas parecidas como as escolas de samba fazem. As obras públicas no nosso país têm demorado cada vez mais para fazer de conta que estão começando, depois para começar, e para concluir mesmo é o fim do mundo.

A Ponte Hercílio Luz, aquele monumento com uma tecnologia de 80 anos atrás, foi construída em apenas quatro anos. Agora se fala em 20 anos e demora-se mais de uma década para fazer uma obra com a mesma finalidade, o mesmo potencial e a mesma utilidade pública.

É preciso dizer, então, e quero reafirmar neste Carnaval, que o Brasil melhorará bastante quando as empreiteiras conseguirem ser tão competentes quanto são as escolas de samba, que colocam toda aquela estrutura de milhares de pessoas, com carros monumentais, na avenida. E sem o direito de testar. Elas têm que ir lá e fazer dar certo. Elas não têm nem o direito de testar para depois realizar o Carnaval.

O desfile da escola União da Ilha da Magia deste ano, justamente porque a escola está fazendo uma homenagem à revolução cubana, ao povo cubano, vai ter a presença do embaixador de Cuba no Brasil e também de Aleida Che Guevara. Quem é esta senhora? Ninguém mais, ninguém menos do que a filha de Ernesto Che Guevara.

Então, a filha de Che Guevara estará aqui em Florianópolis, neste final de semana, e vai acompanhar o Carnaval da capital catarinense. Ela é médica Pediatra formada em Cuba e mora atualmente na Espanha, embora seja uma autoridade política do governo de Cuba.

Como o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, será na terça-feira de Carnaval, vai ser realizada, na quarta-feira, dia 9, uma palestra com Aleida Che Guevara falando do papel da mulher na transformação social, em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Portanto, no teatro Álvaro de Carvalho, na quarta-feira da semana que vem, às 19h, haverá uma palestra com a Aleida Che Guevara, filha do Ernesto Che Guevara.

Está evento está sendo organizado pela Associação Cultural José Martí, de Santa Catarina, e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Saúde. E evidentemente que todas as pessoas da sociedade estão convidadas a participar. Terminou o Carnaval, deem uma descansadinha básica, e à noite assistam à palestra com Aleida Che Guevara no teatro Álvaro de Carvalho. O Papel da Mulher na Transformação Social é o tema dessa palestra.

Por fim, quero ainda registrar acerca do discurso da deputada Dirce Heiderscheidt nesta tribuna sobre o transporte marítimo. Nós vamos estudar isso, parabenizar as iniciativas que já existem nesse sentido e frisar aqui que se o que ela disse, que para instalar minimamente o sistema de transporte marítimo na Grande Florianópolis custará apenas R\$ 10 milhões, não ocorrer, com certeza todos nós e o nosso povo

vamos precisar amaldiçoar as autoridades por muitos e muitos anos. É preciso investir nisso.

Então, quero registrar que vamos estudar e acompanhar essa questão do transporte marítimo. E gostaríamos de parabenizar a iniciativa, sim, da prefeitura de Palhoça - e temos criticado aqui a administração municipal em outras questões - de puxar essa discussão do transporte marítimo na Grande

Florianópolis. Vamos acompanhar a questão e voltaremos a falar disso, que é uma grande necessidade do nosso povo.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.  
(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2011

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Renato Hinnig - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Enaltece o trabalho realizado pelas mulheres nas áreas de educação e segurança.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Destaca as deficiências na mobilidade urbana da região da Grande Florianópolis; saúda a escola de samba União da Ilha da Magia pela escolha de Cuba como tema do seu enredo.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** - Cobra dos governos estadual e federal maior valorização do setor têxtil.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Afirma estar preocupado com a destinação da gestão dos hospitais públicos a organizações sociais.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Concorde com o deputado Volnei Morastoni.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (pela ordem) - Registra a presença do vereador de Itá, Reunildo De Santi.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Informa a tramitação de projetos de sua autoria; reclama do atendimento do INSS.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Cobra que o estado assuma a responsabilidade da saúde pública e gerencie suas instituições.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Discorda do posicionamento do deputado Volnei Morastoni sobre o gerenciamento dos hospitais públicos do estado; adianta como será sua atuação à frente da Frente Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** (aparte) - Explicita sua posição quanto à responsabilidade do estado na gestão dos hospitais públicos.

**DEPUTADO CARLOS CHIODINI** - Exige providências do Executivo com relação a obras no km-94 da BR-280, entre os municípios de Corupá e São Bento do Sul.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Coloca em dúvida a eficácia das Consultas Públicas n.s 112 e 117 da Anvisa, que restringem a comercialização do fumo.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Marcos Paulo da Silva, de Navegantes, e de José Carlos Inácio e Albertino José Pereira, da Colônia de Pescadores Z6.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Repercuta matéria publicada no *Diário Catarinense* acerca das denúncias sobre a má qualidade da alimentação fornecida pela Nutribem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até de minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Saúdo o sr. presidente, os srs. deputados presentes e, com mais entusiasmo, hoje, as deputadas, porque quarta-feira, dia 8 de março, comemoraremos o Dia Internacional da Mulher. Recebemos, inclusive, um expediente da sra. Maria de Andrade Silva, que é presidente da Associação Catarinense dos Professores, falando do dia da mulher e da mulher professora.

(Passa a ler.)

“Mais um Dia Internacional da Mulher, data comemorada mundialmente no dia 8 de março, como forma de impedir que se perca na história a morte de um grande número de operárias durante protesto por melhores condições de trabalho em Nova York, em 1857.

Atualmente, dados estatísticos demonstram o avanço feminino no mercado de trabalho. Em várias atividades as mulheres já são maioria e são cada vez mais numerosas em profissões antes dominadas pelos homens.”

Estamos vendo isso o tempo todo. Temos mulher policial, mulher militar, enfim, em todas as atividades, inclusive no comando das grandes empresas, a mulher está demonstrando seu poder e sua capacidade, sem perder a feminilidade, como sempre disse a delegada Lúcia Stefanovich, que foi nossa secretária de Segurança e conseguia ser muito firme sem perder o carinho, o respeito pelas pessoas e o jeito maternal.

(Continua lendo.)

“Vem-se tomando comum o fato de as mulheres assumirem cargos elevados, tanto no poder público quanto na iniciativa privada. No Brasil, 11% das empresas são comandadas por executivas, um dos mais altos índices do mundo, ficando atrás apenas da Finlândia, com 13%, da Noruega e da Turquia.

Mas nesse dia não podemos esquecer a professora, a mulher que está na base dessa transformação e na evolução da sociedade como um todo, doando-se com absoluto esmero para garantir qualidade na educação popular, na educação pública, tocando a vida de tenros cidadãos e cidadãs que terão a missão de conduzir a sociedade.

A maior parte das vezes é ela, a professora, quem alfabetiza, quem abre o mundo para os olhinhos infantis e quem dá oportunidade de leitura e escrita para outros olhos, já maduros, que não tiveram a oportunidade de estudar na infância. São elas que fazem crescer a esperança e facilitam a compreensão do mundo. É a professora do bairro, da cidade, do interior, dos grandes centros urbanos, que jamais desiste de dar aulas porque tem consciência de estar formando cidadãos e cidadãs para viver com dignidade.

A dedicação das professoras traduz o que vemos hoje em Santa Catarina, um estado caracterizado pela força do trabalho que impulsiona o avanço da economia, a produção de bens e a melhoria da vida da sociedade nas fábricas, no comércio, na produção rural e no artesanato. Lá está ela, a mulher que ensina, a mulher que aprende, a mulher que educa, a mulher que orienta, a mulher que acolhe e depois entrega ao mundo sua criação.

Nada mais oportuno, portanto, neste Dia Internacional da Mulher, lembrar que toda criança precisa de uma professora para dar firmemente seus primeiros passos e caminhar em direção à cidadania, à justiça social e aos bens indispensáveis à dignidade humana.”

Esse texto da Associação Catarinense de Professores, da presidente Maria de Andrade Silva, fala muito bem da mulher professora.

Ontem, fazendo um histórico da minha vida para um jornal de Canoinhas, minha terra e do deputado Antônio Aguiar, lembrei da minha professora do Grupo Escolar Almirante Barroso, no ginásio. E à noite, lendo o jornal *O Tempo*, de Itajaí, vi a foto da professora Rosa, que me marcou muito à época da faculdade, porque era criteriosa, exigente e que muito ajudou a minha formação.



Gostaríamos de saudar todas as mulheres neste Dia Internacional da Mulher, principalmente as policiais, porque acompanhamos o seu dia a dia e sabemos das dificuldades de cuidar dos seus afazeres, da família e de uma atividade profissional tão complexa, que é o de absorver os problemas da comunidade.

As pesquisas demonstram que a profissão de policial é a mais estressante da humanidade. Lidamos com o cidadão no momento do conflito, no momento em que está estressado. E depois, muitas vezes, lá na frente do juiz, na frente do promotor, está sentado um cidadão bonzinho que só diz "sim, senhor", mas lá no momento da violência, com uma arma na mão, é um ser totalmente transformado, um ser totalmente diferente.

Lembro-me de um projeto, em Chapecó, no momento da implantação das Delegacias da Mulher.

Demos oportunidade, nesses últimos quatro anos, para implantar no maior número de cidades, no maior número de regiões, as Delegacias de Proteção à Mulher. Por quê? Porque é um atendimento diferenciado. A violência contra a mulher não é só a violência física. A pior violência contra a mulher é a psicológica, que atinge tanto ela quanto os filhos. Há muitos casos de pessoas que cometem algum tipo de delito que, se formos estudá-las, e os psicólogos estudam, vamos verificar que, quando criança, em idade tenra, presenciaram algum tipo de violência e tiveram a personalidade afetada.

Então, quando procuramos implementar a Delegacia da Mulher não foi apenas para fazer a ocorrência da violência, mas também para que lá pudéssemos contar com um psicólogo, um assistente social. A maioria das nossas delegacias funciona tendo em vista o esforço das próprias delegadas, dos delegados e dos policiais que lá trabalham. Ao chegarmos numa das Delegacias da Mulher vemos, na maioria das vezes, uma salinha com brinquedos. Inclusive, já ouvi, muitas vezes, alguns colegas delegados e delegadas dizendo: "Esses brinquedos eram dos meus filhos, mas trouxe para cá porque quando as mães vêm para cá machucadas, chorando, com um filho no colo também chorando, temos que dar algum atendimento profissional, temos que tentar tirar a criança daquele mundo de violência."

Por isso, São Bento do Sul, deputado Silvio Dreveck, é um exemplo. As delegacias possuem brinquedos e foi montada uma estrutura pelos próprios funcionários que lá trabalham, cada um levou alguns brinquedos de casa para que houvesse condições, na chegada de uma criança que passa por esse trauma, de tranquilizá-la e deixar que ela viva o seu mundo e saia daquele mundo de violência que, muitas vezes, ela acaba presenciando na sua residência.

Temos falado muito de combate às drogas, mas esse trabalho social de dar força e apoio às Delegacias da Mulher, de valorizar as nossas profissionais mulheres, em todos os setores, especialmente na Polícia Civil, deve ser lembrado no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Faço esse registro e conclamo todos a valorizar essas valorosas mulheres.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos assistem pela TVAL, que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital e público aqui presente nesta manhã de quinta-feira.

Vou retomar o tema, até porque não dá para esquecer, da mobilidade urbana da Grande Florianópolis. Creio que todos os deputados, todos os servidores desta casa, assim como a imensa massa de trabalhadores que trabalham na Grande Florianópolis e deslocam-se todas as manhãs, sentiriam e sentem todos os dias, especialmente nos dias de chuva como hoje, o problema do trânsito.

Do bairro Serraria, em São José, até aqui são apenas 17km, mas demorei uma hora e dez minutos para fazer esse trecho. Isso porque moro há dez anos naquela região e conheço outras opções, outros caminhos para chegar ao centro. Ressalte-se que não havia nenhum acidente, nem com carro nem moto.

Então, é preciso que os setores econômicos da Grande Florianópolis pensem nisso, é preciso que os empresários pensem nisso. E estou falando dessa forma porque o trânsito já não é mais um problema humano, apenas; já não é mais um problema ambiental, apenas; ou um problema para a qualidade de vida, apenas; é também um problema econômico. Os empresários da Grande Florianópolis estão tendo prejuízos por conta do garroteamento do sistema de transporte, por conta da falta de mobilidade urbana na região.

Talvez alguns estejam obtendo lucro com essa situação. Dentre todos os empresários da Grande Florianópolis, alguns poucos talvez estejam obtendo lucro. Talvez não. Alguns estão tendo lucro, com toda certeza, justamente porque o sistema está assim. Mas a imensa maioria, inclusive, os empresários, passou a ter prejuízo com o sistema de transporte dessa natureza.

Fala-se muito e cobra-se muito das autoridades, dos governos, no sentido de que restrinjam gastos com serviços públicos, com servidores, para poder atuar mais na área de investimento em infraestrutura. Esse tem sido o discurso de não sei quantas décadas. Mas qual infraestrutura? Essa é a pergunta que nunca é feita. Talvez uma infraestrutura que dê bastante lucro para algumas empreiteiras, porque a infraestrutura de transporte e mobilidade urbana, aqui na Grande Florianópolis, é a coisa mais absurda que pode existir no mundo.

Se formos a qualquer outra parte do mundo, em qualquer outro continente, ou a qualquer outro estado da federação brasileira e dissemos que a capital catarinense, que é uma ilha, não tem uma simples bateirinha, uma bateira pequeninha, para que as pessoas atravessem da capital para o continente, ninguém acreditaria. Essa é uma situação absurda.

Falava ontem aqui, assim como a deputada Dirce Heiderscheidt, de uma proposta que já foi aprovada na Câmara de Palhoça, visando a instituir transporte marítimo na Grande Florianópolis. Estudarei a situação para falar com mais propriedade da proposta existente. De qualquer forma, é um absurdo que uma capital de estado, que é uma ilha, não tenha uma bateira para alguém atravessar de um lado para outro. Se caírem as pontes? Morremos todos, é isso?

Fala-se bastante na necessidade de economizar com serviços, arrochar os

servidores públicos, não contratar policiais, pessoal de enfermagem, médicos, professores. Quinze mil professores, no estado de Santa Catarina, são admitidos em caráter temporário, os ACTs. E desculpe-me o Magistério, que merece e sempre merecerá todo o meu respeito, mas ACT é boia-fria da Educação. Fica desempregado no final de novembro e talvez consiga o emprego de volta no começo de fevereiro ou de março. Talvez consiga. São 15 mil professores no estado de Santa Catarina que educam as novas gerações e vivem nessa situação. E aí se fala em cortar recursos para as áreas sociais, para os serviços essenciais, porque é preciso investir em infraestrutura. Qual a infraestrutura e de que forma se está investindo? Essa é a pergunta que tem que ser feita.

Quero aproveitar também, nesta manhã de quinta-feira, última sessão antes do Carnaval, para falar do ensaio da Escola de Samba União da Ilha da Magia, ontem à noite, na Lagoa da Conceição. Tivemos a oportunidade de participar de alguns ensaios, e ontem era o de rua, de pista, numa das vias da Lagoa da Conceição. Havia milhares de pessoas no ensaio, não vou dizer cinco mil, porque talvez estivessem mais para dez mil, pois não dava para ver onde começava e terminava a multidão participante do ensaio da União da Ilha da Magia, que vai cantar, neste ano de 2011, o samba enredo "Cuba, sim, em nome da verdade".

Queremos parabenizar e registrar que a nossa solicitação à diretoria da escola foi atendida, escola que é presidida por Valmir Martins que, além de carnavalesco, é sindicalista, qualidade que descobri mais recentemente. Valmir é o atual presidente do Sindicato dos Previdenciários do Estado de Santa Catarina.

Estiveram ele e tantas outras pessoas visitando Cuba há um ano e pouco, e de lá surgiu a ideia de homenagear a revolução cubana, o seu povo, as conquistas na área da educação, na área da saúde, da cultura e, por que não dizer, na área da segurança pública.

Então, parabeno a União da Ilha da Magia pelo trabalho, pela escolha do samba enredo, pela coragem de dizer, sim, em nome da verdade, por que não falar disso? Por que ouvir só os opositores ao socialismo? Por que ouvir só os opositores à revolução cubana? E a massa está participando, cantando em nome da verdade. Evidentemente que houve polêmica, e não podia ser diferente num país como o nosso, mas não vou entrar nos motivos e nos porquês.

É claro que as autoridades do governo cubano estarão na cidade, chegarão amanhã de manhã, além do embaixador, também Leida Guevara, filha de Ernesto Che Guevara, autoridade do governo cubano, que atualmente está na Espanha, mas que reside e tem história em Cuba. Ela é médica pediatra e com ela será realizada uma palestra no dia 9 de março, um dia depois do Dia Internacional da Mulher. Então, no dia 9, quarta-feira da semana que vem, à noite, no Teatro Álvaro de Carvalho, no centro da capital, o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Sindaúde, a Associação Cultural José Martí, em solidariedade aos povos, estará organizando uma palestra com Leida Guevara, que vai tratar do papel da mulher na transformação social. Esse é o tema justamente alusivo ao Dia Internacional da Mulher.

Quero parabenizar todas as escolas de samba de Florianópolis, a Coloninha, a

Protegidos da Princesa, a Copa Lord. Como já falei ontem, o Carnaval é a maior festa popular do Brasil, é uma festa de oportunidades, é uma festa onde as pessoas expressam as várias modalidades de cultura. Todas as escolas de samba, blocos e foliões que brincam com responsabilidade merecem o nosso respeito e os nossos aplausos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O próximo orador inscrito, em Breves Comunicações, é o deputado José Milton Scheffer, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, sras. deputadas, quero hoje fazer as minhas considerações com relação ao setor têxtil de confecção do sul do estado.

No último domingo aconteceu o lançamento da moda outono/inverno nos cinco centros atacadistas da BR-101, desde Sombrio até Criciúma, mostrando para todos nós que uma região com grandes dificuldades econômicas, sem ter uma vocação definida, sem ter um produto que a diferencie das demais através da criatividade, da competência, do trabalho, da vocação das pessoas, fez surgir da indústria têxtil uma nova fonte de renda significativa para toda uma população, gerando oportunidades para centenas e centenas de pessoas, homens e mulheres, que há dez anos, 12 anos mal conheciam uma máquina de costura e que hoje produzem mercadorias que percorrem todos os estados do Brasil.

Foi construída uma rede de *shoppings* atacadistas que mostrou, neste final de semana, para todo o Brasil, para mais de dez mil pessoas presentes, o talento, a competência, as tendências da moda outono/inverno.

É um segmento importantíssimo da nossa região, por isso a nossa homenagem, hoje, vai para o Supercentro Japonês, que possui 37 lojas; para o Litoral Shopping, que possui 30 lojas, e que ficam em minha cidade, Sombrio; vai para o Aravest, do município de Araranguá, deputado Manoel Mota, com 42 lojas; vai também para o TAC, que fica em Tubarão, com cerca de 30 lojas, e ainda para o Portal Shopping, da cidade de Maracajá, somando 32 lojas.

Somente esses segmentos atacadistas na contratação de vendedores e de gerentes somam, hoje, aproximadamente 1.120 empresas e geram mais 1.400 empregos diretos. Todo o setor de confecção da nossa região gera mais de dez mil empregos somente em quatro cidades, quando há bem pouco tempo a vocação era no setor calçadista e na agricultura.

Hoje as cidades de Araranguá, de Sombrio e de Turvo geram, somente elas e suas mais de 300 empresas, cerca de dez mil empregos. Se associarmos aqui a região da Amurel e a de Criciúma veremos que esse setor, direta ou indiretamente, gera oportunidades para mais de 20 mil pessoas.

Muitas vezes observamos os governos darem subsídios, apoio a empresas de fora, que fazem grandes investimentos, é verdade, mas na maioria das vezes gerando pouco emprego para a cidade. E esse é um

setor que consegue suplantar o setor calçadista, que há muitos anos levou toda a região do vale de Araranguá à falência, durante o ano de 1994, que era um setor basicamente de exportação, mas que em função do mercado, do alinhamento do dólar, faliu toda uma região.

Graças ao talento e à competência dos nossos pequenos empresários da época, conseguimos converter esse setor, essa mão de obra, esses talentos, para o setor da confecção. E hoje, com muito orgulho, o sul de Santa Catarina se torna um polo mais forte no ramo da confecção, no ramo têxtil, criando uma cadeia produtiva significativa na área da serigrafia, na fabricação de aviamentos, nos cursos de preparação nas empresas de publicidade, de embalagens. Tudo isso gerou uma cadeia produtiva que significa, em muitas cidades, mais de 50% do movimento econômico.

A confecção é uma arte hoje no Brasil, um setor altamente competitivo, por isso exigiu esforços da sociedade no sentido de preparar a mão de obra local, converter a mão de obra de outros setores para o setor da confecção. E as prefeituras da região têm feito um trabalho muito bom, criando escolas e centros de costura, que têm propiciado a transformação da mão de obra de outros setores para o setor da confecção.

Hoje, profissões como estilista e *designer*, que até quatro ou cinco anos atrás eram totalmente alheias à nossa região, são comuns em cursos de formação e também no chão das nossas empresas, que têm mostrado para a população de toda a região sul um grande talento, uma grande vocação para esse setor que, acima de tudo, é um setor que emprega muita mão de obra, que tem complementado a renda de muitas e muitas famílias. É um setor que tem agregado valor, que tem possibilitado a muitas cidades zerar o desemprego, como a cidade de Sombrio e como outras cidades próximas, que zeraram o índice de desemprego.

É preciso registrar aqui todo o esforço feito pelo poder público municipal de diversas cidades, mas também o trabalho de qualidade feito pelas assessorias e consultorias do Sebrae, que tem levado tecnologia, conhecimento, desde o chão da fábrica até a gestão das empresas, possibilitando assim a sua sustentabilidade ao longo dos anos, o que tanto tem-nos orgulhado.

Quero destacar também o trabalho do Senai, que, através da formação da nossa mão de obra, tem possibilitado às empresas avançarem nesse mercado que é altamente competitivo em todo Brasil e no mundo, mas que agrega valor.

O sul do estado tem enfrentado a concorrência nacional, mas também a internacional, como a China e outros países, que não têm conseguido penetrar na nossa região graças ao talento e à competência das nossas costureiras e dos nossos jovens empresários do setor da confecção.

Gostaria de parabenizar o Sebrae e o Senai por isso, como também todos os empresários do ramo da confecção do sul de Santa Catarina, pelo grande trabalho que têm feito, pela importância desse setor na economia e no desenvolvimento social da nossa região, pois todos são merecedores do nosso reconhecimento.

Quero também solicitar o apoio do governo federal e estadual para esse segmento, pois é necessário criarmos com a

maior brevidade possível um centro tecnológico de pesquisa desse setor na região sul de Santa Catarina, para que possamos avançar um pouco mais. Até aqui os nossos empresários chegaram praticamente sozinhos, sem nenhum incentivo, sem nenhuma parceria governamental. Daqui em diante, para enfrentar toda a concorrência existente nesse setor, será necessário que o governo federal e estadual invistam, voltem seus olhos para essa região. Às vezes são milhões e milhões investidos em empresas que vêm para a região com grandes investimentos, mas gerando poucos empregos. E o setor da confecção tem tirado, sim, muitas famílias da necessidade, tem resgatado socialmente muitas famílias da nossa região.

Por isso, a nossa homenagem ao lançamento feito neste final de semana por esses cinco *shoppings* atacadistas do sul de Santa Catarina. O nosso reconhecimento da importância desse setor no desenvolvimento econômico e social da região e também o nosso apelo no sentido de que o governo do estado crie um centro de pesquisa de desenvolvimento de tecnologias voltado para o setor têxtil, que é uma cadeia produtiva que abrange três microrregiões, a Amurel, a Amesc e a Amrec, e que é fundamental para a vida de mais de 20 mil famílias.

Sr. presidente, fica aqui a nossa reivindicação para o governo do estado criar um centro tecnológico na área da confecção no sul de Santa Catarina.

Eram essas as informações que gostaríamos de passar na manhã de hoje, nesta Assembleia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, nobre deputado.

Temos sempre que observar que para a nossa indústria têxtil realmente sobreviver precisamos diminuir os contêineres que vêm da China com produtos têxteis e que adentram ao nosso estado ilegalmente, porque a fiscalização é feita por amostragem. Se a fiscalização desse mais ênfase à observação de todos os contêineres que chegam e conferisse a mercadoria existente para ver se fecha com a nota, talvez ajudássemos mais os empresários nacionais.

V.Exa. está de parabéns pelo pronunciamento.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastini, por até 11 minutos, que é um número sugestivo.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTINI - Sr. presidente, este número me persegue.

Srs. deputados, o governador acaba de enviar a esta Casa uma proposta de minirreforma administrativa, criando secretarias, coordenadorias, secretarias executivas, diretorias, portanto, criando novas estruturas e cargos na organização do estado.

A manchete do jornal diz que são 330 cargos a menos na estrutura do governo estadual, mas, em letras mais miudinhas, está o destaque para a criação de outros 231 cargos na estrutura do estado.

Pois bem, dos 330 cargos, apenas 45 são cargos comissionados e 85 cargos efetivos que não estavam sendo ocupados. Portanto, quanto a cargos extintos, o impacto é zero na folha de pagamento, porque os outros

200 cargos efetivos só serão extintos na medida em que vagarem, ainda na linha do tempo, ao passo que os cargos novos criados somam mais de R\$ 11 milhões na despesa anual do estado.

Tudo bem, acho que o governador foi eleito e tem o direito de fazer as adaptações necessárias para o seu projeto de governo, embora nós também tenhamos sido eleito para exercer o papel de oposição. Com certeza vamos exercer toda a vigilância necessária quanto aos pontos que podem ser positivos nessa minirreforma, mas também vamos analisar com mais profundidade o teor nos próximos dias, porque nos cabe o papel de criticar quando se faz necessário ou de não reconhecer a necessidade de alguma mudança proposta pelo sr. governador.

Quero dizer que, com essa minirreforma que está chegando a esta Casa, preocupa-nos sobremaneira, à minha bancada e a outros deputados da Casa, o que está por vir, o que o governo está gestando em outras áreas como, por exemplo, na Saúde. Quero dizer de antemão que não concordamos com a entrega dos hospitais estaduais para as organizações sociais, as chamadas OS, porque o estado não pode abrir mão das suas responsabilidades com os hospitais de sua propriedade.

No passado já houve muitas discussões, mas a Constituição é clara: a saúde é um direito de todos e um dever do estado. Além disso, a Lei Orgânica da Saúde, em seu art. 18, é muito clara, ou seja, nos hospitais regionais de alta complexidade a gestão é direta do estado. O estado não pode abrir mão dessa prerrogativa. O estado tem responsabilidade constitucional e legal de gerir, gerenciar, administrar, seus hospitais que têm a condição de centros de referência de alta complexidade.

Mesmo o capitalismo mais ortodoxo, que defende o estado mínimo, propõe que a saúde, a educação e a segurança sejam atribuições do estado. Portanto, quando o estado quer abrir mão da saúde, que é uma condição inerente à própria vida, deixando de proporcionar aos seus cidadãos o mais legítimo dos direitos, está renunciando a sua condição de estado. E isso nos preocupa, porque, na mensagem que o governador encaminhou à Assembleia Legislativa no dia seguinte a nossa posse nesta Casa, que trata das prioridades setoriais para a agenda de governo, quando se refere à saúde, na página 24, inciso I, diz que pretende promover, após estudos detalhados realizados pela secretaria de estado da Saúde, a gestão dos hospitais do estado por organizações sociais e entidades sem fins lucrativos. Então, realmente nos preocupa essa intenção manifestada pelo governador do estado.

Quero dizer ao sr. governador que o segredo da saúde está em fortalecer o SUS - Sistema Único de Saúde. A imensa maioria da população depende do SUS, que é o plano de saúde da imensa maioria da população e deve ser público, gratuito, de boa qualidade, com integralidade, equidade e - ainda acrescentando aquela que seria a palavra chave - humanidade.

Precisamos de humanização em todo atendimento, de acolhimento. A saúde está doente? Está. Os hospitais estão com problemas? Estão. Mas o governo do estado tem que tomar para si essa intransferível responsabilidade, assumir em suas mãos os hospitais. Então, vamos passar a limpo os hospitais, vamos virá-los do avesso, vamos ouvir os servidores, os pacientes e os seus

familiares, e constataremos inúmeros problemas físicos, materiais, pois faltam equipamentos, recursos financeiros. Esses são problemas que poderão ser atendidos. Nós vamos encontrar problemas com os servidores. Encontraremos, eventualmente, servidores até desinteressados, mas é minoria. A maioria é incansável, abnegada, quer o melhor do serviço público, mas está cansada, sobrecarregada. É preciso que seja valorizada, reconhecida. A chave está na valorização dos servidores públicos.

Vamos encontrar problemas de gestão ineficaz. Nós precisamos capacitar os gerentes para que sejam líderes modernos e eficazes.

Nós poderemos encontrar todas essas situações, e com certeza vamos encontrar, mas isso não justifica entregar para terceiros a gestão. A palavra chave é humanização e acho que é um grande debate que precisamos fazer no sentido de o estado reassumir essa responsabilidade de forma plena, total, intransferível.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Quero parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento e dizer que também estaremos manifestando-nos contra a transferência do patrimônio e do dinheiro público para a iniciativa privada administrar. A nossa posição é contrária a isso, assim como a de v.exa.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas quero registrar, com muita satisfação, a presença nesta Casa Legislativa, nesta manhã de quinta-feira, do vereador e secretário municipal da Agricultura de Itá, Reunildo De Santi. Quero também fazer o registro de que Itá faz um belíssimo carnaval, o Carnaval Náutico, que estaremos prestigiando na segunda-feira.

Parabéns à comunidade de Itá e obrigado ao secretário Reunildo De Santi aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Também queremos aproveitar para anunciar a visita do amigo caçadoreense Alcir Bazzanella que, como jornalista, mantém um programa no SBT mostrando principalmente os municípios de Santa Catarina, o segmento socioeconômico. É um programa assistido em Santa Catarina, no sudoeste do Paraná e no noroeste do Rio Grande do Sul.

Por isso parabenizo o jornalista e apresentador de televisão Alcir Bazzanella, amigo de Caçador que nos visita nesta manhã.

Sinta-se à vontade e é importante que acompanhe o desenvolvimento dos trabalhos deste Parlamento.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, quero saudar também todos os que nos acompanham pela TVAL.

Deputada Angela Albino, ao saudá-la, quero dizer que no meu pronunciamento anterior fiz alusão ao Dia Internacional da Mulher, que será comemorado na próxima quarta-feira. Falei sobre a valorização das mulheres profissionais, professoras, policiais, etc. Fizemos a nossa saudação.

Sr. presidente, demos entrada a um projeto de lei para que a legislação estadual determine que nos veículos de transporte urbano deste estado conste o número 181 do Disque-Denúncia da Polícia Civil, que é uma forte arma no combate ao crime no Brasil, especialmente neste estado. Todas as denúncias que chegam ao Disque-Denúncia são encaminhadas à delegacia da área, ao Deic, enfim, aos canais competentes para a investigação.

Existe um detalhe que o cidadão precisa saber: não há o registro do número que originou aquela chamada. A denúncia é anônima e vai ser verificada para investigação. Por isso é sempre orientado que o cidadão dê a informação da forma mais correta possível, denunciando o suspeito, o nome da rua, do bairro, da cidade e tal. São necessários todos os detalhes porque senão a Polícia Civil não tem como ir atrás para pedir mais informações.

O sigilo é uma garantia que o estado dá de que aquele informante não terá a sua identidade revelada. Então, a pessoa pode ligar para o número 181 do Disque-Denúncia, de qualquer aparelho telefônico. E tem sido um forte instrumento de combate à criminalidade no estado.

Também incluímos nesse projeto o Disque-Emergência 190, da Polícia Militar, porque quando o problema, a confusão, o desentendimento, o roubo ocorre, deve-se chamar o 190, porque o policiamento ostensivo é imediatamente acionado para atender a ocorrência. Quando a denúncia é para investigação, aí, sim, disca-se o número 181 da Polícia Civil.

Incluímos ainda o número 193, dos bombeiros.

Então, entendemos que são três números fundamentais que as pessoas precisam ter conhecimento em caso de necessidade. É importante discar o número dos bombeiros nos momentos de calamidade, de um grave acidente para que possam rapidamente adotar as medidas necessárias.

Esse projeto deu entrada na Casa no dia de ontem, e esperamos que tenha uma tramitação rápida, para que o estado determine que nos ônibus, nas vans, enfim, nos veículos de transporte coletivo credenciados e liberados pelo estado de Santa Catarina seja obrigatório constar no vidro traseiro esses números que são informações muito importantes para a sociedade como um todo.

Ouvi atentamente o discurso do deputado Volnei Morastoni a respeito do atendimento nos hospitais e pegando os jornais no dia de hoje novamente vemos uma notícia referente ao INSS. Isso virou rotina: "Tumulto e briga no INSS".

Um dos grandes problemas de atendimento que se tem no estado de Santa Catarina é com relação ao INSS. Muitas pessoas com problemas graves de saúde vão lá, procuram

informações, a perícia é marcada para depois de meses, mas quando voltam não são atendidas e ficam perambulando, fazendo uma verdadeira romaria em busca de atendimento. Esse é um dos mais graves problemas.

A responsável pelo INSS diz que é pela falta de médicos e em razão de uma greve ocorrida até agora não conseguiram solucionar esse problema. Mas vemos pessoas que fazem longos deslocamentos para chegar ao INSS querendo uma solução e muitas vezes não conseguem o atendimento devido. Muito bem falou o deputado Volnei Morastoni que precisamos qualificar o atendimento cada vez mais do servidor público, valorizando-o.

Posso falar sobre isso de cadeira, porque no período em que estive no comando da Polícia Militar e da Polícia Civil procurei aumentar o número de hora/aula de qualidade no atendimento. Essa foi uma orientação do governo federal, da Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública -, para a área da segurança no sentido de melhorar a qualidade no atendimento.

O INSS é um órgão que lida com pessoas muitas vezes desesperadas. Dois tumultos foram registrados recentemente no setor de atendimento. Muitas vezes o funcionário que está ali pode até não ter culpa, porque a falta de médicos para fazer a perícia não permite que ele dê a resposta que o cidadão quer, de um atendimento imediato, de um atendimento no mesmo dia, de um atendimento pelo menos na mesma semana. E aquelas pessoas acabam tendo que voltar depois de 30 dias, depois de dois meses, sendo os seus benefícios muitas vezes cancelados, entrando, assim, em desespero. São pessoas que sobrevivem à custa de um valor ínfimo, muitas vezes, e que enfrentam muitas dificuldades.

Segundo a declaração da superintendente do INSS, a falta de médicos peritos para realizar os atendimentos e a demora dos atendimentos são o principal motivo para as filas. Ora, o INSS precisa tomar providências!

Atualmente, as agências contam com 215 médicos do próprio INSS e mais 74 profissionais terceirizados. Seriam necessários, segundo ela, ao menos, mais 50 médicos para acelerar por completo o andamento das perícias.

Ora, o cidadão não pode passar por essa humilhação! Aquele que procura o INSS está com problema de saúde e com problema financeiro, porque em razão da sua saúde, o seu rendimento acabou sendo reduzido e ele não pode ficar ali recebendo aquelas evasivas no atendimento. Muitas vezes não é por falha do funcionário, pois ele já está nervoso, sobrecarregado, com medo de dar resposta ao cidadão, devido àquela fila interminável.

Então, srs. deputados, é muito importante que o INSS adote providências urgentes para minorar o sofrimento que é infligido àquelas pessoas que procuram atendimento médico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, ouvi, atentamente, deputado Volnei Morastoni, o seu discurso nesta manhã. Eu não sou da área médica, mas tenho algumas divergências com relação ao seu posicionamento. Conversei também com o médico, deputado Jorge Teixeira, e com o deputado Sargento Amauri Soares sobre essa temática. Eu sou um apaixonado pelas ONGs, pois trabalho em uma ONG, e acho que fazem um trabalho quase que no anonimato, mas intenso, fervoroso e de resultados positivos para a sociedade.

Entendo que há algumas dificuldades nessa questão da gestão dos hospitais públicos, talvez até porque não tenhamos preparado adequadamente os próprios funcionários, servidores da Saúde para essa posição de comando, de gerência dos hospitais, em especial os hospitais regionais que têm uma maior complexidade. Agora, pelas conversas que tenho tido com o governador Raimundo Colombo e pelo que tenho também, de uma forma ou de outra, debatido na própria bancada do Democratas, entendo que o posicionamento é positivo, mas é preciso fazer naturalmente algumas adequações.

A minha preocupação, deputado Volnei Morastoni, é no sentido de termos profissionais também do serviço público para a gerência dos hospitais, em especial os regionais.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado, quero dizer que tenho uma profunda admiração e reconhecimento pelas Organizações Não Governamentais; entendo que elas prestam um trabalho da maior relevância em todas as áreas, mas quero aterm-me, especificamente, ao caso da Saúde, porque no estado uma parte dos hospitais foi entregue para terceiros, para organizações sociais e isso está causando problemas.

Ontem ainda, srs. deputados, juntamente com o deputado Dado Chereim e com o secretário estadual Dalmo de Oliveira, fui acompanhar a direção do Hospital Maternidade Marieta Konder Bornhausen, da minha cidade, que foi entregue, por 30 anos, desde 1995, através de uma lei estadual, a uma administração terceirizada. Temos visitado constantemente aquele hospital porque ele não é um oásis e sabemos que os problemas continuam.

O que quero dizer é que devemos participar de um debate nesta Casa, no sentido de sinalizarmos a responsabilidade que o estado tem de assumir na plenitude aquele hospital. Há problemas crônicos, de muitos anos, que foram acumulando-se, que foram avolumando-se, chegando a uma condição muitas vezes ruim por omissão, por razões as mais diversas, e precisamos debruçar-nos sobre isso. Quais foram essas causas? Quais as razões dessa situação em que os hospitais se encontram hoje? O estado tem responsabilidade direta e acho que ele não pode abrir mão. Ele pode ter técnicos, gerentes muito bem capacitados na área da gestão. Sabemos da grande variável que são os recursos humanos, que têm que ser reconhecidos e valorizados.

Esse nosso debate ainda está começando, mas já manifestamos,

preliminarmente, essa posição porque entendemos que é uma responsabilidade da qual o estado não pode fugir e que não pode transferir. O governo deve ter condições e capacidade de administrar as suas instituições e as instituições de saúde, pela importância que têm para a cidadania, são uma responsabilidade da qual não pode abrir mão.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado, e acho que faremos outro debate em breve, na Assembleia, nessa linha, com relação à questão do concurso para médicos do estado. Temos que olhar com muito carinho essa questão.

Sr. presidente, preciso fazer um agradecimento especial aos deputados que ontem estiveram presentes na instalação do Fórum Permanente de Combate às Drogas, os quais foram apontados por suas diferentes agremiações. Esse fórum é composto pelos deputados Manoel Mota, Kennedy Nunes, Luciane Carminatti, Maurício Eskudlark, Darci de Matos, Sargento Amauri Soares, Narcizo Parisotto, Angela Albino e Altair Guidi.

Por indicação da Presidência desta Casa, srs. deputados, estamos assumindo a coordenação dessa frente parlamentar, e por sugestão, inclusive, dos deputados presentes nessa reunião de instalação.

Esse fórum, que passou a se chamar Frente Permanente de Combate e Prevenção às Drogas, tem como proposta representar o anseio da sociedade catarinense concernente aos problemas relacionados a essa epidemia. Ontem mesmo o jornal *Folha de S.Paulo* trouxe um dado que nos preocupa, ou seja, há 1,2 milhão de usuários de crack em nosso país, deputado Reno Caramori! Em algumas cidades de Santa Catarina já levantamos alguns dados. Em Blumenau, por exemplo, a Polícia Civil publicou, recentemente, informações de que há cinco mil usuários de crack! Apenas naquela cidade.

Por tudo isto, propusemos a instalação dessa Frente Permanente de Combate e Prevenção às Drogas, para buscar alguns objetivos que rapidamente destacarei, entre eles a avaliação das políticas públicas adotadas pelo governo do estado, como também pelos municípios, para tratar das suas carências e dos seus méritos; a avaliação das ações implementadas pela iniciativa privada, especialmente pelo terceiro setor, na prevenção e na reabilitação de dependentes químicos. Buscaremos, de igual forma, através dessa frente, apresentar um diagnóstico das ações implementadas em cada município ou região no combate, na prevenção e no tratamento. Finalmente, quero sugerir ações públicas no que diz respeito não só à prevenção, como também à repressão.

A sra. deputada Ana Paula Lima, que nos tem acompanhado também nessa bandeira, em especial da criança e do adolescente, sabe que um dos nossos projetos são as clínicas públicas para atender aos conselhos tutelares, aos chamados, pela Justiça, de menores infratores, que precisam ser privados da liberdade, mas que precisam também de um espaço para oportunizar a sua reabilitação.

Visitaremos, nos próximos dias, a Senad - Secretaria Nacional Antidrogas; já entramos em contato com a secretária nacional que, diga-se de passagem, é catarinense, da cidade de Painel; já fizemos um agendamento para os próximos dias e vamos incitar todo um debate com o Ministério Público, com a OAB,

com os veículos de comunicação, com as prefeituras, com os vereadores, com os parlamentares, com as secretarias de Saúde, enfim, com os representantes das nossas organizações não governamentais, com as comunidades terapêuticas, para apontarmos soluções no que diz respeito ao combate e à prevenção das drogas.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Carlos Chiodini, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Srs. deputados, sra. deputada, ouvintes da Rádio Alesec Digital, telespectadores da TVAL, assomo hoje à tribuna em breve pronunciamento, para fazer mais uma vez um apelo público em nome do povo do norte catarinense, pois já faz mais de 25 dias, portanto, desde o início do mês de fevereiro, que o trecho que liga Corupá a São Bento do Sul, na BR-280, e o trecho que liga o vale do Itapocu ao planalto norte estão interditados devido à queda de uma barreira ocasionada pelas chuvas no início do mês de fevereiro.

Já enviamos uma indicação ao superintendente do DNIT, pois convivemos, infelizmente, nos últimos dias, com poucas máquinas, pouco pessoal, mas me parece que há, em certos momentos, pouca vontade. Em certa ocasião é a questão da licença ambiental, em outro momento é o próprio DNIT que é cobrado, e eu sou obrigado a fazer esse apelo cobrando mais celeridade e agilidade nessa obra.

A população já sofre com a falta de projetos, de ações e, muito mais do que isso, de realizações de fato para a duplicação da BR-280, pois foi anunciado o lançamento do edital ainda em outubro de 2010, mas depois foi cancelado. Uma rodovia tão importante para a economia e para o desenvolvimento de toda Santa Catarina e que está, mais uma vez, por uma simples queda de barreira, interditada e atravancando toda a nossa produção.

Somente um empresário do ramo econômico, deputado Reno Caramori, que atua naquela região com transporte, faz por dia 5.000km a mais para poder abastecer as caldeiras das empresas com o resíduo da madeira vindo da indústria moveleira de São Bento do Sul. Isso é um pequeno exemplo, fora as pessoas que usam a rodovia para se deslocar ao trabalho e também às suas outras atividades. Além disso, prejudica, e muito, o município de Corupá. E eu falava há poucos instantes com o prefeito Luiz Carlos Tamanini, daquele pequeno município, que tem as suas dificuldades como todo o município tem, que me dizia que, infelizmente, está vendo suas estradas municipais serem mais estragadas e deterioradas do que pelas chuvas que já ocasionaram problemas, pelo fato de o trânsito estar passando por lá. A urgência dessa obra não permite mais a paralisação no Carnaval.

Então, faço esse apelo no sentido de contar com a sensibilidade dos responsáveis pela obra e com aqueles executivos que têm o poder de tomar as decisões, acelerando, a partir de hoje, a conclusão da obra, para que a população possa voltar a trafegar com tranquilidade e restabelecer a sua mobilidade no km-94 da BR-280, entre Corupá e São Bento do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesec Digital e visitantes que prestigiam, na manhã de hoje, o Parlamento catarinense.

Neste momento, através de leitura, levantarei algumas questões que são importantes e fundamentais para o estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Sras. deputadas e srs. deputados, estão em curso duas consultas públicas da Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária -, com propostas de novas resoluções para a cadeia produtiva do tabaco.

A Consulta Pública n. 112 sugere a proibição do uso de ingredientes que são fundamentais para a fabricação de cigarros. Já a Consulta n. 117 propõe a inclusão de advertência no espaço frontal da embalagem de cigarros, a proibição da exposição de cigarros no ponto de venda, a restrição ainda maior à comunicação das marcas no varejo, entre outras normas, como a proibição da realização de pesquisas de mercado por parte da indústria.

É motivo de preocupação esse incremento na regulamentação do mercado de cigarros, pois os impactos dessas resoluções, já conhecidos pela experiência em outros países, trazem prejuízos a toda a sociedade, principalmente à cadeia produtiva do tabaco, composta de 180 mil produtores rurais e suas famílias. No estado de Santa Catarina, mais de 30 mil produtores rurais seriam afetados com essas medidas.

Da mesma forma, parece-me equivocada a pretensão da Anvisa em legislar sobre propaganda e exposição do cigarro em pontos de venda. Legislar sobre comércio, livre iniciativa e direito de marca são atribuições do Congresso Nacional!

Tudo isso, sr. presidente, acarretará em aumento considerável da ilegalidade, que naturalmente ganhará uma vantagem competitiva por não acatar resoluções como essas. O comércio ilegal de cigarros gira em torno de 30%. Estamos falando de um ataque a uma indústria legal, que recolhe, anualmente, cerca de R\$ 8 milhões em impostos, investindo em empregos, escolas, infraestrutura e desenvolvimento para o Brasil.

Estamos falando em prejuízos econômicos para aproximadamente 13% dos municípios brasileiros que produzem tabaco. E a produção de tabaco no Brasil é responsável por mais de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos.

O tema é controverso e precisa ser mais bem debatido, sr. presidente. As consultas públicas da Anvisa estão abertas até o dia 31 de março. Portanto, convoco os demais deputados desta Casa e o governador do meu estado para manifestarem contrariedade a essas consultas públicas e solicitarem a essa agência a revogação delas."

Srs. deputados, a minha região, que é arenosa, só produzia mandioca. Hoje, se um agricultor que possui 8ha ou 10ha de terra for plantar mandioca, só conseguirá sobreviver durante um ano. Depois quebrará e terá que ir para a cidade, acarretando com isso vários

problemas. Mas hoje, permanecendo nessa terra que só produz fumo e mandioca, pois é uma terra arenosa, o agricultor consegue pagar o estudo do seu filho na universidade e ter a sua casa própria e o seu carro. Noventa e cinco por cento da produção do fumo, do tabaco, é exportada e para o nosso país ficam os recursos, o dinheiro, o desenvolvimento e a geração de empregos. Então, é importante e fundamental defendermos essa classe de trabalhadores.

No dia 14 de março será realizada uma audiência pública nesta Casa, e no dia 16 de março haverá um movimento grande em Brasília para tratar da questão dos fumicultores.

Eu estou acompanhando tudo isso, mas quero dizer que tenho em mãos uma embalagem de cigarro brasileira, com uma foto de uma criança tampando o nariz por causa da fumaça. E tenho outra embalagem com uma pessoa com a mão toda torta, e outra com pessoas defeituosas. Essa é a propaganda que vem nas embalagens do cigarro no Brasil. Mas no produto do nosso país vizinho, o Uruguai, que invade o país e que não paga imposto, não ocorre isso. Lá a propaganda é diferente, pois aparece uma bela mulher na embalagem de cigarro daquele país. Dêem só uma olhada, srs. deputados! É este tipo de produto que invade o Brasil, e isso não gera empregos. Isso é contrabando!

Mas há outra questão, srs. deputados, que no meu ponto de vista é muito importante, que é o tráfico de maconha e de crack. Qual é o trabalho que está sendo feito em nosso país no sentido de impedir o tráfico de maconha, essa droga que invade os bairros e as cidades? O que está sendo feito para impedir o consumo das pedrinhas de crack, uma droga que está destruindo a juventude? Nada! O que está sendo feito no Rio de Janeiro com relação à cocaína, que está destruindo pessoas? Nada! Eu não vi nada sendo feito!

Eu não fumo, sr. presidente, mas nunca fiquei sabendo de algum problema familiar nesse sentido, em que a mulher tenha se separado do marido, por exemplo, porque ele fumava. Eu nunca escutei nada disso! E não citei aqui também, mas o álcool destrói famílias, e nunca vi nenhuma propaganda contra esse vício tão perigoso, que mata tanto quanto o cigarro! Assim sendo, essas questões têm que ser debatidas e olhadas com muita responsabilidade.

O meu pai fumava e faleceu aos 85 anos; a minha sogra fumava e morreu aos 96 anos. Então, não tenho visto o fumo como um risco que ameaça a sociedade catarinense, brasileira e do mundo inteiro. Mas tenho visto, sim, a minha região crescendo, gerando emprego e dando conforto à família, porque aquela região, que não produzia nada, hoje está sobrevivendo com o plantio de fumo.

Então, evidentemente, é preciso chamar a atenção dessa área produtiva, que é importante para o Brasil e para Santa Catarina. E 90% da produção vai para outros países. Na China, o país onde as pessoas mais fumam, produz-se muito tabaco, mas agora as coisas vão mudar e os agricultores plantarão alimentos e importarão do Brasil e de outros países todo o tabaco para as indústrias poderem fabricar cigarro.

Portanto, é preciso olhar o global. Eu fico preocupado, porque me parece que a Anvisa é poderosa e está tirando o poder do Congresso Nacional. É preciso que haja um debate forte nesta Casa e nas Assembleias

Legislativas de todo o país sobre o uso de maconha, de crack e de cocaína, porque essas drogas estão destruindo a sociedade. Se numa família há uma pessoa viciada, não é só ela que está sendo destruída, mas toda a família. Por isso, queremos um debate mais elevado.

Eu nunca fumei na minha vida, mas sei o que é importante para Santa Catarina e o Brasil. Esse tema tem que ser discutido. Há problema? Até pode haver. É grave o problema? Até pode ser. Mas mais grave do que a maconha, o crack e a cocaína, que estão destruindo a sociedade, duvido que seja. E não estou vendo nenhum movimento neste Brasil em defesa da juventude e da família.

Por isso, quero levantar essa questão e dizer que defenderei a área produtiva, os fumicultores, porque é minha obrigação...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Quero apenas aproveitar a oportunidade para registrar a presença, no plenário, do vereador Marcos Paulo da Silva, do PT de Navegantes, que está acompanhado do sr. José Carlos Inácio, presidente da Colônia de Pescadores Z6, de Navegantes, e do sr. Albertino José Pereira, tesoureiro da mesma colônia. Eles vieram à capital para tratar de assuntos dos pescadores artesanais junto à Superintendência da Pesca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0035/2010.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00187/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0080/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0081/2011 e 0082/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0083/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; e 0084/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi.

Comunicamos, ainda, que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s: 0125/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0126/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer; e 0127/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento n. 0124/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente da Tim Celular, solicitando a instalação de uma antena de telefonia móvel no município de Massaranduba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0015/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada ao presidente da Confederação Nacional dos Municípios, manifestando apoio a esta entidade para derrubar o veto à redistribuição dos royalties do petróleo e participação especial.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Moção n. 0016/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada aos deputados federais catarinenses, manifestando apoio à Confederação Nacional dos Municípios para derrubar o veto à redistribuição dos royalties do petróleo e participação especial.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, que se encontra em reunião com a bancada, com a palavra o próx orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, não pretendia voltar à tribuna para tratar deste assunto - e uma vez que já me manifestei sobre ele durante essa semana e na semana passada, decorrente da visita que a comissão de Saúde fez ao Hospital Regional de São José e ao Instituto de Cardiologia - relacionado ao problema da alimentação nessas duas instituições e a Nutribem, a empresa que presta serviços terceirizados na elaboração dessa alimentação. Mas, como estive pessoalmente com a dra. Sonia Maria Demeda Groisman Piardi, do Ministério Público Estadual, e tendo em vista também que esse assunto voltou à tona hoje, como manchete do *Diário Catarinense*, resolvi abordá-lo novamente.

A matéria refere-se ao Instituto Catarinense de Cardiologia, dizendo que os pacientes reclamam da comida, que a qualidade dos alimentos servidos na instituição é ruim. A matéria coloca depoimentos de vários pacientes que foram ouvidos sobre essa situação, dizendo que a comida continua intragável. E há várias outras situações graves colocadas. Inclusive, um dos pacientes, ao falar da comida, ficou com os olhos marejados. Isso significa que deve haver algum problema, pois onde há fumaça, há fogo, como se diz.

Reiteradamente esse assunto vem à tona e há uma semana esse assunto tomou conta dos debates, da imprensa e veio a público. A própria comissão de Saúde esteve lá e constatou irregularidades. Na visita ao Instituto de Cardiologia médicos confirmaram que há um problema nas dietas.

Ora, muitos pacientes internados têm dieta livre, mas existem aqueles que têm dietas especiais. Se há uma dieta prescrita, ela faz parte do tratamento. Então, está havendo um problema nas dietas. Quer dizer, o problema não é só na alimentação para os que têm dieta livre ou para os acompanhantes, familiares dos pacientes, ou mesmo para os servidores.

Por isso, quero dizer que estive pessoalmente conversando com a dra. Sônia e que contentei-me com o encaminhamento que ela deu, da semana passada para cá, fazendo vários considerandos e, inclusive, sobre essa questão dos serviços lá prestados pela Nutribem, pois há irregularidades sanitárias encontradas no estabelecimento da Nutribem, como a manipulação imprópria de alimentos.

Então, são vários itens e a dra. Sonia recomendou ao dr. Dalmo Claro de Oliveira, secretário estadual de Saúde, os seguintes pontos:

(Passa a ler.)

“[...]”

1) Que seja instaurada sindicância para apurar as condições de higiene e segurança alimentar existentes no Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes” - e Instituto de Cardiologia -, “notadamente através da investigação da cadeia de eventos que culminou no descarte de 80 quilos de carne imprópria ao consumo, com a consequente identificação e punição dos responsáveis, se for o caso;

2) Que seja analisada e avaliada a qualidade nutricional das refeições produzidas pela Nutribem no Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes, determinando-se a adoção das providências que a perícia indicar; e 3) Determine à Vigilância Sanitária Estadual que realize inspeções a cada 2 (dois) meses nas dependências (especialmente em copas/cozinhas/ despensas/câmaras frias) do Hospital Regional de São José, Dr. Homero de Miranda Gomes, de modo a aferir e controlar com maior regularidade as reais condições de higiene a que são expostos diariamente os pacientes, funcionários e visitantes do referido nosocômio, mormente no que tange aos serviços de alimentação prestados pela empresa Nutribem e à adequação desta aos ditames da legislação sanitária.[...][sic]

Então, uma vez que esse assunto já está encaminhado pelo Ministério Público para o secretário estadual de Saúde nos últimos dias, e o secretário tem um prazo de dez dias para se manifestar a esse respeito, vimos a esta tribuna, em Explicação Pessoal, para trazer a informação de que vamos aguardar a manifestação do secretário a respeito dessa situação que o *Diário Catarinense* continua trazendo aos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado!

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima.

(Pausa)

Na ausência da deputada Ana Paula Lima e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 722, de 01 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

#### RESOLVE:

**LOTAR** o servidor **VANOIR GUAREZI ZACARON**, matrícula nº 1394, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, no Gabinete da Deputada Dirce Heiderscheidt.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

**República por incorreção**

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1051, de 04 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR** **NUBIA SIMARA MEDEIROS DA SILVA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Adilor Guglielmi).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1052, de 04 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **SOLANGE AUREA ROSSO**, matrícula nº 3476, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Adilor Guglielmi).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1053, de 04 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR** **SOLANGE AUREA ROSSO**, matrícula nº 3476, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Adilor Guglielmi).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1054, de 04 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ALESSANDRO TRAMONTIN**, matrícula nº 4054, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1055, de 04 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR** **ALESSANDRO TRAMONTIN**, matrícula nº 4054, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1056, de 04 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **AMANDHA CUNHA DA COSTA**, matrícula nº 5523, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1057, de 04 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR** **AMANDHA CUNHA DA COSTA**, matrícula nº 5523, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1058, de 04 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ANDERSON MACAGNIN**, matrícula nº 3282, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1059, de 04 de março de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR** **ANDERSON MACAGNIN**, matrícula nº 3282, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1060, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **DJON MACHADO LOPES**, matrícula nº 6018, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1061, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR DJON MACHADO LOPES**, matrícula nº 6018, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1062, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JOCIMAR QUARTH**, matrícula nº 5391, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1063, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JOCIMAR QUARTH**, matrícula nº 5391, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1064, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LAERTE POLLA**, matrícula nº 6451, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1065, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LAERTE POLLA**, matrícula nº 6451, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1066, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LUCIANO VIEIRA DA PAZ**, matrícula nº 4638, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1067, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **SIDNEY GALLO**, matrícula nº 6546, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1068, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR SIDNEY GALLO**, matrícula nº 6546, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1069, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **VALENTIN JURDINES COLODEL**, matrícula nº 3775, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1070, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR VALENTIN JURDINES COLODEL**, matrícula nº 3775, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*



**PORTARIA Nº 1071, 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** no Gabinete da Presidência **DAGOMAR ANTONIO CARNEIRO**, servidor do Poder Executivo - SES, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 567, de 25 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2. Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1072, 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** no Gabinete do Deputado Kennedy Nunes **ODAIR JOSE PAVESI**, servidor do Poder Executivo - SES, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 564, de 25 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2. Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1073, 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** no Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cherem **JOSE AUGUSTO ALVES**, servidor do Poder Executivo - CIDASC, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 566, de 25 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2. Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1074, 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** na Liderança do **DEM KATIA REGINA TZELIKIS LOSI**, servidora do Poder Executivo - IPREV, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 468, de 17 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2. Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1075, 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** no Gabinete da Presidência **GILBERTO CELESTINO PINTO DELFINO**, servidor do Poder Executivo - SED, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 561, de 25 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2. Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1076, 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** no Gabinete da Presidência **MARIA GORETT GONÇALVES**, servidora do Poder Executivo - DEINFRA, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 563, de 25 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2. Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1077, 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** na Liderança do **PMDB VILMAR ASTROGILDO TUTA DE SOUZA**, servidor do Poder Executivo - SSP, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 407, de 11 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2. Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1078, 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **JOENIO PIRES**, matrícula nº 1304, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, na DL - CC - Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1079, 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **WALMIR DE OLIVEIRA MATOS**, matrícula nº 2787, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, no Gabinete do Deputado Jose Nei Ascari. Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1080, 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** na **DL - CC** - Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia **ELIANE DA SILVA NEVES**, servidora do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Saúde, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 391, de 10 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2. Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1081, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **AIRTON JOSÉ TEDESCO**, matrícula nº 6266, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Moacir Sopesa). Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1082, 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR SIDENEI DA ROCHA SILVA**, matrícula nº 6231, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Moacir Sopesa). Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1083, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **CESAR AUGUSTO PEREIRA OLIVEIRA**, matrícula nº 6622, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1084, 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CESAR AUGUSTO PEREIRA OLIVEIRA**, matrícula nº 6622, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-73, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (CGP - Colegiado de Bancadas).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1085, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ANA CAROLINA CORREA DE MACHADO**, matrícula nº 4677, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1086, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ANA CAROLINA CORREA DE MACHADO**, matrícula nº 4677, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1087, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **DOMINGOS DE ABREU MIRANDA**, matrícula nº 6733, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1088, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR DOMINGOS DE ABREU MIRANDA**, matrícula nº 6733, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1089, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ELIZABETH ROCHA**, matrícula nº 6031, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1090, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ELIZABETH ROCHA**, matrícula nº 6031, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1091, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **IRANI TEREZINHA RODOLFI PEREIRA**, matrícula nº 2616, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1092, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR IRANI TEREZINHA RODOLFI PEREIRA**, matrícula nº 2616, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1093, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MARINES KEPLER NUNES**, matrícula nº 6629, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1094, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR MARINES KEPLER NUNES**, matrícula nº 6629, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-14, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1095, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **MOISES DE FARIA**, matrícula nº 5565, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1096, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR MOISES DE FARIA**, matrícula nº 5565, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1097, de 04 de fevereiro de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **MYRELLE GUEDES DA FONSECA NEVES MACHADO**, matrícula nº 5589, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1098, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR MYRELLE GUEDES DA FONSECA NEVES MACHADO**, matrícula nº 5589, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1099, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **OSWALDO CIDRAL**, matrícula nº 6277, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1100, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR OSWALDO CIDRAL**, matrícula nº 6277, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-04, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1101, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **TATIANA CRISTINA BERNARDO**, matrícula nº 5183, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1102, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR TATIANA CRISTINA BERNARDO**, matrícula nº 5183, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1103, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR MARLON FERNANDO STOFFEL**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Darci de Matos).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1104, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR RICIANE FOLETTTO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Neodi Saretta).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1105, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **CLESIO HENRIQUE FRANZOI**, matrícula nº 5612, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1106, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CLESIO HENRIQUE FRANZOI**, matrícula nº 5612, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1107, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JOEL PIRES BURK**, matrícula nº 6073, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-04, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1108, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JOEL PIRES BURK**, matrícula nº 6073, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1109, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MANOEL MARIO DE JESUS**, matrícula nº 4535, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1110, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ELIETE CARVALHO**, matrícula nº 5311, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1111, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ELIETE CARVALHO**, matrícula nº 5311, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Antonio Aguiar).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1112, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ELZIO JOSE DO PRADO**, matrícula nº 4910, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1113, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ELZIO JOSE DO PRADO**, matrícula nº 4910, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1114, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **LAINÉ MARIA DE NADAL**, matrícula nº 2597, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1115, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LAINÉ MARIA DE NADAL**, matrícula nº 2597, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário

Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1116, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ANTONIO MAFRA FILHO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 3ª Secretaria).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1117, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ALINE BUSSOLO**, matrícula nº 3403, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1118, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ALINE BUSSOLO**, matrícula nº 3403, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1119, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **DANIELA CRISTINA PEREIRA**, matrícula nº 4470, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1120, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR DANIELA CRISTINA PEREIRA**, matrícula nº 4470, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1121, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **EVANDER ADERCI TOMAZI**, matrícula nº 6741, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1122, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR EVANDER ADERCI TOMAZI**, matrícula nº 6741, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1123, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JOAO OTAVIANO RAMOS**, matrícula nº 3295, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1124, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JOAO OTAVIANO RAMOS**, matrícula nº 3295, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1125, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JORGE SERGIO TURATTI**, matrícula nº 3025, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1126, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JORGE SERGIO TURATTI**, matrícula nº 3025, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1127, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JULIO CESAR MARTINS**, matrícula nº 3702, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1128, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JULIO CESAR MARTINS**, matrícula nº 3702, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1129, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LAERCIO MENEGAZ**, matrícula nº 4369, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1130, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LAERCIO MENEGAZ**, matrícula nº 4369, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1131, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **LUANA HOFFMANN**, matrícula nº 6133, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1132, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **SILVIO COSTA SILVY**, matrícula nº 6273, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1133, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR SILVIO COSTA SILVY**, matrícula nº 6273, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1134, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MARLETE PEREIRA RICHTER**, matrícula nº 3625, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1135, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARLETE PEREIRA RICHTER**, matrícula nº 3625, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1136, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LUIZ HENRIQUE FOGAÇA**, matrícula nº 6058, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1137, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LUIZ HENRIQUE FOGAÇA**, matrícula nº 6058, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário

Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1138, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **CLEMILDA FRANCISCO OLAVIO** VIANNA, matrícula nº 6117, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1139, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ERCOLIS NEVES**, matrícula nº 6219, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1140, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **VILSON NUNES DA ROSA**, matrícula nº 6139, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1141, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LUANA HOFFMANN**, matrícula nº 6133, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1142, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR HUDSON JOSÉ VIEIRA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1143, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** a servidora **HELOISA MARA LISBOA VIEIRA**, matrícula nº 1290, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-634, na Diretoria Geral.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1144, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **MARCOS ANTONIO SILVEIRA**, matrícula nº 1792, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-634, na DL - Coordenadoria de Apoio ao Plenário.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1145, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** na **CC** - Comissão de Finanças e Tributação **DALVA ADONIS ROGERIO**, servidora do Poder Executivo - DETER, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 563, de 25 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1146, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** no Gabinete do Deputado José Nei Ascarí **GISELA STEINER SCAINI**, servidora do Poder Executivo - EPAGRI, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 395, de 10 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1147, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JEOLDEMIR DE NEZ**, matrícula nº 6444, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1148, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR IVAIR JOSÉ CHELEST**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1149, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MARIA ANGELICA DA SILVA PONCIANO**, matrícula nº 4668, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Nilson Gonçalves).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1150, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARIA ANGELICA DA SILVA PONCIANO**, matrícula nº 4668, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Nilson Gonçalves).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1151, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **VINICIUS VEIGA GARCIA HAMAGUSHI**, matrícula nº 3415, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Nilson Gonçalves).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1152, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR VINICIUS VEIGA GARCIA HAMAGUSHI**, matrícula nº 3415, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Nilson Gonçalves).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1153, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **TATIANA ALBANI CARVALHO HULBERT**, matrícula nº 2924, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-47, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1154, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR TATIANA ALBANI CARVALHO HULBERT,**

matrícula nº 2924, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1155, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **JULIA DA SILVA MILIS SYRACUSE**, matrícula nº 4176, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1156, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JULIA DA SILVA MILIS SYRACUSE**, matrícula nº 4176, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1157, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **CARLA CRISTINA SCHE**, matrícula nº 2536, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-47, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1158, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CARLA CRISTINA SCHE**, matrícula nº 2536, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1159, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **MOACIR CARDOSO PEREIRA**, matrícula nº 5549, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-49, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*



**PORTARIA Nº 1160, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MOACIR CARDOSO PEREIRA**, matrícula nº 5549, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-52, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1161, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ANGELA MARIA GARIBOTTI**, matrícula nº 3652, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1162, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ANGELA MARIA GARIBOTTI**, matrícula nº 3652, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1163, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ALBA LUCIA FONTES PIAZZA**, matrícula nº 4210, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1164, de 04 de março de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ALBA LUCIA FONTES PIAZZA**, matrícula nº 4210, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/11**

Altera a alínea f, do inciso IV, do art.1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências.

Art. 1º A alínea f, do inciso IV, do art.1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...):

IV - (...):

f) em edificações e condomínios residenciais, comerciais, em turismo e hospitalidades e similares; (...).

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 02 de março de 2011

Deputado Jorge Teixeira

Lido no Expediente

Sessão de 02/03/11

**JUSTIFICATIVA**

A Federação dos Trabalhadores em Turismo, Hospitalidade e de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do estado de Santa Catarina, entidade sindical de segundo grau, que representa mais de 100 mil trabalhadores.

Quando da elaboração e redação da presente Lei Complementar, a categoria “TURISMO E HOSPITALIDADE” foi enquadrada, erroneamente, no inciso I, devendo pela qualificação que os seus profissionais da área deve ter, no inciso IV, já que a categoria epígrafe pertence ao mesmo grupo que os demais na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

Como poderão oferecer bons serviços e hospitalidade se necessitamos de trabalhadores com qualificação, mais que recebem o menor piso existente em nosso Estado, e também, no País.

Necessita-se sim, senhores e senhores parlamentares catarinenses da urgente alteração do piso da Categoria TURISMO E HOSPITALIDADE.

Neste afã, Excelências, solicito a acolhida da presente proposição, como medida de justiça.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/11**

Revoga-se alínea e, do inciso I, do art.1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências.

Art. 1º A alínea e, do inciso I, do art.1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, fica revogada, remunerando-se as demais alíneas.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 02 de março de 2011

Deputado Jorge Teixeira

Lido no Expediente

Sessão de 02/03/11

**JUSTIFICATIVA**

É necessária a referida revogação, haja vista, o novo enquadramento da categoria “TURISMO E HOSPITALIDADE”, que passa para alínea f, inciso IV do art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009.

Neste afã, Excelências, solicito a acolhida da presente proposição, como medida de justiça.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/11**

Altera a Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, e dá outras providências.

Art. 1º O art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. O servidor titular de cargo efetivo que tiver exercido cargo em comissão, função de confiança ou sido designado para o exercício das atribuições dos órgãos de assessoramento superior à Mesa previstos no art. 2º, inciso II, alínea “a”, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, incluída a gratificação de exercício, mesmo que em substituição, ininterrupto ou não, fará jus, a título de adicional de exercício, à razão de dez por cento ao ano, até o limite de cem por cento, ao valor da diferença entre o vencimento do cargo de provimento efetivo e o vencimento do cargo de provimento em comissão, ao valor da função de confiança ou da retribuição decorrente da designação.

§ 1º Enquanto estiver no exercício de quaisquer das atribuições referidas no *caput*, o servidor não receberá os valores do adicional de exercício, ressalvada a opção pela retribuição mais vantajosa, vedada em qualquer hipótese a percepção cumulativa.

§ 2º O percentual equivalente a valores incorporados aos vencimentos do cargo efetivo nos termos da lei, bem como o tempo de exercício das atribuições a que se refere o *caput* não alcançado pela estabilização financeira, deverão integrar-se para o efeito de concessão da vantagem decorrente da aplicação desta Resolução.

§ 3º O servidor que após conquistar cem por cento vier a exercer cargo em comissão, função de confiança ou assessoramento superior à Mesa referido no *caput*, cujo valor atribuído em cada caso ultrapassar àqueles já adicionados, poderá optar pela atualização, mediante substituição dos percentuais anteriormente conquistados ano a ano, pelos novos cálculos, na mesma proporção, observada a correlação estabelecida no Anexo XIII da Resolução nº 002, de 2006.

§ 4º Quando o servidor, no período de doze meses, tiver exercido mais de uma das atribuições referidas no *caput*, a fração anual será calculada proporcionalmente sobre os valores dos cargos em comissão, das funções de confiança, ou das retribuições pelo desempenho de atividade de assessoramento superior à Mesa, exercidos mês a mês, tomando-se por base, no mês, aquele exercido por mais tempo.

§ 5º Para efeito do disposto no *caput*, incidirá contribuição previdenciária nos termos da Lei Complementar nº 412, de 26 de junho de 2008.

§ 6º O disposto neste artigo produzirá efeitos financeiros a partir do ato de concessão da vantagem, vedado efeitos financeiros retroativos.

§ 7º Aplica-se o disposto nesta Resolução ao servidor beneficiado com a gratificação prevista no art. 85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, bem como, no que couber, ao servidor inativo.” (NR)

Art. 2º Será atribuída a estabilidade financeira da gratificação de exercício pertinente ao cargo de provimento em comissão ocupado na vigência da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, observados os parâmetros estabelecidos no ato concessivo do benefício, ao servidor inativo que obteve a concessão do adicional de exercício sob a égide da redação original do art. 26 da Resolução nº 002, de 2006, ou que tenha assegurada estabilização financeira nos termos da lei.

Art. 3º O § 1º do art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.....”

§ 1º O adicional previsto no *caput* é devido a partir da data do requerimento e integrará os proventos do servidor. (NR)

.....”

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado GELSON MERISIO - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 03/03/11

**JUSTIFICATIVA**

A Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina submete à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Resolução anexo, tendente a alterar art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores deste Poder, denominada Reforma Administrativa.

Pela atual redação do precitado art. 26 da Resolução nº 002, de 2006, ao ocupante de cargo efetivo, é concedido adicional de exercício, resultante do conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridas mediante desempenho de atividades de direção e assessoramento superior, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Agora, por questão de justiça, mediante o Projeto em causa, almeja-se estender o citado adicional, também, àqueles servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo que tenham desempenhado funções de confiança nesta Assembleia Legislativa - a exemplo do que já foi concedido aos seus servidores pelo Tribunal de Justiça (Lei nº 15.138, de 31 de março de 2010), Tribunal de Contas do Estado (Lei Complementar nº 496, de 26 de janeiro de 2010), e Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 497, de 26 de janeiro de 2010). Além disso, a medida alcançará os servidores que tenham sido designados para as atribuições dos órgãos de assessoramento superior à Mesa, previstos no art. 2º, inciso II, alínea “a”, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, ou seja, nas Procuradorias da Casa.

Outra proposta ora entabulada é a alteração do § 1º do art. 28 da Resolução nº 002, de 2006, que trata da gratificação de pós-graduação, ficando estabelecido que a mesma integrará o patrimônio funcional do servidor, a partir de sua concessão.

Sendo assim, e na certeza de que, caso adotada a medida em tela, se estará valorizando os serviços e servidores desta Casa, a Mesa solicita aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Resolução.

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÕES FINAIS****REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 187/2010**

Altera dispositivo da Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 103 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 103.....”

IV - a partir da data prevista no inciso I do art. 33 da Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, quanto ao direito ao crédito relativo às mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento.

Parágrafo único.....”

I - .....

.....”

d) a partir da data prevista na alínea "d" do inciso II do art. 33 da Lei Complementar federal nº 87, de 1996, nas demais hipóteses;

II - .....

c) a partir da data prevista na alínea "c" do inciso IV do art. 33 da Lei Complementar federal nº 87, de 1996, nas demais hipóteses."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 03 de março de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 005/2011

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) para os trabalhadores:

.....

II - R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) para os trabalhadores:

.....

III - R\$ 695,00 (seiscentos e noventa e cinco reais) para os trabalhadores:

.....

IV - R\$ 730,00 (setecentos e trinta reais) para os trabalhadores:

.....

"(NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de março de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 001/11

Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica acrescido o inciso XV ao art. 27 da Seção II do Capítulo VII do Título I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

"Art. 27 .....

XV - Comissão de Defesa Civil."

Art. 2º Ficam acrescidos a Seção XV ao Capítulo IV do Título III, e o art. 85-A ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008, com a seguinte redação:

"Seção XV

Da Comissão de Defesa Civil

Art. 85 - A. São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Defesa Civil:

I - fiscalizar as ações da Secretaria de Estado da Defesa Civil no que concerne a seus órgãos de defesa civil:

a) Departamento Estadual de Defesa Civil; e

b) Conselho Estadual de Defesa Civil;

II - debater e aprimorar programas de defesa permanente contra calamidades públicas e situações de emergência; e

III - colaborar com a atuação de entidades privadas na defesa civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários ou comunitários, e o apoio técnico e financeiro prestado pelo Estado."

Art. 3º Fica suprimido o inciso IV do art. 74 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 23 de fevereiro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 002/11

O Projeto de Resolução nº 002.3/2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 15 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

'Art. 15. Os Gabinetes de Deputado, de Mesa, de Liderança e de Comissão Permanente contarão com assessorias próprias constituídas de cargos de provimento em comissão pertencentes ao Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar.

§ 1º O índice de quota máxima atribuída aos cargos de Secretário Parlamentar - PL/GAB, pertencentes ao Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar, fica limitado ao valor total estabelecido para idêntica finalidade aos servidores do quadro de Secretários Parlamentares da Câmara Federal.

§ 2º O reajustamento do índice de quota, observado o limite estabelecido no parágrafo anterior, e a fixação do quantitativo dos cargos de Secretário Parlamentar - PL/GAB dar-se-ão por Ato da Mesa.

§ 3º O índice de cota máxima dos cargos de provimento em comissão mencionados nos Anexos IX-B, IX-C e IX-E, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, pertencentes ao Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar, será atualizado por Ato da Mesa na mesma data e proporção em que ocorrer a atualização do índice de quota dos cargos de Secretário Parlamentar - PL/GAB." (NR)

Art. 2º Os Anexos II-C, III-B, IX-B, IX-C, IX-D e IX-E da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Resolução.

Art. 3º Ficam acrescidos os Anexos VII-E e IX-F à Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, na forma dos Anexos VII e VIII desta Resolução.

Art. 4º A denominação do Anexo VI, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"TABELA DE ÍNDICE DE VENCIMENTOS

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO" (NR)

Art. 5º O valor referencial de vencimentos estabelecido no art. 1º, caput, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, fica fixado no valor de R\$ 296,55 (duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos) para os cargos de provimento em comissão mencionados nos Anexos IX-B, IX-C e IX-E da Resolução nº 002, de 2006.

Art. 6º Ficam revogados a Resolução nº 006, de 21 de fevereiro de 2006, o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009 e o art. 6º da Resolução nº 013, de 22 de dezembro de 2009.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2011.

Sala das Sessões, em

Deputado GELSON MERISIO - Presidente

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Jailson Lima

APROVADO EM TURNO ÚNICO

EM SESSÃO DE 23/02/11

#### ANEXO I

(Altera o Anexo II-C da Resolução nº 002, de 2006, modificado pela Resolução nº 013, de 22 de dezembro de 2009)

#### "ANEXO II - C

QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EM COMISSÃO GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR - PL/GAP		
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	NÍVEIS
Assessor de Comissão Permanente	PL/GAC	59
Assessor de Deputado de Mesa	PL/GAM	01 a 75
Assessor de Liderança	PL/GAL	01 a 75
Secretário do Colegiado de Bancada	PL/GAS	01 a 75
Secretário Parlamentar	PL/GAB	01 a 75

" (NR)

#### ANEXO II

(Altera o Anexo III-B da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

#### "ANEXO III - B

GRUPO DE ATIVIDADES DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA			
CHEFIAS	CÓDIGO	NÍVEL	QUANTIDADE
.....	.....	.....	.....
Chefia da Secretaria de Comissão Permanente	PL/FC	3	14
Assistência Técnica de Comissão Permanente	.....	2	16
.....	.....	.....	.....

" (NR)

## ANEXO III

(Altera o Anexo IX-B da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

## "ANEXO IX - B

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS E ÍNDICE MÁXIMO DE COTAS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR					
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR		CÓDIGO	NÍVEIS	NÚMERO MÁXIMO DE CARGO POR GABINETE	ÍNDICE DE COTA MÁXIMA POR GABINETE
	Presidência	PL/GAM	01 a 75	07	104,8043
	1ª Vice-Presidência			03	31,0772
ASSESSOR DE	2ª Vice-Presidência			03	31,0772
DEPUTADO	1ª Secretaria			03	31,0772
DA MESA	2ª Secretaria			03	31,0772
	3ª Secretaria			03	31,0772
	4ª Secretaria			03	31,0772

" (NR)

## ANEXO IV

(Altera o Anexo IX-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

## "ANEXO IX - C

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS E ÍNDICE MÁXIMO DE COTAS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR ASSESSOR DE LIDERANÇA					
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEIS	NÚMERO DE DEPUTADOS NA LIDERANÇA	NÚMERO MÁXIMO DE CARGOS POR LIDERANÇA	ÍNDICE DE COTA MÁXIMA POR LIDERANÇA
			1	3	14,2166
			2	4	28,4332
ASSESSOR			3	5	42,6499
			4	6	56,8665
DE	PL/GAL	01 a 75	5	7	71,0832
			6	8	85,2928
LIDERANÇA			7	9	99,5164
			8	10	113,7331
			9	11	127,9497
			Acima de 10	12	142,1614

" (NR)

## ANEXO V

(Altera o Anexo IX-D da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

## "ANEXO IX - D

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE				
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEL	NÚMERO DE COMISSÕES	NÚMERO DE CARGO POR COMISSÃO
ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE	PL/GAC	59	16	1

" (NR)

## ANEXO VI

(Altera o Anexo IX-E da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

## "ANEXO IX-E

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS E ÍNDICE MÁXIMO DE COTAS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR				
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEIS	NÚMERO MÁXIMO DE CARGO	ÍNDICE DE COTA MÁXIMA
SECRETÁRIO DO COLEGIADO DE BANCADA	PL/GAS	01 a 75	10	168,5424

" (NR)

## ANEXO VII

(Acresce o Anexo VII-E à Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

## "ANEXO VII-E

TABELA DE ÍNDICE DE VENCIMENTOS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	
NÍVEL	ÍNDICE DE VENCIMENTOS
01	1,6863
02	1,7441
03	1,8039
04	1,8658
05	1,9298
06	1,9959
07	2,0644
08	2,1352
09	2,2084

10	2,2841
11	2,3624
12	2,4434
13	2,5272
14	2,6139
15	2,7035
16	2,7962
17	2,8992
18	2,9912
19	3,0938
20	3,1999
21	3,3096
22	3,4231

23	3,5405
24	3,6619
25	3,7875
26	3,9173
27	4,0517
28	4,1906
29	4,3343
30	4,4829
31	4,6366
32	4,7956
33	4,9600
34	5,1301
35	5,3060
36	5,4879
37	5,6761
38	5,8708
39	6,0721
40	6,2803
41	6,4956
42	6,7184
43	6,9487
44	7,1870
45	7,4334
46	7,6890
47	7,9527
48	8,2253
49	8,5074

50	8,7991
51	9,1008
52	9,4129
53	9,7356
54	10,0695
55	10,4147
56	10,7718
57	11,1412
58	11,5232
59	11,9183
60	12,3270
61	12,7498
62	13,1871
63	13,6394
64	14,1072
65	15,0901
66	15,6077
67	16,1430
68	16,6967
69	17,2694
70	17,8617
71	18,9334
72	20,0694
73	21,2735
74	22,5499
75	23,9029

" (NR)

**ANEXO VIII**

(Acréscimo o Anexo IX-F à Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

**"ANEXO IX - F****TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS E ÍNDICE MÁXIMO DE COTAS  
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR**

<b>GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>NÍVEIS</b>	<b>NÚMERO MÁXIMO DE CARGO POR GABINETE DE DEPUTADO</b>	<b>ÍNDICE DE COTA MÁXIMA POR GABINETE</b>
SECRETÁRIO PARLAMENTAR	PL/GAB	01 a 75	22	202,3267

" (NR)

**JUSTIFICATIVA**

A Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina submete à apreciação de Vossas Excelências a presente Emenda Substitutiva Global ao Projeto de Resolução nº 002.1/2011, com o propósito de incluir na proposta original os novos índices de quota dos cargos que integram a estrutura de pessoal do Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar e que não foram alcançados pelos reajustamentos concedidos aos demais servidores do Poder Legislativo, pelas resoluções nº 005, de 2009, nº 008, de 2009, nº 010, de 2009 e 005, de 2010.

A iniciativa legislativa mantém os padrões definidos na Resolução nº 002, de 2006, que estabeleceu o novo plano de cargos e salários dos servidores da Assembleia Legislativa, e a correlação com o modelo adotado para a mesma finalidade na Câmara Federal, de forma que o índice de quota a ser implementado não poderá ser superior à quota fixada, por gabinete, para cargos de Secretário Parlamentar do quadro de Pessoal da Câmara Federal.

Na implementação do novo índice de quota estão sendo considerados a disponibilidade orçamentária, o limite prudencial, as vedações do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o relatório de gestão fiscal da Assembleia Legislativa,

A proposição está instruída com os seguintes documentos, ora anexados: (I) *estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes*, e (II) *declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias*, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar n. 101, de 2000

**Deputado Gelson Merisio**

Presidente

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 002/11**

Altera a Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 15 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 15. Os Gabinetes de Deputado, de Mesa, de Liderança e de Comissão Permanente contarão com assessorias próprias constituídas de cargos de provimento em comissão pertencentes ao Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar.

§ 1º O índice de quota máxima atribuída aos cargos de Secretário Parlamentar - PL/GAB, pertencentes ao Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar, fica limitado ao valor total estabelecido para idêntica finalidade aos servidores do quadro de Secretários Parlamentares da Câmara Federal.

§ 2º O reajustamento do índice de quota, observado o limite estabelecido no parágrafo anterior, e a fixação do quantitativo dos cargos de Secretário Parlamentar - PL/GAB dar-se-ão por Ato da Mesa.

§ 3º O índice de cota máxima dos cargos de provimento em comissão mencionados nos Anexos IX-B, IX-C e IX-E, desta Resolução, pertencentes ao Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar, será atualizado por Ato da Mesa na mesma data e proporção em que ocorrer a atualização do índice de quota dos cargos de Secretário Parlamentar - PL/GAB." (NR)

Art. 2º Os Anexos II-C, III-B, IX-B, IX-C, IX-D e IX-E da Resolução nº 002, de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Resolução.

Art. 3º Ficam acrescidos os Anexos VII-E e IX-F à Resolução nº 002, de 2006, na forma dos Anexos VII e VIII desta Resolução.

Art. 4º A denominação do Anexo VI, da Resolução nº 002, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“TABELA DE ÍNDICE DE VENCIMENTOS  
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO” (NR)

Art. 5º O valor referencial de vencimentos estabelecido no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, fica fixado no valor de R\$ 296,55 (duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos) para os cargos de provimento em comissão mencionados nos Anexos IX-B, IX-C e IX-E da Resolução nº 002, de 2006.

Art. 6º Ficam revogados a Resolução nº 006, de 21 de fevereiro de 2006, o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009 e o art. 6º da Resolução nº 013, de 22 de dezembro de 2009.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2011.  
SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 23 de fevereiro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

#### ANEXO I

(Altera o Anexo II-C da Resolução nº 002, de 2006, modificado pela Resolução nº 013, de 22 de dezembro de 2009)

#### “ANEXO II - C

QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EM COMISSÃO GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR - PL/GAP		
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	NÍVEIS
Assessor de Comissão Permanente	PL/GAC	59
Assessor de Deputado de Mesa	PL/GAM	01 a 75
Assessor de Liderança	PL/GAL	01 a 75
Secretário do Colegiado de Bancada	PL/GAS	01 a 75
Secretário Parlamentar	PL/GAB	01 a 75

” (NR)

#### ANEXO II

(Altera o Anexo III-B da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

#### “ANEXO III - B

GRUPO DE ATIVIDADES DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA			
CHEFIAS	CÓDIGO	NÍVEL	QUANTIDADE
.....	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....
Chefia da Secretaria de Comissão Permanente	PL/FC	3	14
Assistência Técnica de Comissão Permanente	.....	2	16
.....	.....	.....	.....

” (NR)

#### ANEXO III

(Altera o Anexo IX-B da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

#### “ANEXO IX - B

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS E ÍNDICE MÁXIMO DE COTAS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR				
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEIS	NÚMERO MÁXIMO DE CARGO POR GABINETE	ÍNDICE DE COTA MÁXIMA POR GABINETE
Presidência	PL/GAM	01 a 75	07	104,8043
1ª Vice-Presidência			03	31,0772
ASSESSOR DE DEPUTADO DA MESA			03	31,0772
2ª Vice-Presidência			03	31,0772
1ª Secretaria			03	31,0772
2ª Secretaria			03	31,0772
3ª Secretaria			03	31,0772
4ª Secretaria			03	31,0772

” (NR)

#### ANEXO IV

(Altera o Anexo IX-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

#### “ANEXO IX - C

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS E ÍNDICE MÁXIMO DE COTAS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR ASSESSOR DE LIDERANÇA					
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEIS	NÚMERO DE DEPUTADOS NA LIDERANÇA	NÚMERO MÁXIMO DE CARGOS POR LIDERANÇA	ÍNDICE DE COTA MÁXIMA POR LIDERANÇA
			1	3	14,2166
			2	4	28,4332
ASSESSOR			3	5	42,6499
			4	6	56,8665
DE	PL/GAL	01 a 75	5	7	71,0832
			6	8	85,2928
LIDERANÇA			7	9	99,5164
			8	10	113,7331
			9	11	127,9497
			Acima de 10	12	142,1614

” (NR)

#### ANEXO V

(Altera o Anexo IX-D da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

#### “ANEXO IX - D

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE				
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEL	NÚMERO DE COMISSÕES	NÚMERO DE CARGO POR COMISSÃO
ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE	PL/GAC	59	16	1

” (NR)

**ANEXO VI**

(Altera o Anexo IX-E da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

**"ANEXO IX-E**

<b>TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS E ÍNDICE MÁXIMO DE COTAS</b>				
<b>GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR</b>				
<b>GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>NÍVEIS</b>	<b>NÚMERO MÁXIMO DE CARGO</b>	<b>ÍNDICE DE COTA MÁXIMA</b>
SECRETÁRIO DO COLEGIADO DE BANCADA	PL/GAS	01 a 75	10	168,5424

" (NR)

**ANEXO VII**

(Acresce o Anexo VII-E à Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

**"ANEXO VII-E**

<b>TABELA DE ÍNDICE DE VENCIMENTOS</b>	
<b>GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR</b>	
<b>NÍVEL</b>	<b>ÍNDICE DE VENCIMENTOS</b>
01	1,6863
02	1,7441
03	1,8039
04	1,8658
05	1,9298
06	1,9959
07	2,0644
08	2,1352
09	2,2084
10	2,2841
11	2,3624
12	2,4434
13	2,5272
14	2,6139
15	2,7035
16	2,7962
17	2,8992
18	2,9912
19	3,0938
20	3,1999
21	3,3096
22	3,4231
23	3,5405
24	3,6619
25	3,7875
26	3,9173
27	4,0517
28	4,1906
29	4,3343
30	4,4829
31	4,6366
32	4,7956
33	4,9600
34	5,1301
35	5,3060
36	5,4879

37	5,6761
38	5,8708
39	6,0721
40	6,2803
41	6,4956
42	6,7184
43	6,9487
44	7,1870
45	7,4334
46	7,6890
47	7,9527
48	8,2253
49	8,5074
50	8,7991
51	9,1008
52	9,4129
53	9,7356
54	10,0695
55	10,4147
56	10,7718
57	11,1412
58	11,5232
59	11,9183
60	12,3270
61	12,7498
62	13,1871
63	13,6394
64	14,1072
65	15,0901
66	15,6077
67	16,1430
68	16,6967
69	17,2694
70	17,8617
71	18,9334
72	20,0694
73	21,2735
74	22,5499
75	23,9029

" (NR)

**ANEXO VIII**

(Acresce o Anexo IX-F à Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

**"ANEXO IX - F**

<b>TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS E ÍNDICE MÁXIMO DE COTAS</b>				
<b>GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR</b>				
<b>GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>NÍVEIS</b>	<b>NÚMERO MÁXIMO DE CARGO POR GABINETE DE DEPUTADO</b>	<b>ÍNDICE DE COTA MÁXIMA POR GABINETE</b>
SECRETÁRIO PARLAMENTAR	PL/GAB	01 a 75	22	202,3267

" (NR)

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>RELATÓRIO</b>
------------------

**RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1/2/2011 À 28/2/2011**

Quantidade	Material	Fornecedor	Valor Un.	Valor Total
1	IPHONE 4	ALVES LTDA.	R\$ 1.798,00	R\$ 1.798,00
1	CHIP PARA TELEFONE MOVEL	ALVES LTDA.	R\$ 1,00	R\$ 1,00
1	APARELHO CELULAR BLACKBERRY BOLD	ALVES LTDA.	R\$ 2.339,00	R\$ 2.339,00
250	CANALETA EM PVC FURO OVAL VENTILADA 50MM X 50MM X 2000MM BG	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 24,00	R\$ 6.000,00
1300	BUCHA PLÁSTICA PARA FIXAÇÃO Nº 6	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,08	R\$ 104,00
13	ARRUELA ALUMÍNIO - 1/4	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 4,47	R\$ 58,11
60	ABRACADEIRA DE 3", EM AÇO GALVANIZADO, TIPO CUNHA DE APERTO	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 2,05	R\$ 123,00
13	PARAFUSO METALICO MEDINDO 3,9 X 32 MM, AUTO EXTRAVANTE FENDA COMBINADA, CABEÇA CHATA	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 11,09	R\$ 144,17
15	CAIXA CONDULETE ALUMÍNIO COM TAMPA COM ROSCA BPS. 3"	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 177,02	R\$ 2.655,30
60	RJ- 11 FEMEA	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 3,63	R\$ 217,80
420	MULDURA PARA RJ - PVC	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,91	R\$ 382,20
210	TAMPA PARA 2 TOMADAS RJ PVC	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 2,31	R\$ 485,10
20	ELETRODUTO PRETO 3" EM PVC RIGIDO	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 47,60	R\$ 952,00
1	PLOTAGEM REFORMA COZINHA DO RESTAURANTE ALESC	CRISTINA MARIA CORREA GARCIA - ME	R\$ 3,00	R\$ 3,00
1	PLOTAGEM PLANTAS AMBIENTES PISO	CRISTINA MARIA CORREA GARCIA - ME	R\$ 3,60	R\$ 3,60
1	PLOTAGEM IMPLANTAÇÃO PÓRTICO / LAJE INTERMEDIÁRIA	CRISTINA MARIA CORREA GARCIA - ME	R\$ 18,60	R\$ 18,60
1	PLOTAGEM LAJE INTERMEDIÁRIA	CRISTINA MARIA CORREA GARCIA - ME	R\$ 4,00	R\$ 4,00
1	PLOTAGEM FCEE	CRISTINA MARIA CORREA GARCIA - ME	R\$ 5,80	R\$ 5,80
1	PLOTAGEM REAMBIENTAÇÃO DOS GABINETES 2 JGS	CRISTINA MARIA CORREA GARCIA - ME	R\$ 61,20	R\$ 61,20
1	PLOTAGEM REAMBIENTAÇÃO DOS GABINETES 8 JGS	CRISTINA MARIA CORREA GARCIA - ME	R\$ 244,80	R\$ 244,80
1	PLOTAGEM EDIFÍCIO COMERCIAL ALESC	CRISTINA MARIA CORREA GARCIA - ME	R\$ 84,00	R\$ 84,00
1	VIDRO LISO INCOLOR 6 MM - MEDIDAS 93,5 X 75 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS)	R\$ 120,00	R\$ 120,00
1	VIDRO LISO INCOLOR 6 MM - MEDIDAS 74,5 X 103 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS)	R\$ 135,00	R\$ 135,00
1	VIDRO LISO INCOLOR 6 MM - MEDIDAS 98 X 75,5 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS)	R\$ 130,00	R\$ 130,00
1	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM - MEDIDAS 129,5 X 95 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS)	R\$ 100,00	R\$ 100,00
1	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM - MEDIDAS 122,5 X 91 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS)	R\$ 95,00	R\$ 95,00
1	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM - MEDIDAS 120,5 X 91 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS)	R\$ 95,00	R\$ 95,00
1	SERRA COPO DIAMANTADA DE 60MM SECO	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 94,69	R\$ 94,69
1	MANDRIL 1,5-13MM 131 1/2x20 LEVA	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 14,00	R\$ 14,00
1	HASTE ADAPTADORA SDS-PLUS	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 34,80	R\$ 34,80
6	BROCA DE VÍDEA 6 MM	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 1,43	R\$ 8,58
6	BROCA DE VÍDEA PARA FURADEIRA PNEUMÁTICA 6 MM	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 8,00	R\$ 48,00
1	SERRA COPO DIAMANTADA DE DE 75MM SECO	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 132,41	R\$ 132,41
2	ALICATE AMPERIOMETRICO DIGITAL MOD.ET 4090	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 149,00	R\$ 298,00
1	CONCERTO DE ESTABILIZADOR DE TENSÃO	SPY INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 400,00	R\$ 400,00
1	MANUTENÇÃO DA SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA DE ENERGIA	TRAFOSERVICE COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
150	BUCHA PLÁSTICA PARA FIXAÇÃO Nº 6	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,08	R\$ 12,00
1,5	ARRUELA ALUMÍNIO - 1/4	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 4,47	R\$ 6,70
15	ABRACADEIRA DE 3", EM AÇO GALVANIZADO, TIPO CUNHA DE APERTO	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 2,05	R\$ 30,75
1,5	PARAFUSO METALICO MEDINDO 3,9 X 32 MM, AUTO EXTRAVANTE FENDA COMBINADA, CABEÇA CHATA	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 11,09	R\$ 16,64
3	CAIXA CONDULETE ALUMÍNIO COM TAMPA COM ROSCA BPS. 3"	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 177,02	R\$ 531,06
230	CANALETA EM PVC FURO OVAL VENTILADA 50MM X 50MM X 2000MM BG	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 24,00	R\$ 5.520,00
60	RJ- 11 FEMEA	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 3,63	R\$ 217,80
6	ELETRODUTO PRETO 3" EM PVC RIGIDO	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 47,60	R\$ 285,60
200	MULDURA PARA RJ - PVC	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,91	R\$ 182,00
100	TAMPA PARA 2 TOMADAS RJ PVC	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 2,31	R\$ 231,00



10	TOMADA BRANCA 2P+T. 10A; EMBUTIR	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 4,78	R\$ 47,80
4	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXIVEL, 4MM, BRANCO	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 144,73	R\$ 578,92
10	TERMINAL PARA CABO 16 MM, LONGO COMPRESSOR MACICO	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,32	R\$ 3,20
5	ELÉTRICALHA PERFURADA "U" CHAPA 22 200MM X 50 3000MM,GE	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 54,20	R\$ 271,00
5	TAMPA ENCAIXE 200MM X 3000 GE	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 40,98	R\$ 204,90
240	CABO FLEXÍVEL 1 KV, 16MM², PRETO	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 5,86	R\$ 1.406,40
80	CABO FLEXÍVEL 1KV, 16MM², VERDE	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 5,86	R\$ 468,80
80	CABO FLEXÍVEL 1KV, 16MM² AZUL	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 5,86	R\$ 468,80
1	QUADRO METÁLICO DE SOBREPOR COM BARRAMENTO TRIFASICO, PARA 40 DISJUNTORES TRIPOLAR, 50A, E MONOFASICO 16A, E PROTETOR DE SURTO SPW, 20KA, 5PW275-20	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 1.151,48	R\$ 1.151,48
10	TOMADA VERMELHA 2P+T, 10A; EMBUTIR	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 4,78	R\$ 47,80
2	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM - MEDIDAS 127,5 X 48,5 CM	VR COMÉRCIO DE VIDROS (REFLEX)	R\$ 117,00	R\$ 234,00
4	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM - MEDIDAS 127,5 X 78,5 CM	VR COMÉRCIO DE VIDROS (REFLEX)	R\$ 120,00	R\$ 480,00
1	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM - MEDIDAS 48 X 58 CM	VR COMÉRCIO DE VIDROS (REFLEX)	R\$ 107,00	R\$ 107,00
2	PERFURADOR PROFISSIONAL KANGARO - HDP 2320 (ATÉ 300 FOLHAS)	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 486,30	R\$ 972,60
3	EXTRATOR DE GRAMPO DE METAL (TIPO RATINHO)	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 2,30	R\$ 6,90
3,38	PERSIANAS EM MADEIRA 50 mm	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 290,00	R\$ 980,20
62	COPIA DE CHAVE YALE	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 4,00	R\$ 248,00
5	COPIA DE CHAVE TIPO TETRA	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 10,00	R\$ 50,00
2	ABERTURA DE PORTA	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 25,00	R\$ 50,00
8	TROCA DE SEGREDO FECHADURA SIMPLES	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 25,00	R\$ 200,00
1	PORCA DE REGISTRO GAVETA 3/4	IMS - CEMÉRCIO DE REPAROS LTDA ME	R\$ 14,90	R\$ 14,90
1	CONTRA PORCA REGISTRO GAVETA 3/4	IMS - CEMÉRCIO DE REPAROS LTDA ME	R\$ 14,90	R\$ 14,90
1	HASTE E CUNHA REGISTRO DE GAVETA 3/4	IMS - CEMÉRCIO DE REPAROS LTDA ME	R\$ 23,90	R\$ 23,90
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DESMONTAGEM, EMBALAGEM E REMONTAGEM DE ARQUIVOS DESLIZANTES.	REFERÊNCIA COMÉRCIO E SOLUÇÕES PARA AMBIENTES CORPORATIVOS LTDA ME	R\$ 7.300,00	R\$ 7.300,00
600	ESCULTURA EM FERRO PONTE HERCILIO LUZ	SERGIO CANALE	R\$ 13,16	R\$ 7.896,00
20	VIDROS LISOS DE 6 MM COM REQUADRAMENTO E PERFIS DE ALUMÍNIO	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 203,00	R\$ 4.060,00
1	APARELHO CELULAR BLACKBERRY 9800	ALVES LTDA.	R\$ 2.792,00	R\$ 2.792,00
1	MÁQUINA FOTOGRAFICA DIGITAL CANON, MODELO A 3100IS, 12.1 MP/2GB.	DIGITAL FLORIPA COM. DE PRODUTOS ELETRO ELETRONICOS LTDA	R\$ 300,00	R\$ 300,00
40	ASSINATURA DO JORNAL FOLHA DO VALE	FOLHA DO VALE DE BRAÇO DO NORTE PUBLICIDADE LTDA	R\$ 140,00	R\$ 5.600,00
1	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA	POWER ENGENHARIA LTDA	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
40	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA DO JORNAL A CRÍTICA DE TUBARÃO.	JORNAL A CRÍTICA LTDA ME	R\$ 128,00	R\$ 5.120,00
1	CONCERTO DE RELÓGIO PROTOCOLADOR.	HAGA - REPRESENTAÇÕES, ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 80,00	R\$ 80,00
79	ADAPTADOR TOMADA 2P+T PARA COMPUTADOR NOVO PADRÃO	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 5,00	R\$ 395,00
127	GESSO ACARTONADO .	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 61,90	R\$ 7.861,30
9	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E READEQUAÇÃO DE PERSIANAS	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 840,00	R\$ 7.560,00
1	SERVIÇO DE VISITA TÉCNICA	SENSORMATIC DO BRASIL ELETRÔNICA LTDA -	R\$ 195,00	R\$ 195,00
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA / CORRETIVA DO DISJUNTOR PVO	TRAFOSERVICE COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
1	SUBSTITUIÇÃO DE CABO DE BAIXA TENSÃO	TRAFOSERVICE COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 1.280,00	R\$ 1.280,00
35,58	LAVAÇÃO DE ROUPAS	ROBERTA BELEM DA CRUZ ME	R\$ 6,60	R\$ 234,83
80	ABRACADEIRA PVC BR 34 MASSTER	ERNEI JOSÉ SCHIMTT - ME	R\$ 0,82	R\$ 65,60
120	ADAPTADOR PVC BR 34 MASSTER	ERNEI JOSÉ SCHIMTT - ME	R\$ 0,80	R\$ 96,00
60	CAIXA PVC BR 12-34 MASSTER	ERNEI JOSÉ SCHIMTT - ME	R\$ 4,07	R\$ 244,20
60	TAMPA PVC BR 12-34	ERNEI JOSÉ SCHIMTT - ME	R\$ 1,29	R\$ 77,40
200	CABO FLEX 750V 2.50MM AZUL	ERNEI JOSÉ SCHIMTT - ME	R\$ 0,96	R\$ 192,00
200	CABO FLEX 750V 2.50MM PRETO	ERNEI JOSÉ SCHIMTT - ME	R\$ 0,96	R\$ 192,00
30	PORTA TOALHA DE PLÁSTICO P/BANHEIRO	CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 49,00	R\$ 1.470,00
30	PORTA PAPEL HIGIÊNICO DE PLÁSTICO BRANCO, PARA ROLÃO DE 300 MT	CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 49,00	R\$ 1.470,00
4	TINTA BASE ACRÍLICA 16,2 L SUVINIL COR XL-060	CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 186,18	R\$ 744,72

1	ADAPTADOR SDS-PLUS COM MANDRIL CHAVE 13MM-BOSCH	CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 38,90	R\$ 38,90
10	TUBOS 6,00M 20 MM PVC SOLD MR P.B TIGRE	CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 7,80	R\$ 78,00
50	JOELHOS 90 20MM PVC SOLD MR TIGRE	CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 0,25	R\$ 12,50
50	LUVA EM PVC SOLDÁVEL 20MM	CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 0,32	R\$ 16,00
3	ADESIVOS PARA PVC (BISNAGA) 175 GRAMAS	CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 6,29	R\$ 18,87
30	BOMBONA PLASTICA DE 20 LITROS, PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA MINERAL	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 16,70	R\$ 501,00
310	CAIXA DE PVC RIGIDO BEGE 1"	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 8,42	R\$ 2.610,20
930	ADAPTADOR EM PVC RIGIDO, BEGE, PARA CAIXA DE 1"	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 1,01	R\$ 939,30
150	ABRACADEIRA EM PVC, BEGE, PARA CONDULETE DE 1"	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 1,18	R\$ 177,00
200	CURVA EM PVC, 90º, BEGE, PARA ELETRODUTO DE 1", SEM ROSCA	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 4,15	R\$ 830,00
1	IPHONE 4	ALVES LTDA.	R\$ 1.798,00	R\$ 1.798,00
1	CHIP PARA TELEFONE MOVEL	ALVES LTDA.	R\$ 1,00	R\$ 1,00
1	IMPRESSORA DE FOTOS	GUSTAVO FERRAMOLA GARCIA-ME	R\$ 6.279,00	R\$ 6.279,00
30	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL *	FLORIPETRO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	R\$ 2,09	R\$ 62,70
7	ELETRODUTO PVC 2"	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 18,20	R\$ 127,40
20	ABRACADEIRA GALVANIZADA 2"	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 1,46	R\$ 29,20
9	CAIXA DE PASSAGEM	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 8,87	R\$ 79,83
1	QUADRO TRIFÁSICO DE SOBREPOR METÁLICO PARA 20 DISJUNTORES	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 512,13	R\$ 512,13
20	CABO COBRE FLEXIVEL 16MM AZ	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 6,44	R\$ 128,80
60	CABO COBRE FLEXIVEL 16MM PT	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 6,44	R\$ 386,40
20	CABO COBRE FLEXIVEL 16MM VD	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 6,44	R\$ 128,80
100	TERMINAL PARA CABO 16 MM, LONGO COMPRESSOR MACICO	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 2,13	R\$ 213,00
1	DISJUNTOR TRIFÁSICO DE 50A	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 49,57	R\$ 49,57
1	DISJUNTOR TRIFÁSICO DE 63A	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 72,04	R\$ 72,04
150	CURVA PVC BRANCA 90 GRAUS	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 3,17	R\$ 475,50
2	JARRA DE VIDRO C/ CAPACIDADE PARA 1,70 ML	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 38,00	R\$ 76,00
10	ALCOOL 73,4 GEL PARA HIGIENIZAÇÃO (GALÃO 5 LITROS)	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 31,80	R\$ 318,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	SERGIO CORDIOLI	R\$ 5.600,00	R\$ 5.600,00
10,96	PELÍCULA PRATA FUME	DAILHA COM. E COLOCAÇÃO DE PELICULAS ME LTDA.	R\$ 35,00	R\$ 383,60
1	INSTALAÇÃO DE SISTEMA MULTIMÍDIA (PREGÕES)	ARACI FIDELIS RESENDE -ME	R\$ 1.190,00	R\$ 1.190,00
20	CONE PARA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	ZEUS DO BRASIL	R\$ 19,70	R\$ 394,00
10	FITA ZEBRADA PARA ISOLAMENTO DE ÁREA	ZEUS DO BRASIL	R\$ 4,25	R\$ 42,50
1	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA ELEVADOR	CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA.-ME	R\$ 482,00	R\$ 482,00
1	APARELHO CELULAR	ALVES LTDA	R\$ 659,00	R\$ 659,00
1	PLACA CP 145	SPY INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 785,00	R\$ 785,00
1	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA: MÃO DE OBRA PARA CONSERTO E REVISÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.	SPY INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 480,00	R\$ 480,00
1	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA REVISTA ZENITE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - ILC	ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	R\$ 1.462,00	R\$ 1.462,00
1	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA - EDITORA ZENITE - CONSULTORIA	ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	R\$ 3.626,00	R\$ 3.626,00
1	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA WEB LICITAÇÕES E CONTRATOS	ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	R\$ 1.196,00	R\$ 1.196,00
12	TERMINAL PARA CABO 16 MM, LONGO COMPRESSOR MACICO	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 9,53	R\$ 114,36
400	ADESIVOS IMPRESSO 5 X 7 CM.	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 1,92	R\$ 768,00
30	ABRACADEIRA UNIVERSAL 1/2"	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 0,44	R\$ 13,20
10	MANGUEIRA PLASTICA, CRISTAL DE 1/2"	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 2,11	R\$ 21,10
1	MÃO DE OBRA REFERENTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 1.050,00	R\$ 1.050,00
1	TRAVA DA PORTA DO MENU A	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 64,76	R\$ 64,76
1	TRAVA DA PORTA DO MENU B	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 52,15	R\$ 52,15
1	PORTA LATERAL ESQUERDA	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 543,20	R\$ 543,20
1	PORTA DO VOLUME	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 250,25	R\$ 250,25
1	TAMPA ACRÍLICA	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 97,07	R\$ 97,07

1	ÍMÃ PARA CÂMERA DE VÍDEO	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 62,30	R\$ 62,30
1	CONECTOR 26 PINOS	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 309,40	R\$ 309,40
1	FLAT DO CONECTOR 26 PINOS	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 1.797,21	R\$ 1.797,21
1	FILTRO ÓTICO	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 655,63	R\$ 655,63
1	FREIO DA CÂMERA	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 82,34	R\$ 82,34
1	PINCH DA CÂMERA DE VÍDEO	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 271,99	R\$ 271,99
1	FREIO PARA CÂMERA A	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 64,40	R\$ 64,40
1	FREIO PARA CÂMERA B	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 50,75	R\$ 50,75
1	CONECTOR DO FONE DE OUVIDO	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 37,37	R\$ 37,37
1	BORRACHA DO VIEW FINDER	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 131,44	R\$ 131,44
1	MICROFONE DA CÂMERA	TREVISAN'S LENS & CAMERAS SERVICE LTDA - ME	R\$ 1.485,87	R\$ 1.485,87
1	DESUMIDIFICADOR PARA PAPEL, COM CAPACIDADE DE 600 FOLHAS	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 147,92	R\$ 147,92
1	SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO PARA EXTERMÍNIO DE TODAS AS ESPÉCIES DE BARATAS E FORMIGAS.	EUROBAC COMERCIO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA-ME	R\$ 325,00	R\$ 325,00
1	SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO PELO PRAZO DE 6 MESES, SENDO AS ISCÁS TROCADAS DE 30 EM 30 DIAS.	EUROBAC COMERCIO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA-ME	R\$ 150,00	R\$ 150,00
1	SERVIÇO DE DECORAÇÃO DE AUDITÓRIO PARA SESSÃO SOLENE COM ARRANJOS FLORAIS	KARAM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA ME	R\$ 2.020,00	R\$ 2.020,00
7	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE PORTAS LISAS, VISTAS E FORRAS.	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 300,00	R\$ 2.100,00
127	SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MASSA CORRIDA E PINTURA PVA.	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 41,65	R\$ 5.289,55
50	PIN (BOTON) FUNDIDO EM ZAMACK COM BANHO DE OURO	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 9,20	R\$ 460,00
1	CONCERTO DE FURADEIRA PNEUMÁTICA	COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME	R\$ 275,00	R\$ 275,00
1	CONCERTO DE FURADEIRA MANUAL	COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME	R\$ 30,00	R\$ 30,00
20	DISPLAY DE MESA EM AÇO INOX FOTOGRAVADO ESCOVADO	ARTE MAXIMA IND. E COM. LTDA	R\$ 180,00	R\$ 3.600,00
20	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO TIJUCAS/FLORIANOPOLIS	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE	R\$ 15,25	R\$ 305,00
20	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO FLORIANOPOLIS/ TIJUCAS	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE	R\$ 8,90	R\$ 178,00
40	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAROPABA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 15,80	R\$ 632,00
40	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO PAULO LOPES/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 9,90	R\$ 396,00
40	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAMBOA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 14,60	R\$ 584,00
20	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO SÃO JOÃO BATISTA/ FLORIANOPOLIS	REUNIDAS S.A TRANSPORTES COLETIVOS	R\$ 14,41	R\$ 288,20
20	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO FLORIANÓPOLIS/ SÃO JOÃO BATISTA	REUNIDAS S.A TRANSPORTES COLETIVOS	R\$ 13,01	R\$ 260,20
1	VALE TRANSPORTE MUNICIPAL DIVERSOS	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANOPOLIS	R\$ 2.220,80	R\$ 2.220,80
1	MÁQUINA FOTOGRÁFICA CANON MODELO EOS T2i + CONTE18 - 135M 18 MP.	ELIZABETE SILVEIRA ME	R\$ 2.690,00	R\$ 2.690,00
1	CARTÃO DE MEMÓRIA 16 Gb	ELIZABETE SILVEIRA ME	R\$ 100,00	R\$ 100,00
1	CONTRATAÇÃO DE CANTOR (A)	VOLDIS ELEAZAR SPROGIS - PIS 12331154424	R\$ 800,00	R\$ 800,00
1	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESENTUPIMENTO DE 12 CAIXAS DE ESGOTO E 130 METROS DE HIDROJATEAMENTO NA REDE INTERNA DA ALESC.	DESENTUPIDORA FLORIANÓPOLIS LTDA	R\$ 3.380,00	R\$ 3.380,00
1	PORTA DE VIDRO TEMPERADO LISO, INCOLOR, 10 MM, MEDINDO 3,99M².	MICHELLE COSTA DA SILVEIRA FÉLIX-ME	R\$ 1.090,97	R\$ 1.090,97
1	CAIXA DE GORDURA EM PVC COM SAIDA DE 100MM PARA ESGOTO	HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	R\$ 198,98	R\$ 198,98
1	TAMPA REFORÇADA BITOLA DN 350 PARA CAIXA DE GORDURA	HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	R\$ 136,50	R\$ 136,50

5	CURVA DE 50MM PARA ESGOTO	HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	R\$ 6,16	R\$ 30,80
5	CURVA DE 75 MM PARA ESGOTO	HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	R\$ 11,28	R\$ 56,40
2	REDUÇÃO EM EM PVC 100X75 MM PARA ESGOTO	HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	R\$ 5,36	R\$ 10,72
2	REDUÇÃO EM PVC PARA ESGOTO 100 X 50MM	HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	R\$ 4,64	R\$ 9,28
5	ANEL DE BORRACHA BITOLA DN 50	HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	R\$ 0,84	R\$ 4,20
5	ANEL DE BORRACHA BITOLA DN 75	HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	R\$ 1,23	R\$ 6,15
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE MUNCK, EMPILHADEIRA E CAMINHÃO BAÚ.	VALCE BRÁSIL REMOÇÕES ME	R\$ 2.340,00	R\$ 2.340,00
1700	ADESIVO DE SINALIZAÇÃO VISUAL - SELO DE ESTACIONAMENTO	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 1,98	R\$ 3.366,00
85	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA JORNAL DIARIO CATARINENSE	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A (D.C.)	R\$ 625,00	R\$ 53.125,00
6	PERSIANA HORIZONTAL EM ALUMÍNIO 16 MM, MEDINDO 61 X 245 CM.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 112,10	R\$ 672,60
4	ROLETE SUPERIOR DE CARRO DE PORTA D60	THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A	R\$ 14,65	R\$ 58,60
4	ROLETE INFERIOR D 44	THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A	R\$ 24,14	R\$ 96,56
2	CORREDIÇA DE PORTA RÁPIDA	THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A	R\$ 5,15	R\$ 10,30
1	DISJUNTOR TRIFÁSICO DE 63A	MACRO QUADROS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 71,13	R\$ 71,13
1	CABO VGA PARA TRANSMISSÃO COM 10 METROS	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	R\$ 93,00	R\$ 93,00
4	CAPUCHINHO PARA TRINCO E FECHADURA VITRAGEM PRETO.	MICHELLE COSTA DA SILVEIRA FÉLIX-ME	R\$ 3,69	R\$ 14,76
2	DOBRADIÇA INFERIOR COM MIOLO INOX PARA MOLA - VITRAGEM PRETO.	MICHELLE COSTA DA SILVEIRA FÉLIX-ME	R\$ 98,58	R\$ 197,16
2	DOBRADIÇA PIVOTANTE SUPERIOR VITRAGEM PRETO.	MICHELLE COSTA DA SILVEIRA FÉLIX-ME	R\$ 74,02	R\$ 148,04
2	FECHADURA DE CENTRO (USE CONTRA 1504/1504A/1504B) VITRAGEM PRETO.	MICHELLE COSTA DA SILVEIRA FÉLIX-ME	R\$ 93,48	R\$ 186,96
1	CONTRA FECHADURAS VITRAGEM PRETO.	MICHELLE COSTA DA SILVEIRA FÉLIX-ME	R\$ 31,75	R\$ 31,75
1	TRINCO INFERIOR SEM NÚCLEO 50 X 100 MM - VITRAGEM PRETO.	MICHELLE COSTA DA SILVEIRA FÉLIX-ME	R\$ 35,23	R\$ 35,23
20	ETIQUETA BRANCA FORMATO CARTA, MEDINDO 138,11X212,73 MM, CAIXA COM 100 FOLHAS, 02 ETIQUETAS POR FOLHA.	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA	R\$ 15,00	R\$ 300,00
10	ETIQUETA BRANCA FORMATO A4, MEDINDO 210X297 MM, CAIXA COM 100 FOLHAS, 03 ETIQUETAS POR FOLHA	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA	R\$ 15,00	R\$ 150,00
1	TRANSMISSÃO DE SINAL DE TV	VBC TELECOM COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA VIA SATÉLITE LTDA	R\$ 6.700,00	R\$ 6.700,00
10	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTAVEL LUYA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO, TAMANHO P	CENTRO MÉDICO COMÉRCIO PROD.MÉDICOS ODONT. LTDA	R\$ 14,00	R\$ 140,00
10	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTAVEL LUYA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO M	CENTRO MÉDICO COMÉRCIO PROD.MÉDICOS ODONT. LTDA	R\$ 14,00	R\$ 140,00
10	LUVAS PARA PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL DE VINIL TAM. P	CENTRO MÉDICO COMÉRCIO PROD.MÉDICOS ODONT. LTDA	R\$ 15,60	R\$ 156,00
10	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTAVEL DE VINIL TAM. M	CENTRO MÉDICO COMÉRCIO PROD.MÉDICOS ODONT. LTDA	R\$ 15,45	R\$ 154,50
10	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTAVEL DE VINIL TAM. G	CENTRO MÉDICO COMÉRCIO PROD.MÉDICOS ODONT. LTDA	R\$ 15,60	R\$ 156,00
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE DESMONTAGEM, RECORTE, SOLDA, MONTAGEM E PINTURA NA COR PRETA	TORNOTEK VENDAS CONSERTO E LOCAÇÃO DE EQUIP. LTDA	R\$ 450,00	R\$ 450,00
1	ARMÁRIO CLAVICULÁRIO PARA 60 CHAVES NUMERADAS DE 01 A 60, COM PLAQUETAS DE METAL E ÍNDICE NUMÉRICO	COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - ME	R\$ 380,00	R\$ 380,00
2	TRAF0 15VA	4S INFORMÁTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 253,80	R\$ 507,60
3	RESISTOR 22R	4S INFORMÁTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 5,41	R\$ 16,23
1	TECLA TC-31	4S INFORMÁTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 47,81	R\$ 47,81
1	MANUTENÇÃO E CONSERTO DE DISTRIBUIDOR DE VÍDEO E AUDIO E COMUTADOR DE VÍDEO AFV-801	4S INFORMÁTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 325,23	R\$ 325,23
2	CAPACITOR 2200UF	4S INFORMÁTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 14,68	R\$ 29,36
5	BANQUETA COM ESTRUTURA DE AÇO CARBONO, ACABAMENTO CINZA METALIZADO E ASSENTO COURVIN BRANCO.	DEVANT MOVEIS LTDA - ME	R\$ 215,42	R\$ 1.077,10

\*\*\* X X X \*\*\*